



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
RENATO EMYDIO DA SILVA JÚNIOR

DEPOIS DA TEORIA:
UM DESAFIO À AUTONOMIA

Palhoça
2009

RENATO EMYDIO DA SILVA JÚNIOR

**DEPOIS DA TEORIA:
UM DESAFIO À AUTONOMIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Simão Vugman.

Palhoça
2009

RENATO EMYDIO DA SILVA JÚNIOR

**DEPOIS DA TEORIA:
UM DESAFIO À AUTONOMIA**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Palhoça, 29 de junho de 2009.

Professor e orientador Fernando Simão Vugman, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof. Antônio João Teixeira, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Jorge Hoffman Wolff, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Dedico este estudo às crianças.

AGRADECIMENTOS

Certa vez escutei que o caminho percorrido é mais importante que a meta alcançada. Meus pais sempre caminharam comigo: amizade que enobrece qualquer um que dela desfrute.

Agradeço a todos os professores que tive e todos eles são responsáveis diretos pela oportunidade de realizar este Mestrado.

Aos professores do curso e seus trabalhos incansáveis para os estudos de Mestrado.

Ao Prof. Fernando Simão Vugman, pela orientação segura, amizade e dedicação, fundamentais para que este trabalho se concretizasse.

À família, minhas duas mães e meu irmão, pela paciência, apoio incondicional e esteio emocional.

A Deus, porque sem ele nada faria sentido.

“A confusão das línguas do bem e do mal, eis o sinal que vos dou; tal é o sinal do Estado. Na verdade, é um sintoma da vontade de morrer.” (F. Nietzsche).

RESUMO

Na segunda metade do século passado intensos debates filosóficos se desenvolveram a respeito de Modernidade, originados por dúvidas sobre a análise, avaliação e, conseqüentemente, percepção da realidade social. Os questionamentos se desdobraram sobre fundamentos intrínsecos ou relacionados ao comportamento humano individual e coletivo, cruciais para dimensionamento de objetivos sociais. Ao lado destes debates, uma substancial alteração nas forças sociais ocorreu tendo a cultura como sua indutora e seu reflexo, sustentada pela tecno-ciência. Atualmente, em meio ao debate dessas correntes de pensamento denominadas como Modernidade e Pós-modernidade, Terry Eagleton propõe que o Pós-modernismo tenha chegado ao seu fim. Aponta que a Teoria Cultural desconsiderou valores, falhou ao resolver os graves problemas do ocidente e que a realidade sócio-política necessita ser reordenada ou reorientada. Verificar a consistência desta possível nova inflexão pode interessar aos estudiosos das ciências humanas no que se refere, principalmente, a questões de comunicação e seus desdobramentos para o estudo e direcionamento de forças sociais, revisão de objetivos relacionados às políticas ou instituições públicas e a relação entre Saber e Poder. Pretendemos analisar o livro “Depois da Teoria”, de Eagleton, e o filme “Babel” para verificar se o texto fílmico, extraído através de pressupostos estéticos, pode refletir essa nova mudança na realidade social ou nas forças que a conformam.

Palavras-chave: Modernismo 1. Pós-Modernismo 2. Estudos Culturais 4. Metanarrativa 5. Babel 6.

ABSTRACT, RÉSUMÉ OU RESUMEN

In the second half of the twentieth century heated philosophical debates occurred about Modernity, based on doubts on the analysis, assessment and, consequently, perception of the social reality. The questionings covered the intrinsic or related fundamentals of individual and collective human behavior, crucial issues for measuring social goals. Along such debates, a substantial change in the social forces occurred, with culture as their inducer and their expression, supported by technoscience. Amid the current debate on Modernity and Postmodernity, Terry Eagleton suggests that Postmodernity has come to an end. He points that what he calls Cultural Theory has not considered values, failed to solve the grave problems of the West, and that the social-political reality needs to be reordained and reoriented. To check the consistency of such new inflection should be of interest to the researchers in social sciences in what relates, specially, to issues of communication and it's developments for the future study and direction of the social forces, revision of those goals related to policies or public institutions and the relation between Knowledge and Power. In the present work the book *After Theory*, by Eagleton, and the film *Babel*, by director Alejandro González Iñárritu are discussed in order to see if the filmic text does reflect such a new change in social reality, or on the forces that conform it.

Key words: Postmodernity. Cultural Studies. Master narrative. *Babel*.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – EXTRATO DE RELATÓRIO DA ONU SOBRE O IRAQUE / AGOSTO DE 2008.	26
TABELA 2 – DADOS NA UNICEF, PARA 1000 NASCIDOS VIVOS, ATÉ UM ANO.....	27
TABELA 3 – OS NÚMEROS DO CRIME.	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 DEPOIS DA TEORIA	23
1.1 VERDADE E CONFLITO.....	29
1.2 CONSENSO	31
1.3 DESENVOLVIMENTO	32
1.4 REDUÇÃO	34
1.5 CULTURA (NATUREZA) E ESCATOLOGIA.....	36
2 BABEL.....	39
2.1 CRONOLOGIAS.....	40
2.2 CRÉDITOS	42
2.3 O CAPITALISMO E A GUERRA AO TERROR.....	42
2.4 O ESTADO-NAÇÃO E O CRIME	47
2.5 OBJETIVIDADE.....	55
2.6 FATO E VALOR.....	61
2.7 ASPECTOS ÉTICOS.....	64
CONCLUSÃO	66
BIBLIOGRAFIA.....	96

INTRODUÇÃO

Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto e – se os leitores partilham da tese deste livro – por quê. Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão. (Eric Hobsbawm – *Era dos Extremos*)

Dedico este filme a meus filhos, as luzes mais brilhantes na escuridão. (Filme *Babel*).

O historiador Eric Hobsbawm, em 1994, no seu livro *a Era dos Extremos*, retrata o final do século passado como um momento de inquietação por parte dos pensadores e estudiosos. O triunfo das ciências naturais na promoção do bem-estar material da civilização não havia se mostrado suficiente para que o futuro fosse antevisto com serenidade e boas perspectivas:

Era um mundo que podia levar a cada residência, todos os dias, a qualquer hora, mais informação e diversão do que dispunham os imperadores em 1914. Ele dava condições às pessoas de se falarem entre si cruzando oceanos e continentes ao toque de alguns botões e, para quase todas as questões práticas, abolia as vantagens da cidade sobre o campo.

Por que, então, o século não terminara com uma comemoração desse progresso inigualado e maravilhoso, mas num estado de inquietação? Por que, como as epígrafes deste capítulo, **tantos cérebros pensantes o vêem em retrospecto sem satisfação, e com certeza sem confiança no futuro?**¹ (grifo nosso)

Em 2003, Terry Eagleton² introduziu um novo tema no debate sobre Modernidade e Pós-modernidade ao propor que o pós-modernismo tenha chegado ao seu fim, assinalando, conseqüentemente, para um ponto de inflexão nas forças sociais ou alterações da realidade social. Em 2006, a indústria cinematográfica lançou o filme *Babel*, dirigido por Alejandro González Iñárritu com roteiro de Guillermo Arriaga, objetivamente direcionado a temas e aspectos significativos desta mesma realidade social.

Nosso objetivo neste trabalho é perceber se as teses lançadas por Eagleton são contempladas ou não, e de que forma, no filme *Babel*. Neste sentido, o livro *Depois da Teoria* (2003), de Terry Eagleton, nos proporciona o eixo, permanecendo o debate entre

¹ HOBBSAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.22.

² EAGLETON, T. **Depois da teoria**: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Modernidade e Pós-modernidade como pano de fundo em nossa análise. Temos como elemento de referência para nossa pesquisa a crise das metanarrativas da Modernidade e seu possível ressurgimento e, portanto, torna-se necessário identificar aspectos, principalmente aqueles ligados a fatos sociais, para conhecer como se caracterizaria uma possível volta dessas metanarrativas, ou de uma nova grande narrativa, transitando no atual contexto pós-moderno e que sinalizaria o seu fim.

A atenção, em nosso caso imperativa, à permanente discussão sobre Modernidade e Pós-modernidade, pode se mostrar frutífera ao proporcionar a compreensão de rupturas e continuidades entre ambos os momentos históricos³ e, logicamente, além deles. Certamente, se pode iluminar o presente através do exame do passado, e reexaminar o passado recente a partir dos seus desdobramentos atuais. Em especial, este reexame, como nos alerta Fredric Jameson, deve estar atento ao desafio dos efeitos do passado recente, especialmente em um tempo no qual a História parece se perder em um eterno presente. Admitimos que nossa pesquisa aborda assuntos sujeitos aos efeitos da “Incerteza de Heisenberg”⁴ aplicada à história, uma vez que os mesmos se relacionam a uma possível transformação, ainda incipiente, da realidade social. Entretanto, a aceleração dos eventos no mundo atual, suas transformações vertiginosas, no mínimo permite, senão exige, que se proceda à análise histórica de eventos de um passado recente, mas, que sabemos seguramente, já totalmente transformado. Não se pode esperar que decorram séculos após uma transformação social para estudá-la, nos termos do que tem sido a história das civilizações humanas. A dificuldade para se definir o Pós-modernismo e a Pós-modernidade não implica necessariamente na sua inexistência, e o problema de se historicizar o passado recente não exclui a condição inicial

³ Sobre pós-modernidade e modernidade como momentos históricos ver JAMESON, F. **Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. 2.ed. São Paulo: Ática, 2002, p.72: “A concepção de pós-modernismo aqui esboçada é uma concepção histórica e não meramente estilística. É preciso insistir na diferença radical entre uma visão do pós-modernismo como um estilo ‘opcional’ entre muitos outros disponíveis e uma visão que procura apreendê-lo como a dominante cultural da lógica do capitalismo tardio”.

⁴ Jameson admite para o pós-modernismo a mesma dificuldade ao tratar de obras e textos pós-modernos: “De fato, em uma dessas extraordinárias mutações pós-modernas, em que o apocalíptico se transforma no decorativo (ou pelo menos se apequena de repente para se tornar ‘algo que se tem em casa’), o lendário fim da arte de Hegel – o conceito premonitório que assinalava a suprema vocação antiestética ou transestética do modernismo de se tornar mais do que arte (ou religião, ou mesmo mais do que ‘filosofia’ em seu sentido mais estreito) – se torna agora, mais modestamente, apenas o fim da ‘obra de arte’ e a chegada do texto. Mais isso causa comoção entre as categorias da crítica quanto nas da ‘criação’: a disparidade e incomensurabilidade fundamental entre texto e obra significa que selecionar textos exemplares e, através da análise, fazer com que estes suportem o peso universalizante de um particular representativo transforma-os, de novo, naquele fenômeno mais antigo, a obra, que não deveria mais existir no pós-moderno. Este é, por assim dizer, o princípio de Heisenberg do pós-modernismo, e o problema de mais difícil representação para qualquer comentarista solucionar, a não ser através de uma infundável projeção de slides, um ‘fluxo total’ prolongado até o infinito”. (JAMESON, *op. cit.*, 2002, p.20-21).

para a possibilidade de seu surgimento. Vistos sob ponto de vista de um dominante cultural, a periodização pode ser admitida em função da radical distinção entre os dois momentos em seu “significado e função social, devido ao posicionamento muito diferente do pós-modernismo no sistema econômico do capitalismo tardio, e, mais ainda, devido à transformação da própria esfera da cultura na sociedade contemporânea”⁵.

Considerações sobre Modernidade e Pós-Modernidade

Para nosso estudo, a caracterização destes dois momentos, ou momento e derivação, faz-se necessária. Entre aqueles que consideram o pós-modernismo como realidade, todos aceitam que o mesmo surge do Modernismo e seu torvelinho, existindo, entretanto, distinção quanto à sua eclosão separando correntes de entendimentos fundamentalmente divergentes, conforme veremos adiante.

O Século XVIII foi marcado por abrigar diversas concepções filosóficas, correntes intelectuais e questionamentos religiosos. O Iluminismo, influenciado principalmente pelas concepções mecanicistas que haviam surgido na seqüência da revolução científica do século XVII, afirmou que a superação das idiosincrasias, da tirania e superstição da Idade Média e o progresso da humanidade, estavam associados ao ideal de conhecimento crítico e conseqüente melhoramento do Estado e da Sociedade. Consistiu em um movimento concreto de pensamento e ação, sustentando a capacidade dos seres humanos de tornarem o “mundo melhor” mediante introspecção, livre exercício das capacidades humanas e do engajamento político-social. Immanuel Kant⁶ descreveu-o assim:

Enlightenment is man's emergence from his self-imposed immaturity. Immaturity is the inability to use one's understanding without guidance from another. This immaturity is self-imposed when its cause lies not in lack of understanding, but in lack of resolve and courage to use it without guidance from another. Sapere Aude! [dare to know] "Have courage to use your own understanding!"--that is the motto of enlightenment⁷.

⁵ JAMESON, *op. cit.*, 2002, p.31.

⁶ KANT, I. **An Answer to the Question: What is Enlightenment?** (1784). Disponível em: <http://www.english.upenn.edu/~mgamer/Etexts/kant.html>. Acesso em: 18 abr. 2009.

⁷ O Iluminismo representa a saída dos seres humanos de uma tutela que estes mesmos se impuseram a si. Tutelados são aqueles que se encontram incapazes de fazer uso da própria razão independentemente da direção de outrem. É-se culpado da própria tutela quando esta resulta não de uma deficiência do entendimento, mas da falta de resolução e coragem para se fazer uso do entendimento independentemente da direção de outrem. Ouse conhecer! Tem coragem para fazer uso da tua própria razão! – esse é o lema do Iluminismo. (tradução nossa)

O período de 1453, quando da tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, a 1789 – Revolução Francesa – é marcado profundamente pela substituição do modo de produção feudal pelo modo de produção capitalista e pode ser visto como reflexo dessa substituição ou pela ruptura ou “revolução social”. Marx⁸ refere-se a este “aspecto capitalista”, citando Adam Smith e David Ricardo, como a concepção de que é o indivíduo do século XVIII “produto, por um lado, da decomposição das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças de produção que se desenvolvem a partir do século XVI”.

O Iluminismo foi o nascedouro do “Projeto Moderno”, uma proposição concreta da emancipação da razão, da “construção” de um homem crítico e capaz de se autoguiar – o cidadão. Por consequência, com radicais mudanças sociais, políticas e nas estruturas de Estado e poder: “[...] as bases legitimadoras de um poder ideologicamente neutro do Estado provém, em última análise, das fontes profanas da filosofia dos séculos XVII e XVIII”⁹.

O “Projeto Moderno”, principalmente, é a construção do homem crítico mediante a criação de estruturas e condições sociais capazes de proporcionar meios para o surgimento deste homem, o Cidadão, a realização de ideal iluminista. Além da citada “revolução social”, está na base de sua proposta mais decisiva e nevrálgica a elaboração dos trabalhos de Descartes, Isaac Newton, Thomas Hobbes, entre outros, e, em especial, do “Contrato Social” de Rousseau.

A legitimação e a estrutura ideológica (conjunto de idéias e conceitos) que serviram de alicerce à introdução do “Projeto Moderno” no Ocidente, estão assentadas sobre metanarrativas. A legitimação de cada uma de suas idéias, propostas ou projetos, baseou-se em fundamentação lógica, concorrente (consensual) para diversos pensadores e conclusiva, admitida, portanto, como universal e, também, legitimadora para a modificação ou transformação de cada aspecto da vida humana que essas idéias ou estruturas afetariam. Esse fundamento – *Idéia* (conforme conceito de Jean-François Lyotard) – deveria sustentar as ações desencadeadas, funcionar como uma referência para todas as realidades humanas, possuir “valor legitimante porque é universal”¹⁰ e ser compreendida naturalmente.

Metanarrativas que fundamentaram o Projeto Moderno pertencem a uma classe de narrativas teleológicas, cujo teor legitimaria os objetivos propostos e as ações desencadeadas

⁸ MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos. **Os pensadores**: Marx: Volume I. 4.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p.3.

⁹ HABERMAS, J. & RATZINGER, J. **Dialética da secularização**: sobre razão e religião. SCHÜLLER, F. (org.). São Paulo: Idéias & Letras, 2007, p.28.

¹⁰ LYOTARD, J. F. **O pós-moderno explicado às crianças**. 2.ed. Portugal: Dom Quixote, 1993. p.32.

para atingi-los. Destacam-se a “emancipação progressiva da razão e da liberdade, emancipação progressiva ou catastrófica do trabalho”¹¹. Tais elementos fazem pressupor, de fato, uma essência humana universal, um norte ao qual deveria encaminhar-se a civilização. Está, para esta dissertação, admitido estritamente o entendimento, e evidentemente suas implicações, que Lyotard dá a este termo.

Vista por essa perspectiva, a Modernidade é definida por Lyotard¹², também, como uma metanarrativa ou grande narrativa da realização da universalidade. A construção do Estado Civil em substituição ao Estado Eclesiástico e, ou, Monárquico, é que, de fato, inaugura o Projeto Moderno, com marco o histórico da Revolução Francesa. O período que compreende o processo pelo qual a razão destruiu as imagens religiosas do mundo e criou uma cultura profana é chamado de Modernidade, a qual “foi elevada, desde fins do Século XVIII, a tema filosófico”¹³. Sobre modernidade, ou tempos modernos, Habermas¹⁴ pontua:

O princípio do mundo moderno é em geral a liberdade da subjetividade, princípio segundo o qual todos os aspectos essenciais presentes na totalidade espiritual se desenvolvem para alcançar o seu direito. Quando Hegel **caracteriza a fisionomia** dos novos tempos (ou do mundo moderno), elucida a ‘subjetividade’ por meio da ‘liberdade’ e da ‘**reflexão**’: ‘A grandeza de nosso tempo é o reconhecimento da liberdade, a propriedade do espírito pela qual este está em si consigo mesmo’. Nesse contexto a expressão subjetividade comporta quatro conotações: a) individualismo: no mundo moderno, a singularidade infinitamente particular pode fazer valer suas pretensões; b) direito de crítica: o princípio do mundo moderno exige que aquilo que deve ser reconhecido por todos se mostre a cada um como algo legítimo; c) autonomia da ação: é próprio dos tempos modernos que queiramos responder pelo que fazemos; d) por fim, a própria filosofia idealista: Hegel considera como obra dos tempos modernos que a filosofia apreenda a idéia que se sabe a si mesma. Os acontecimentos-chave históricos para o estabelecimento do princípio da subjetividade são a Reforma, o Iluminismo e a Revolução Francesa. (grifo nosso).

A crise da Modernidade começa a ser vislumbrada a partir de 1920. As diversas tragédias do século XX conduziram Lyotard a afirmar que o “Projeto Moderno” havia se esgotado, os objetivos propostos não haviam sido alcançados e estava falido o modelo concebido e implantado. Declara desacreditadas as metanarrativas da Modernidade. Nessa discussão, Jürgen Habermas refere-se à Modernidade como um projeto inacabado que precisa ser redirecionado:

¹¹ *Ibid.*, p.31.

¹² *Ibid.*, p.32.

¹³ HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p.1.

¹⁴ HEGEL *apud* HABERMAS, *ibid.*, p.25.

[...] (está) ameaçado o equilíbrio que se estabeleceu na *Idade Moderna*, entre os três grandes meios de integração social, porque os mercados e o poder administrativo desbancam a solidariedade social de um número crescente de âmbitos da vida, o que implica o enfraquecimento de sua ação coordenadora sobre valores, normas e uso da linguagem voltado para o entendimento.¹⁵

Para o mesmo autor¹⁶, o projeto moderno ainda é a única fonte capaz, até o momento, de viabilizar uma situação melhor para a existência humana:

[...] o Estado-Nação democrático e constitucional proveniente da revolução francesa foi, até o momento, a única formação de identidade bem sucedida na história universal que conseguiu unificar sem coação os momentos do universal e do particular. O partido comunista foi incapaz de substituir a identidade do Estado-Nação.

A transferência da população do campo para as cidades, assim como o fim da Idade Média que se consumou em 1960, de forma súbita, para mais de 80% da população mundial, para quem a morte do campesinato nos isola para sempre do mundo do passado, revelam moldes da sociedade atual¹⁷. Dentro dessa realidade, a cultura assume a condição de natureza e o processo de modernização está completo, conforme Jameson¹⁸:

[...] O pós-modernismo é o que se tem quando o processo de modernização está completo e a natureza se foi para sempre. É um mundo mais completamente humano que o anterior, mas é um mundo no qual “a cultura” se tornou uma verdadeira “segunda natureza”.

É também necessário, a este trabalho, expor que Modernismo se refere aos movimentos culturais do início do Século XX marcados pela idéia de que as formas tradicionais das artes plásticas, literatura, design, organização social e da vida cotidiana estavam ultrapassadas, sendo irrefreável (irrevogável) a mudança na visão de mundo. Para Jameson¹⁹, os Modernos mostravam-se “compulsivamente preocupado com o Novo” e “pensavam o objeto em si mesmo substantivamente, de modo essencialista ou utópico”, exigindo adaptação das visões de mundo às novas realidades que eram permanentes e iminentes seus desdobramentos. Aceitar que o que era novo era também bom e belo. O termo Modernismo também é utilizado significando “uma tendência que se manifestou no âmbito de

¹⁵ HABERMAS & RATZINGER, *op. cit.*, 2007, p.51.

¹⁶ HABERMAS, *op. cit.*, 2002, p.507.

¹⁷ HOBSBAWM, *op. cit.*, 1995, p.283.

¹⁸ JAMESON, *op. cit.*, 2002, p.13.

¹⁹ *Ibid.*, 2002.

várias religiões – judaísmo, protestantismo, catolicismo – e que se configurou como um afã por transformar de maneiras sobremodo radicais certas estruturas tradicionais, não só de pensamento e interpretação como também dogmáticas”²⁰. Neste trabalho, usaremos o termo Modernismo ou Modernidade no sentido filosófico, conforme Habermas.

As discussões sobre modernidade nos anos 50 e 60 criaram as condições para que a expressão “pós-moderno” pudesse circular nos meios intelectuais entre cientistas sociais. Para Hobsbawm²¹, quando as pessoas se deparam com algo inesperado, procuram dar-lhe nome, mesmo que não consigam “defini-lo nem entendê-lo”. Conforme Arnold Gehlen²², “[...] as premissas do *Aufklärung* estão mortas, apenas suas conseqüências continuam em curso”. Os pressupostos que davam sustentação para a concepção humana de coerência, verdade, razão, objetividade, entre outras, existentes na Modernidade, são questionados na Pós-modernidade.

A Pós-modernidade pode ser entendida como a descontinuidade da modernidade e preconiza a ruína do mito do progresso humano. A “emancipação da razão” não foi atingida. O objeto da modernidade ou seu sujeito não se conformaram aos ideais prometidos e perseguidos. Para Lyotard, o que de fato inaugurou a pós-modernidade não foi uma nova idéia, “mas os fatos que se construíram na base da disputa pela ‘boa idéia’”²³ tendo Auschwitz como marco emblemático e, segundo Hobsbawm²⁴, “jamais a face do globo e a vida humana foram tão dramaticamente transformadas quanto na **era que começou** sob as nuvens em cogumelo de Hiroxima e Nagasaki” (grifo nosso).

Estes fatos, ou Fato, como um arremedo das remotas e, até então, acanhadas disputas havidas sobre fronteiras territoriais, consistem na imensa e destrutiva disputa envolvendo fronteiras intelectuais. Realizam-se ainda de forma completa e suficientemente trágica em números, motivações, ilegalidade e ilegitimidade, de forma a não deixar quaisquer dúvidas sobre si e seus objetivos. Sobre o século XX, Willian Golding²⁵ (prêmio Nobel, escritor, Grã-Bretanha), diz: “Não posso deixar de pensar que este foi o século mais violento da história humana”.

²⁰ MORA, J. F. **Dicionário de filosofia**, tomo III. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2001. p.1990.

²¹ HOBSBAWM, *op. cit.*, 1995, p.282.

²² GEHLEN *apud* HABERMAS, *op. cit.*, 2002, p.6.

²³ LYOTARD, *op. cit.*, 1993, p.33.

²⁴ HOBSBAWM, *op. cit.*, 1995, p.177.

²⁵ GOLDING *apud* HOBSBAWM, *idem*, p.11.

Para Eagleton²⁶, Pós-modernidade se define, em linhas gerais, como oposto de modernidade:

[...] Pós-modernidade é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a idéia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. [...] vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiossincrasias e à coerência de identidades.

Caracterizam a existência²⁷ deste momento, talvez melhor fosse dizer “movimento”, fenômenos culturais; e a arte e a estética pós-moderna refletem incredulidade acerca das metanarrativas que sustentaram o “Projeto Moderno”. Além da ruptura, não desprezo, com os ideais modernistas, a Pós-modernidade também mostra sua desconfiança absoluta na Tecnociência, na História e em discursos totalizantes.

Um paralelo pode ser tentado entre postulados relativos aos dois períodos. A verdade deixa de ter caráter universal e absoluto e passa a ser local e relativa. O mundo regido pela razão está destruído pelas guerras universais. O progresso tecno-científico transmuta-se na destruição do homem e da natureza. A cultura judaico-cristã que permeou o modernismo cede espaço ao multiculturalismo.

Na Modernidade, havia uma idéia universal como condutora para uma vida humana melhor e, necessariamente, compartilhada do pressuposto de uma essência humana também universal capaz de ser analisada, avaliada e julgada segundo critérios éticos e estéticos – os critérios da razão. Essa essência é questionada na pós-modernidade, de maneira que todo candidato à essência humana é dissecado até sua insuficiência, pois “suspeita, portanto, da idéia de natureza”.²⁸ O pós-modernismo é, de certa forma, uma crise de legitimação: a ausência de algo que possa se chamar de essência humana gera a impossibilidade de uma *Idéia* universalizante e, também, legitimadora.

A Pós-modernidade não trata de legitimar algo de forma diferente da Modernidade e propõe que pequenas narrativas continuem a existir na vida cotidiana legitimando, portanto, as soluções locais, desconsiderando-se as soluções universais

²⁶ EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p.7.

²⁷ Muitos teóricos colocam em dúvida, ou negam terminantemente, a existência da Pós-modernidade. Connor, a este respeito diz que: “o debate sobre ele pode ser visto, em parte, como a prova de sua existência. Os debates críticos sobre o Pós-modernismo constituem o próprio pós-modernismo” (CONNOR, Steven. **Cultura pós-moderna**: introdução às teorias do contemporâneo. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2000, p.25). Dentre as várias características apontadas por aqueles que afirmam sua existência, destaca-se a crise das metanarrativas, conforme Lyotard.

²⁸ EAGLETON, *op. cit.*, 2005.

totalizantes que são, em última análise, autoritárias – ou têm caráter totalitário.²⁹ A substituição das narrativas universais pelas particulares (pequenas narrativas) está na agenda pós-moderna porque “nossa tendência para sobrecarregar a narrativa como legitimação arcaica é interessante em si mesma na problemática que é aqui a nossa, a do totalitarismo moderno”³⁰. Contrapondo-se à suposição de que a permissividade de tudo também seria uma legitimação totalitária, o mesmo autor³¹ afirma que a soberania das pequenas narrativas “que lhes permitiria escapar à crise de deslegitimação [...] não têm valor de legitimação” e, portanto não podem ser totalizantes.

Esta substituição comporta a possibilidade da ausência de legitimação instalar o “direito do mais forte” em detrimento “da força do direito”, a despeito de considerações sobre discursos e realidade. Hobsbawm³² relata o retorno da barbárie, “ou seja, mais especificamente, a reversão do que poderíamos chamar de projeto do Iluminismo do século XVIII”. Entretanto, o Pós-Modernismo não aceita o retrocesso e discute a noção de “moderno” e “progresso”. Não aceita a realidade, social e individual, como objeto construído pela razão ou que esta detenha a propriedade autoral sobre o mundo em que vivemos. Frequentemente, podemos aduzir, na história das grandes civilizações, que o Estado tornou-se o Divino: “Faraó, César, *L'État c'est moi*”. A razão parece muito à vontade para assumir este Olimpo.

A noção de progresso é contestada no Pós-modernismo, negando que os acontecimentos da vida humana caminhem, quase como numa orquestra, afinados na execução da mesma música. Parte dessa contestação irá atingir a História como ferramenta capaz de aglutinar acontecimentos e mostrar a coerência e objetividade do progresso humano. Desconsidera que o Historicismo possa elevar a História à condição de metanarrativa universal e legitimante. Essa história universal da humanidade³³ não contemplaria todas as pequenas narrativas e seria ela mesma uma narrativa incoerente e incompleta, incapaz de ordenar e dar lógica à enorme quantidade de acontecimentos do mundo.

Da mesma forma, Lyotard³⁴ retrata a tecnociência como instrumento da posse do homem sobre a natureza:

²⁹ LYOTARD, *op. cit.*, 1993.

³⁰ LYOTARD, *op. cit.*, 1993, p.60.

³¹ *Ibid.*, p.34.

³² HOBBSAWM, E. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.269.

³³ LYOTARD, *op. cit.*, 1993.

³⁴ LYOTARD, *op. cit.*, 1993, p.34.

(Esta posse) [...] desestabiliza-o profundamente: porque, sob o termo “a natureza”, é preciso contar com todos os constituintes do sujeito humano: o seu sistema nervoso, o seu código genético, o seu computador cortical, os seus captadores visuais, auditivos, os seus sistemas de comunicação, nomeadamente lingüísticos, e as suas organizações de vida em grupo [...]. O homem talvez seja apenas um nó muito sofisticado na interação geral das irradiações que constituem o universo.

As transformações ocorridas, especialmente após a década de 60, são imensas, podendo ser, em seu aspecto cultural, ilustradas estatisticamente com Hobsbawm³⁵: Número de pessoas vivendo sós: Início do século, 6%, 1991, mais de 25% (UK); as famílias (clássicas) caíram de 44% de todas as casas para 29% entre 1960 e 1980 (EUA); quase metade dos partos na Suécia foi de mães solteiras na década de 80; o comparecimento à missa em Québec na década de 60 caiu de 80% para 20%; na Inglaterra e País de Gales, em 1938, houve um divórcio para 58 casamentos – em meados da década de 80 houve 1 divórcio para 2,2 casamentos.

Antes que se estabeleça um definitivo e incontestável reconhecimento da Pós-Modernidade, com o conseqüente término da Modernidade, Eagleton teoriza seu fim. Nosso trabalho pretende compreender esta proposição, buscar evidências que possam lhe dar consistência e verificar se o filme *Babel* ilustra o possível fim do pensamento chamado de Pós-modernismo.

Elencamos duas possibilidades bem distintas, buscando perceber elementos que permitam aferir a afirmação de Eagleton: (1) evidenciando a condição pós-moderna e possíveis determinantes da crise do Estilo de Pensamento Pós-moderno; (2) ou examinando a possibilidade de continuidade da Modernidade. Não consideramos a possibilidade da volta das metanarrativas como uma continuidade do Pós-modernismo porque se trataria de uma desintegração de um de seus fundamentos. Se, de fato, é possível perceber a mudança da Modernidade para a Pós-modernidade, tornar-se-ia impossível não perceber seu inverso, e o retorno de metanarrativas universais se configuraria não somente em mais uma “mudança” no Pós-modernismo. Em nosso primeiro capítulo, iremos apresentar a fisionomia que Eagleton confere à Pós-modernidade e sua possível crise.

³⁵ HOBBSAWM, *op. cit.*, 1995, p.315-330.

Objeto

Em nosso segundo capítulo apresentaremos o estudo que realizamos sobre o filme selecionado com o objetivo de encontrar essa possível crise exposta de forma direta ou identificar elementos capazes de demonstrá-la, insinuar ou refutá-la. Sem apontar causas, fundamentar a volta de metanarrativas, explorar valores e relações culturais, é nosso interesse, entretanto, se for o caso, determinar como estes elementos estariam expostos. Entre as produções artísticas, o cinema tem predominância em termos de informação e sedução “por sua capacidade de produzir plenamente qualquer continuum espaço-temporal imaginado, [...] mostra-se idêntico à realidade”³⁶. É uma arte socialmente abrangente por ser, fundamentalmente, muito pouco seletiva no nível das competências iniciais exigidas a cada um para compreendê-la, conferindo-lhe estatuto democrático em relação ao acesso. É ao mesmo tempo arte e meio de comunicação, capaz de provocar multiplicidade de interações sociais, por vezes inesperadas, fora do domínio estritamente estético.

Para Cléber Eduardo³⁷, nas décadas de 1980 e 1990, diretores como Alejandro Iñarritu buscavam um cinema de responsabilidade social, “encarregados de lidar com injustiças e marginalidades”, mantendo-se filiados a um discurso de terceiro-mundo, mas ideologicamente afetados pelos modelos americanos “morais, éticos e políticos”. A questão de uma possível nociva presença americana em filmes fora de Hollywood imporia, inclusive, o dever de questionar “se os financiamentos e elencos multinacionais de filmes latino-americanos não inviabilizam seu *status* como documentos nacionais e mantêm apenas a nostalgia de uma pureza cultural”³⁸.

Entretanto, conforme o mesmo autor, a partir dos anos 2000 “já não se esperam dos latino-americanos os índices de latinidade fabular ou social, mas que, em primeira e última instâncias, sejam realizadores sem necessariamente emitir sinais de origem”³⁹, encerrando a discussão sobre a dominação hollywoodiana e surgindo a “adesão conciliadora, sem programas estéticos e ideológicos, dos latino-americanos transnacionais”⁴⁰. Alejandro

³⁶ RAMOS, F. P. (org.). **Teoria contemporânea do cinema: pós-estruturalismo e filosofia analítica**. São Paulo: SENAC, 2005. v.1., p.100.

³⁷ EDUARDO, C. Diretores transnacionais latino-americanos (1985-2007) *in* BATISTA, M. & MASCARELLO, F. (org.). **Cinema mundial contemporâneo**. São Paulo: Papirus, 2008. p.197.

³⁸ *Ibid.*, p.199.

³⁹ *Ibid.*, p.198.

⁴⁰ *Ibid.*, p.198.

González Iñarritu, influente diretor latino-americano, o orçamento e a própria estrutura de realização multinacional, demonstram que, em seu sentido pré-fílmico e pós-fílmico nos termos de Metz, *Babel* se insere nessa discussão transnacional que Cléber menciona. Expomos, embora de forma concisa, esses aspectos relativos à produção para argumentar que o filme *Babel* é, de fato, material consistente e apropriado a nossa pesquisa, porque, se não dá suporte a nenhuma ideologia, pode-se analisá-lo na tentativa de perceber quais ideologias ou idéias estão presentes em seu discurso.

O filme atrai mais nosso interesse por seu conteúdo semântico que por aquilo que sua produção⁴¹ pode revelar: *Babel* mostra ao mesmo tempo um mundo fragmentado que parece buscar desesperadamente alguma forma de universalidade, em um momento histórico no qual, paradoxalmente, as idéias universais não ecoam na sociedade, mas em que a prática das relações humanas está, mais do que nunca, interligada.

Traz quatro núcleos dramáticos distintos que terão seu elo narrativo derivado de um acontecimento fortuito. Pessoas separadas geograficamente e de diferentes culturas irão mostrar a natureza humana⁴² e as barreiras que nos separam ou limitam (fronteiras). A proposta é descrever acontecimentos cotidianos no Japão, México, EUA e Marrocos de maneira inter-relacionada. O filme espraia-se, então, sobre projetos e estruturas sociais humanas (o estado de coisas em que se encontra o mundo e os caminhos-descaminhos), e desta forma, envolve-se significativamente com os temas do livro *Depois da Teoria*⁴³.

Sem a pretensão, por óbvias razões, de querer apresentar conclusões ou comprovações definitivas sobre a existência ou não de uma pós-modernidade, sua possível crise ou um retorno das metanarrativas como uma nova ruptura paradigmática, buscamos aqui aprender com este debate que parece longe de se esgotar.

⁴¹ Se produtos deste setor visam o lucro, o filme que escolhemos versa sobre tema cuja especificidade não seria, pode-se supor, capaz de despertar o interesse de grandes multidões, grandes bilheterias. Efetivamente avaliamos que foi feita uma opção técnica e objetiva diante da relação custo benefício para o extenso investimento de US\$ 25.000.000,00 que a obra exigiu, além de ser uma “co-produção entre EUA, México e França” (EDUARDO, C. *op. cit.*, p.209). Não possuímos as informações sobre as variáveis consideradas nessas análises, mas podemos inferir que estão presentes o volume do público alvo, específico, e os modos de exibição; o marketing e a disseminação da informação, a sala de cinema e a exibição caseira. Pode-se ir além, levantando a possibilidade de que o público-alvo não seja fator determinante ou que sua especificidade não esteja mais tão restrita a determinados círculos. Não só recursos financeiros estão em jogo em situações como esta – há claramente uma implicação política, desejada ou não.

⁴² O filme enfoca a universalidade da natureza humana e contrapõe esse elemento com as questões culturais que diferem de um lugar para outro. Apresenta, assim, a discussão sobre a essência humana e suas implicações quanto aos projetos da humanidade como o Capitalismo, Socialismo, Globalização.

⁴³ Poderíamos recorrer a outros filmes em nossa análise.

1 DEPOIS DA TEORIA

A grande maioria das manifestações (discussões) acerca de Modernidade e Pós-modernidade têm sido sobre noções e valores, postulados Iluministas e sua negação, objetividade e subjetividade, cultura e narrativa. Exemplo disto pode ser constatado:

1) Com Habermas⁴⁴:

No século XX, a fundamentação pós-Kantiana dos princípios constitucionais liberais teve de haver-se menos com as seqüelas do direito natural objetivo (e da ética material de valores) e mais com as formas históricas e empiristas da crítica. (...) para defender um conceito não-derrotista da razão contra o contextualismo em um conceito não-decisionista da validade do direito contra o positivismo jurídico.

A tarefa principal consiste em explicar: por que o processo democrático é aceito como um processo legítimo de criação de direito; e por que a democracia e os direitos humanos estão interligados com a mesma primordialidade no processo constituinte.

A explicação se encontra na comprovação de que o processo democrático, na medida em que satisfaz as condições de uma formação inclusiva e discursiva da opinião e da vontade, justifica uma presunção de aceitabilidade racional dos resultados e; de que a institucionalização jurídica de tal processo de criação democrática do direito exige a garantia simultânea tanto dos direitos básicos liberais quanto dos políticos.

O ponto de referência desta estratégia de fundamentação é a constituição que os cidadãos associados se dão a si mesmos, e não à domesticação de um poder de Estado pré-existente.

2) Com Lyotard⁴⁵:

Mas o povo é uma Idéia, e discute-se e combate-se para se apurar qual é a boa idéia de povo [...] A Pós-modernidade também é o fim do povo-rei das histórias. [...] esse projeto de que Habermas diz que permaneceu inacabado, e que deve ser retomado, renovado. *O meu argumento* é o de que o projeto moderno não foi abandonado e esquecido, mas destruído, liquidado. Há diversas formas de destruição, diversos nomes que a simbolizam. Auschwitz pode ser considerado como nome paradigmático para o inacabamento trágico da Modernidade. (grifo nosso).

O argumento de Lyotard ao decretar a destruição e a falência da Modernidade é imenso e sólido: “É o crime que inaugura a Pós-modernidade, crime de lesa-soberania, já não mais regicídio, mas populicídio (distinto dos etnocídios)”⁴⁶, e “O século XIX e o século XX

⁴⁴ HABERMAS & RATZINGER, *op. cit.*, 2007, p.29.

⁴⁵ LYOTARD, *op. cit.*, 1993, p.32-34.

⁴⁶ *Ibid.*, p.33.

saciaram-nos de terror. Já pagamos o suficiente a nostalgia do todo e do uno, da reconciliação do conceito e do sensível [...]”⁴⁷.

Entendemos que quaisquer discursos críticos contrapostos à Pós-modernidade devem versar, também, diretamente sobre estes argumentos que Lyotard apresenta, tal como ele próprio reclama: “O meu argumento”. Ponderamos que o livro de Eagleton atende esta condição e não consiste em, apenas, mais um tratado sobre axiomas, valores e juízos entre Modernidade e Pós-modernidade, apesar da crítica, em sua maioria, ter se manifestado considerando-o sob esta ótica.

Nossa pesquisa deve identificar no que o autor se sustenta para entender que uma nova transformação está a caminho e o que se descortina em frente. Ao mesmo tempo e quando possível, realçaremos as situações, fatos ou evidências que possam ser detectadas pela análise que faremos do filme *Babel*, concorrentes com a fisionomia que Eagleton confere ao pós-modernismo e sua possível crise. Interagimos, obrigatoriamente, com o texto para ordenar ou esclarecer sua posição e sentido dentro de nosso estudo, abstendo-nos, a priori, de oferecer comentários sobre o mesmo, apesar de os extratos colhidos serem objeto da nossa crítica. Esta é uma difícil tarefa por tratar-se de um tema novo, sobre o qual outras manifestações são ainda escassas – mas foi esta nossa proposta acadêmica, e, neste sentido, contamos que se releve alguma impropriedade. Tenhamos ou não deixado de apreciar algum aspecto das teses e posicionamentos de Terry Eagleton em seu livro, devemos garantir que a fisionomia por nós admitida condiz com o sentido exposto pelo autor. Na parte relativa à conclusão, reservaremos espaço para as considerações que julgarmos necessárias ou importantes sobre as afirmativas que o autor faz e, também, se for o caso, que tenha deixado de fazer.

Em Depois da Teoria, publicado em 2003, Terry Eagleton aborda as questões que julga fundamentais para assentamento de suas teses e afirmativas. Na página 107, o autor relata:

À medida que a grande narrativa da globalização capitalista e a reação destrutiva que traz em seu rastro desdobram-se por todo o planeta, surpreendem esses intelectuais num momento no qual muitos deles já praticamente cessaram de pensar em termos políticos. Confrontado com um inimigo político implacável e, além disso, fundamentalista, o ocidente sem dúvida será forçado, cada vez mais, a refletir sobre os fundamentos de sua própria civilização.⁴⁸

E, após 297 páginas, encerra seu livro:

⁴⁷ *Ibid.*, p.27.

⁴⁸ EAGLETON, *op. cit.*, 2005, p.107.

Com o deslancar de uma nova narrativa global do capitalismo, junto com a chamada guerra ao terror, pode muito bem ser que o estilo de **pensamento conhecido como pós-modernismo tenha se aproximado de um fim**. Foi, afinal, a teoria que nos assegurava que as grandes narrativas eram coisa do passado. Talvez sejamos capazes de vê-lo, em retrospectiva, como uma pequena narrativa que ele tanto apreciava. Isso, no entanto, propõe a teoria cultural um novo desafio. Se for para se engajar numa ambiciosa história global, tem que ter recursos adequados, tão profundos e abrangentes quanto a situação que confronta.⁴⁹ (grifo nosso).

Inicia-o com a frase: “A idade de ouro da teoria cultural há muito já passou”, impondo-se ao tema como um observador suficientemente distante para contornar os efeitos do passado recente sobre o qual fará suas análises. Utiliza expressões como: “inovadores escritos iniciais”; “os trabalhos pioneiros”; “originalidade desses precursores”.

Advoga que “estamos vivendo agora as conseqüências do que se pode chamar alta teoria, numa época que, tendo se enriquecido com os insights de pensadores como Althusser, Barthes e Derrida, também avançou, de alguma forma, além deles”⁵⁰. Afirma que o ocidente talvez precise de legitimações sobre o seu modo de vida num momento em que o pós-modernismo relataria estas como descartáveis, precárias.

Situa o presente, avaliando que temas como estruturalismo, marxismo e similares não são objeto de preocupação intelectual. Ao invés, temas mundanos, corriqueiros e sem importância exercem “fascínio maior que a política do Oriente Médio”⁵¹. Coloca esta superficialidade diante das demandas biológicas humanas e apropria-se do insofismável adágio popular: “um homem com fome vira bicho”, citando ao mesmo tempo, Nietzsche. Demonstra afastar-se daquilo que ele mesmo classifica como trivial para dar consistência as suas assertivas, além de abrigar-se contra ataques diretos ou neutralizar uma possível e eloqüente indiferença de pensadores Pós-modernos.

Contabiliza ganhos e destaca méritos da Teoria Cultural, em especial o de estabelecer que a cultura popular necessita ser estudada, assim como gênero e sexualidade são legítimas questões de persistente importância política.

A teoria cultural estava lá para relembrar à esquerda tradicional o que ela havia menosprezado: arte, prazer, gênero, poder, sexualidade, linguagem, loucura, desejo, espiritualidade, a família, o corpo, o ecossistema, o inconsciente, etnicidade, estilo de vida, hegemonia.⁵²

⁴⁹ *Ibid.*, p.297.

⁵⁰ *Ibid.*, p.14.

⁵¹ *Ibid.*, p.15-16.

⁵² *Ibid.*, p.52.

Observa, entretanto, que nem todos os estudiosos da cultura são cegos ao narcisismo ocidental e contrapõe as demandas da miséria humana material à displicência e negligência que detecta. Não há fatos que provoquem comoção instalando-se uma mesmice – “o presente plus mais emoções”⁵³, com a leniência e a apatia de estruturas consolidadas. Uma distração que pode custar caro:

De qualquer modo, uma nova e ameaçadora fase política global abriu-se agora, **nem mesmo os mais reclusos acadêmicos serão capazes de ignorá-la**. Ainda assim, o que se provou mais danoso, pelo menos até a emergência do movimento anticapitalista, foi a ausência de memórias de ação política coletiva – e efetiva. É isso que tem distorcido tantas idéias culturais contemporâneas⁵⁴. (grifo nosso)

Eagleton diferencia o estilo de pensamento que denomina Pós-modernidade da forma de cultura que denomina de Pós-modernismo. Usa, entretanto, “o termo mais trivial ‘pós-modernismo’ para abranger as duas coisas, dada a evidente relação entre elas”⁵⁵. Confronta a Pós-modernidade com as demandas atuais afirmando que este “estilo de pensamento” tendo produzido seus efeitos, está esgotado e não é suficiente para resolver graves questões sociais que estão a nossa volta. Ignorando fontes ainda ativas e seus ecos, aborda o instante atual como um possível ponto de inflexão ou transição, abrindo espaço para discorrer sobre uma perspectiva futurista e o passado, inclusive o recente.

Aponta, com igual intensidade e realismo, que o argumento de Lyotard está presente agora em relação também a Pós-modernidade:

Tem sido acanhada em respeito à moralidade e à metafísica, embaraçada quando se trata de amor, biologia, religião e revolução, **grandemente silenciosa sobre o mal**, reticente a respeito da morte e do sofrimento, dogmática sobre essenciais, universais e fundamentos, e superficial a respeito de verdade, objetividade e ação desinteressada. **Por qualquer estimativa, essa é uma parcela da existência humana demasiado grande para ser frustrada**. Além disso, este é um momento bastante embaraçoso da história para que nos achemos com pouco ou nada a dizer sobre questões tão fundamentais. Vejamos se podemos começar a **corrigir nossas deficiências abordando esses problemas sob uma outra luz**.⁵⁶ (grifo nosso).

Entendemos que estas alegações do autor não estão sujeitas à crítica de Lyotard de que “sob a procura geral de falta de rigor e de permissividade, ouvimos murmurar o desejo de

⁵³ *Ibid.*, p.20.

⁵⁴ *Ibid.*, p.20-21.

⁵⁵ EAGLETON, *op. cit.*, 1998, p.7.

⁵⁶ EAGLETON, *op. cit.*, 2005, p.144.

recomeçar o terror, de realizar o fantasma de esmagar a realidade”⁵⁷.

A guerra ao Iraque (ver Tabela 1), com toda a sua extensa destruição e centenas de milhares de civis mortos, foi desencadeada apenas pelo petróleo, e conforme David Harvey⁵⁸:

As armas de destruição em massa (o principal motivo alegado para um ataque antecipatório) não constituíam uma ameaça e nada de substancial se descobriu a seu respeito. A suposta ligação de Saddam com a Al Qaeda e com o 11 de setembro não existia. Os serviços de inteligência revelaram ter passado por graves problemas. As audiências e os relatórios da Comissão do 11 de setembro e o Relatório do Senado Americano sobre os Serviços de Inteligência, ao lado das investigações [do procurador geral britânico Lorde James] Hutton e de [Lorde] Butler, na Inglaterra, documentam que foram usados dados não avaliados, inconsistentes e não comprovados obtidos pelos serviços de inteligência para justificar a decisão de ir à guerra.

Tabela 1 – Extrato de relatório da ONU sobre o Iraque / agosto de 2008.

Visit of the Special Representative of the Secretary-General for children and armed conflict to Iraq and the region	
Basic services in Iraq	Global statistical
<ul style="list-style-type: none"> • School attendance has dropped from 83% in 2005 to 53% in 2007 • 417 schools were attacked in 2006 • 300 teachers were killed in 2006 • 70% of schools throughout Iraq are damaged by war or lack of maintenance • Reliable access to safe water is available to only 40% of the population and sewage treatment capacity under 17% • 1% of children are orphaned by both parents and 6% by one parent • 30% of children show signs of high stress due to violence and armed conflict 	<ul style="list-style-type: none"> • 29 million Iraqis • Half of the population is below the age of 18 • 4.9 million IDPs and refugees: 2.7 million are internal displaced, 2.2 million are external displaced • 40% of IDP and refugee populations are children, 60% of whom are in the Kurdistan region • 70.000 women have been widowed since 2003 • 870.000 children are orphaned by the death of one or both parents

Fonte: http://www.un.org/children/conflict/_documents/countryvisits/IraqVisitReport.pdf, adaptado.

Apenas para argumentar, pode-se admitir a possível associação entre as conseqüências da Modernidade, ainda em curso, conforme assevera Arnold Gehlen⁵⁹, com as tragédias que se perpetuam. Isto levaria à constatação da insuficiência da Pós-modernidade

⁵⁷ LYOTARD, *op. cit.*, 1993, p.27.

⁵⁸ HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004. p.171.

⁵⁹ GEHLEN *apud* HABERMAS, *op. cit.*, 2002.

para resolver problemas, que existem e são severos, e que as narrativas particulares claudicam mesmo localmente. Evidentemente, não se poderia desejar herdar o mundo sem herdar os seus problemas.

A discrepância entre as taxas de mortalidade infantil nas diversas regiões do mundo é algo completamente inexplicável, inaceitável e injustificável:

Tabela 2 – Dados na UNICEF, para 1000 nascidos vivos, até um ano.

País	1990	2006
Japão	5	3
Alemanha	7	4
Colômbia	26	17
Brasil	48	19
Iraque	42	37
Moçambique	158	96
Angola	154	154
Afeganistão	168	165

Fonte: http://www.unicef.org/brazil/pt/sowc2008_br.pdf, adaptado.

Para cada milhão de seres humanos que nascem, pode-se ter a expectativa de que não sobrevivam 3.000 ou 165.000. Tudo depende do local. Do acaso. Não se trata de um genocídio por omissão ou negligência escandalosa? Alguma coisa impede, ou impossibilita, a solução de tal problema? Esses dados sublinham a afirmativa de Habermas sobre a solidariedade desbancada, principalmente diante dos avanços da tecno-ciência.

Estas informações desautorizam quaisquer referências, no âmbito de nosso estudo, a um imaginário interesse a “recomeçar o terror”. Sistemáticamente, Eagleton coloca a Pós-modernidade diante da realidade e a responsabiliza por posicionamentos e soluções: “A teoria cultural tem que ser capaz de prestar contas, em alguma medida, de seu próprio surgimento, de seu desenvolvimento e de suas falhas”.

O conflito e a destruição, que determinaram a suspeição dos postulados e metanarrativas da Modernidade, e a constatação de sua persistência, inclusive sob mesma forma, impõem a mesma suspeição ao estilo de pensamento Pós-moderno.

1.1 VERDADE E CONFLITO

Eagleton estabelece verdade como realidade: “continua sendo válido que não pode estar chovendo lá fora apenas no meu ponto de vista”⁶⁰, e afirma:

[...] As culturas compreendem o mundo de maneiras diferentes e o que algumas vêem como um fato, outras não; mas se verdade significa apenas verdade-para-nós **então não pode haver conflito** entre nós e outras culturas, pois verdade é, igualmente, apenas verdade-para-eles. [...] ⁶¹

A conclusão apresentada tem sentido lógico. Se há subjetividade, relatividade, na “verdade” para a condição acima, então realmente não poderia, ou deveria haver conflitos culturais ou entre culturas distintas⁶². Entretanto, os conflitos existem e podem ser extensos, significativos e, muitas vezes, intensamente destrutivos, tornando óbvio que a verdade não é subjetiva sob todo e qualquer ponto de vista.

Conceitua que verdade absoluta significa que entre duas opiniões contrárias e corretamente emitidas, pelo menos uma tem que estar, forçosamente, errada. Isto, contudo, não significa que “‘absolutamente verdadeiro’ signifique verdadeiro independentemente de qualquer contexto”⁶³. Conclui, e demonstra como visto acima, que “Os campeões do Iluminismo estão certos: a verdade realmente existe. Mas certos também estão os críticos do contra-iluminismo: existe a verdade, mas é monstruosa”⁶⁴.

Seria muito bom, certamente melhor, que pudéssemos ouvir que a verdade, apenas por enquanto ainda é monstruosa e que sua feição será mais amena. O relacionamento entre culturas na globalização implica a cultura “deles” e a cultura “nossa”, não estando presentes, entretanto e conforme se constata, quaisquer prescritivos eficientes em relação a neutralizar o conflito. Prescritivos dessa natureza não são uma das preocupações mais pungentes do

⁶⁰ EAGLETON, *op. cit.*, 2005, p.154.

⁶¹ *Ibid.*, p.152.

⁶² Eagleton ilustra sua afirmativa com um caso particular e didático: “[...] sendo também extremamente conveniente para nós sustentemos que impor relações sexuais às criancinhas contribui para seu bem-estar emocional e estabilidade psicológica nos anos subseqüentes, enquanto a cultura vizinha não vê assim. Como a visão da outra é inteiramente relativa ao seu próprio modo de vida, não pode, naturalmente, ter nenhum efeito sobre nosso comportamento. Em todo caso, se cada quadro de referências cultural constrói o mundo de forma suficientemente distinta, é difícil de enxergar como quadros distintos poderiam compartilhar a mesma proposição. [...]”. (*Ibid.*, p.152-153)

⁶³ *Ibid.*, p.152.

⁶⁴ *Ibid.*, p.155.

Capitalismo. Para Eagleton, “cultura é o próprio ar social que respiramos”⁶⁵, é aquilo que, aliado às nossas condições biológicas, determinará qual padrão de sujeito adulto o grupo ou sociedade tem a expectativa de ver surgir em seu meio. Mundos diferentes produzem significados diferentes, portanto a expectativa de que ambientes culturais distintos pudessem “naturalmente” conviver sem conflitos, ou negociá-los, está sob suspeita. Não se trata de discutir quais das patas do elefante sagrado é mais sagrada⁶⁶. Trata-se de constatar que estando presentes as condições existirá o conflito, por mais irracional que este possa ser. Podemos fazê-lo sufocar, ignorá-lo ou relativizá-lo, mas ele existirá potencialmente. Desconsiderá-lo na forma de uma verdade-para-nós pode proporcionar condições ideais para sua eclosão.

The Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) SIPRI – Yearbook 2008 apresentou os seguintes números para a corrida armamentista em 2007⁶⁷:

World military expenditure is estimated to have been \$1339 billion in 2007 — a real-terms **increase of 6 per cent over 2006 and of 45 per cent since 1998**. This corresponded to 2.5 per cent of world gross domestic product (GDP) and \$202 for each person in the world. The subregion with the highest increase in military expenditure over the 10-year period 1998–2007 was Eastern Europe, at 162 per cent.⁶⁸ (grifo nosso).

Entendemos que o conflito anteposto desta forma à Pós-modernidade e suas concepções deverá ser contestado ou assimilado, considerando-se transcorridas décadas desde a edição da obra ‘A condição pós-moderna’, de Lyotard, e que entre as transformações⁶⁹ que

⁶⁵ *Ibid.*, p.78.

⁶⁶ EAGLETON, *op. cit.*, 2005.

⁶⁷ Disponível em: http://www.sipri.org/contents/milap/milex/mex_trends.html. Acesso em: 19 abr. 2009.

⁶⁸ Despesa militar mundial é estimada em \$1.339 bilhões para 2007 – em termos reais aumenta em 6 por cento sobre 2006 e em 45 por cento desde 1998. Isto corresponde a 2,5 por cento de produto interno bruto e \$ 202 por cada pessoa no mundo. A sub-região com o maior aumento da despesa militar em 10 anos – período de 1998-2007, é o Oeste Europeu com 162 por cento. (tradução nossa)

⁶⁹ Não cabe em nosso estudo uma descrição ou discriminação de todos os aspectos, informações ou elementos que sustentam as conclusões que apresentamos. Cabe neste caso, entretanto, apresentar a seguinte exposição de Hobsbawm: “Gostaria de ilustrar a amplitude do abismo entre o período anterior a 1914 e o nosso. Não me apoiarei no fato de que nós, que passamos por desumanidade maior, tendemos hoje a ficar menos chocados com as moderadas injustiças que envergonharam o século XIX. Um erro isolado da justiça na França (O Caso Dreyfus), por exemplo, ou vinte manifestantes presos por uma noite pelo exército alemão em uma cidade da Alsácia (o incidente de Zabern em 1913). O que desejo lembrar a vocês são normas de conduta. Clausewitz, escrevendo após as Guerras Napoleônicas, pressupunha que as forças armadas dos Estados civilizados não executariam seus prisioneiros de guerra ou não devastariam países. As guerras mais recentes em que a Grã-Bretanha se envolveu, ou seja, a Guerra das Malvinas e a Guerra do Golfo, sugerem que isso não é mais pressuposto. Além disso, para citar a 11ª edição da *Enciclopédia Britânica*, ‘a guerra civilizada’, dizem-nos os manuais, confina-se na medida do possível, à incapacitação das forças armadas do inimigo; caso contrário, a guerra continuaria até que uma das partes fosse exterminada. ‘É por um bom

ocorrem vertiginosamente nestes tempos pós-modernos não estão aquelas capazes de proporcionar a paz. A qualquer juízo de valor acerca de questões subjetivas, sociais, estruturais de Estado ou mesmo estéticas, amparados pelos Modernistas com os critérios da Razão, foi anteposto o decreto de Lyotard do fim da Modernidade. Da mesma forma, para os juízos defendidos pela Pós-modernidade, está anteposto, agora, o mesmo argumento, o conflito e horror, inclusive colocando-a sob a suspeita de conter potencial para originar e desencadear mais fatos de natureza conflituosa.

1.2 CONSENSO

Conforme Lyotard, é preciso chegar a uma prática e a uma idéia da justiça, que não é um valor ultrapassado ou suspeito, que não seja relacionada à do consenso, que é um valor ultrapassado e suspeito. Entretanto, se é necessário o consenso sobre regras, ele deverá ser obtido localmente:

motivo” – E aqui a *Britânica* cita Vattel, um advogado internacional do nobre iluminismo do século XVIII – ‘que essa prática passou a ser um costume nas nações da Europa’. Não é mais um costume da Europa ou de nenhum outro lugar. Antes de 1914, a concepção de que a guerra devia-se dar contra combatentes e não contra não-combatentes era uma concepção comum a rebeldes e revolucionários. O programa do Narodnaya Volya, o grupo russo que assassinou o czar Alexandre II, afirmava explicitamente ‘que indivíduos e grupos alheios a sua luta contra o governo seriam tratados como neutros, sendo suas pessoas e propriedades invioláveis’. Aproximadamente na mesma época, Frederic Engels condenava os fenianos irlandeses (com quem estavam todas suas simpatias) por colocarem uma bomba em Westminster Hall, arriscando assim a vida de inocentes ali presentes. Como um velho revolucionário com experiência em conflito armado, ele achava que a guerra deveria ser movida contra combatentes e não contra civis. Hoje, esse limite não é reconhecido por revolucionários e terroristas, como também não o é pelos governos que promovem a guerra.

Sugiro então uma breve cronologia dessa escorregada pelo declive da barbarização. São quatro os seus estágios principais: a Primeira Guerra Mundial, o período de crise mundial desde o colapso de 1917-20 até o de 1944-7, as quatro décadas da Guerra Fria e, por último, o colapso geral da civilização conforme conhecemos sobre extensas áreas do mundo a partir dos anos 80. Há uma óbvia continuidade entre os três primeiros estágios. Em cada um as lições anteriores de desumanidade do homem para com o homem foram aprendidas e se tornaram a base de novos avanços de barbárie. A mesma conexão linear não existe entre o terceiro e quarto estágios. O colapso dos anos 80 e 90 não se deu graças às ações de agentes humanos de decisão que poderiam ser reconhecidas como bárbaras, como os projetos de Hitler e o terror de Stálin, lunáticas, como os argumentos justificando a corrida rumo à guerra nuclear, ou ambas, como a Revolução Cultural de Mao. **O colapso ocorreu porque os agentes de decisão não sabem mais o que fazer quanto a um mundo que escapa ao seu ou ao nosso controle, e porque a transformação explosiva da sociedade e da economia a partir de 1950 produziu um colapso e ruptura sem precedentes nas regras que governam o comportamento em sociedades humanas.** O terceiro e quarto estágios, portanto, superpõem-se e interagem. Hoje as sociedades humanas estão falindo, mas sob condições em que os padrões de conduta pública permanecem ao nível a que foram reduzidos nos períodos anteriores de barbarização. Até agora não deram nenhum significativo de estarem novamente se elevando” (HOBSBAWM, *op. cit.*, 1998, p.270-271). (grifo nosso)

O segundo é o princípio que, se existe consenso sobre regras que definem cada jogo e os “lances” que aí são feitos, este consenso deve ser *local*, isto é, obtido por participantes atuais e sujeito a uma eventual anulação. Orienta-se então para a multiplicidade de metaargumentações versando sobre metaprescritivos e limitadas no espaço-tempo⁷⁰.

De tal forma que o contrato temporário, limitado ao espaço-tempo, suplante “de fato a instituição permanente de matérias profissionais, afetivas, sexuais, culturais, familiares e internacionais, como nos negócios políticos”⁷¹.

Não se trata de, admitida uma suspeição ao *argumento*, demonstrar um real paradoxo sobre a afirmativa de Lyotard de que a justiça não está ultrapassada ou suspeita, entretanto depende de consenso particular, ou universal limitado no tempo-espaço, para realizá-la. Pode tratar-se, entretanto, de perguntar: e se o consenso mais atual rejeitá-la, rejeitar a própria justiça? A Pós-modernidade consideraria uma justiça-para-nós e uma justiça-para-eles e não seria, então, a justiça ultrapassada e suspeita? A matriz energética mundial é extremamente delicada, com a possibilidade de conflagrações cada dia maiores que ronda a humanidade. Seria praticada a justiça se a geração mais atual decidisse preservar ao máximo os recursos à sua disposição com o objetivo de garantir seu uso às gerações futuras? Como cada geração mais atual se comportaria nas mesmas condições? Nestes casos, qualquer que fosse o consenso local, ou contrato temporário, novamente não deveria existir conflito. Porém os conflitos existem e, para Eagleton, suas raízes se nutrem e se mantêm também de subjetividade: “Subjetividade é uma questão de valor, enquanto o mundo é uma questão de fato”⁷².

1.3 DESENVOLVIMENTO

Lyotard afirmou em 1985:

Mas tornou-se impossível legitimar o desenvolvimento através da promessa de uma emancipação da humanidade inteira. Essa promessa não foi cumprida. O perjúrio não foi devido ao esquecimento da promessa; é o próprio desenvolvimento que

⁷⁰ LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998. p.119.

⁷¹ *Ibid.*, p.119.

⁷² EAGLETON, *op. cit.*, 2005, p.187.

impede de a cumprir. O neo-analfabetismo, o empobrecimento dos povos do Sul e do Terceiro Mundo, o desemprego, o despotismo da opinião e, portanto, dos preconceitos repercutidos pelos *media*, a lei de que é bom o que é “performativo” – isto não é devido à falta de desenvolvimento, mas ao desenvolvimento. É por isso que já não ousamos chamar-lhe progresso⁷³.

Eagleton⁷⁴ expõe que a falha da Teoria Cultural, ou Pós-modernismo, entretanto, está em prometer e não conseguir resolver problemas fundamentais, relatando que massas inteiras de homens e mulheres têm sofrido a miséria de uma cidadania de segunda classe. Nações inteiras são empurradas para a periferia. Classes inteiras de pessoas são consideradas disfuncionais. O capitalismo não faz considerações a estes aspectos da sociedade, somente ao lucro. Confinar a maior parte do pensamento cultural atual nos Estados Unidos, país cujo governo tem mais interesse em dominar o mundo do que refletir sobre ele. Associa a Teoria Cultural ao Capitalismo, o capitalismo à Pós-modernidade e às tragédias humanas atuais. As mesmas tragédias que são associadas à Modernidade pela própria Pós-modernidade.

A condição dos pobres é intolerável, em parte, porque os recursos para aliviá-la existem em abundância. A fome é chocante, em parte, por ser desnecessária. A mudança social é necessária por causa do lamentável estado do planeta, mas também possível devido aos avanços materiais.⁷⁵

Avaliamos que as pessoas consideradas disfuncionais às quais Eagleton se refere são aquelas que não representam possibilidade de lucro direta ou não podem ser performativas. Assim, as concessões do capitalismo às crianças se dão na medida da capacidade de gerar lucros que seus protetores detenham. Sem desejar estabelecer qual é esse conjunto de pessoas, realçamos que estão entre estas as crianças e os idosos. Entendemos que estes se incluem nas exclusões do pós-modernismo segundo Eagleton: “O pós-modernismo é obcecado pelo corpo e aterrorizado pela biologia. O corpo é um tópico tremendamente popular nos estudos culturais norte-americanos – mas é o corpo plástico, remodelável e socialmente construído, não o pedaço de matéria que adoece e morre”⁷⁶.

Novamente a Pós-modernidade é confrontada com seus próprios argumentos. Não há legitimação do desenvolvimento, mas a realidade social continua idêntica, porém mais trágica, àquela dos tempos da Modernidade.

⁷³ LYOTARD, *op. cit.*, 1993, p.115.

⁷⁴ EAGLETON, *op. cit.*, 2005.

⁷⁵ EAGLETON, *op. cit.*, 2005, p.244.

⁷⁶ EAGLETON, *op. cit.*, 2005, p.251.

1.4 REDUÇÃO

O que está em confronto, assim entendemos, é o argumento de Lyotard – ou metanarrativa de Auschwitz – em relação ao argumento de Eagleton – ou metanarrativa sem nome paradigmático ou simplesmente metanarrativa sem nome. A redução que Eagleton efetua levando os dois momentos a se defrontarem com fatos que significam realidades idênticas, implicaria no descrédito das metanarrativas universais e das narrativas particulares da Pós-modernidade. Os argumentos de Eagleton e Lyotard a este respeito são idênticos. Na conclusão deste nosso trabalho voltaremos a tratar desta situação. Milhões de matérias jornalísticas comprovam o argumento de Eagleton:

Seymour Hersh, do New Yorker, o primeiro jornalista a denunciar as torturas praticadas pelos soldados americanos na prisão de Abu Ghraib, Iraque, afirmou, durante palestra que assistiu a tapes onde podíamos ver as crianças sendo sodomizadas. O pior de tudo era ouvir seus gritos.⁷⁷

Na capa da Folha de sexta passada e nos jornais do mundo inteiro: a soldado americana Lynndie England segurando a tira que mantém um iraquiano, nu e rastejante, na coleira.⁷⁸

O governo iraquiano anunciou que pretende reconstruir a prisão de Abu Ghraib, fechada em 2006 após um escândalo de abuso de prisioneiros por parte de tropas americanas. Sem estabelecer uma data para a reabertura, um porta-voz iraquiano afirmou que já está formado o comitê que vai supervisionar a reconstrução. Uma parte da prisão virará museu para mostrar os crimes cometidos sob o antigo regime de Saddam Hussein.⁷⁹

A “civilização” ocidental perdeu a vergonha. A hipocrisia tomou o seu lugar. Em 28 de Setembro, ouviu-se o primeiro-ministro britânico Gordon Brown, na National Public Radio, falar da repulsa do povo britânico pela violência infligida pelo governo birmanês contra o seu povo. Mas Brown nada disse acerca da violência que o governo britânico está a exercer sobre os iraquianos e os afegãos. Também George Bush adotou uma pose angélica quando declarou: “O mundo está a ver o povo da Birmânia ocupar as ruas para exigir a liberdade, e o povo estadunidense está solidário com essas pessoas corajosas”. Bush e Brown não têm a mesma compreensão para com os que, no Iraque e no Afeganistão, exigem a liberdade e o fim da ocupação estrangeira das tropas estadunidenses e britânicas.⁸⁰

⁷⁷ Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/11/434497.shtml>. Acesso em: 19 abr. 2009.

⁷⁸ Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=277ASP028>. Acesso em: 19 abr. 2009.

⁷⁹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u440973.shtml>. Acesso em: 19 abr. 2009.

⁸⁰ Disponível em: <http://tribunaliraque.info/pagina/artigos/breves.html?n=10&col=1&o=0&d=0&c=30>. Acesso em: 19 abr. 2009.

No Dia da Memória de 2007, os grandes e os bons inclinaram suas cabeças no Cenotáfio. Generais, políticos, leitores de jornais, dirigentes do futebol e correctores de acções vestiram as suas melhores roupas. A hipocrisia sentia-se. Ninguém mencionou o Iraque. Ninguém exprimiu o mais ligeiro remorso pelos caídos daquele país. Ninguém leu a lista proibida.⁸¹

A documentação fotográfica sobre os horrores da guerra contra o Iraque está disponível em milhares de sítios de Internet e não caberia aqui reproduzi-las. O crime de lesa-soberania está consumado e ritualizado; o populicídio físico e moral festejado; detalha-se e decora-se o festim com regicídio; contornam-se as diferenças; e, na ausência de realezas, enforca-se o simulacro. O crime legitima-se nos crimes, e não se trata da reedição de Talião.

A letalidade das guerras do século XX deu-se numa escala considerada mais vasta do que tudo que ocorrera antes. A primeira Grande Guerra começou na Europa, envolveu o mundo e marcou o início da guerra de massa. Hobsbawm⁸², diz que “em suma, 1914 inaugura a era do massacre (Singer, 1972, pp. 66 e 131)”. A Guerra ao Terror confirma a continuidade da era do massacre. Conforme Lyotard, a guerra moderna entre nações é sempre uma guerra civil: “Eu, governo do povo, contesto a legitimidade do teu governo”⁸³.

Se a Modernidade e seus fundamentos, o consenso geral entre estes, não possuem legitimação porque são predicados pelo terror e pelo horror, a Pós-modernidade (não nos referimos aos estudos culturais) está sob a mesma acusação. Estão sob suspeição as aferições e proposições da Pós-modernidade, especialmente as mais basilares. As dúvidas atingem o conceito e o fundamento:

[...] Uma das idéias fundamentais para os estudos culturais é a **compreensão da cultura como o campo de conflito e negociação** no interior de formações sociais dominadas pelo poder e atravessadas por tensões relativas a classe, gênero, raça e sexualidade. [...] ⁸⁴. (grifo nosso)

⁸¹ Disponível em: http://resistir.info/pilger/pilger_14nov07.html. Acesso em: 19 abr. 2009.

⁸² HOBBSAWM, *op. cit.*, 1995, p.32.

⁸³ LYOTARD, *op. cit.*, 1993. p.33

⁸⁴ STAM, R. **Introdução à teoria do cinema**. 2.ed. Campinas: Papyrus, 2003, p. 253.

1.5 CULTURA (NATUREZA) E ESCATOLOGIA⁸⁵

Eagleton sustenta que a cultura é o fundamento do mundo, não mais Deus ou a Natureza. Como nova natureza e substituta na naturalização das coisas, seu conceito é: “[...] você precisa encontrar uma forma diferente, mais atual, de conferir legitimidade ao seu modo de vida. [...]”⁸⁶. Destaca questão de cunho executivo, não relevante em relação a premissas, mas importante em relação à negociação objetiva ou relativização do conflito, que consiste na isenção requerida para qualquer observador ou campo de negociação: “[...] Mas, enquanto estamos, de fato, dentro de uma cultura, não podemos espiar fora dela, de modo que nos parece um fundamento tanto quanto a Razão parecia a Hegel. De fato, o que veríamos se pudéssemos espiar além dela seria igualmente determinado pela cultura. [...]”⁸⁷. Este impedimento para julgarmos culturas diferentes não está presente ao avaliarmos a nossa própria cultura uma vez que esta possui “[...] muitas linhas diferentes, contraditórias, algumas das quais nos permitem sermos críticos de outras. [...]”⁸⁸. Isto nos faculta observar outras culturas, partindo do nosso próprio ponto de observação cultural. Aferições e críticas válidas nestas condições são relativas e não podem ser radicais, apresentando caráter de tradução.

A cultura é contingente e a Legitimação/Fundamentação que possa conferir será, por isso, não estável⁸⁹ – afirmação concorrente com o pensamento de Lyotard. Aliada a outras, esta constatação nos indica elementos presentes na base das teses do autor: no mundo pós-trágico do Pós-modernismo não existe salvação nem “nada a ser salvo”⁹⁰. A cultura fracassou ao substituir a escatologia:

⁸⁵ Eagleton aborda a escatologia sob a seguinte ótica: “Através de ritual e código moral, a religião podia ligar questões de valor absoluto à experiência diária de homens e mulheres. Nada era menos abstrato que Deus, céu, pecado, redenção. Assim como a arte encarna problemas fundamentais em signo, som, tinta e pedra, a religião os acolheu na experiência cotidiana em todo um conjunto de iconografia, sensibilidade devocional, padrões de conduta pessoal e um corpo de práticas culturais. Implantou a lei cósmica nas profundezas mesmas do individual, na faculdade conhecida como consciência. A fé amarrava o povo e os intelectuais, os simples crentes e o clero, no mais durável dos laços. Podia criar um senso de propósito comum para muito além da capacidade de uma cultura minoritária. **Delineava a mais grandiosa das narrativas, conhecida como Escatologia.** Podia entrelaçar, arte, ritual, política, ética, mitologia, metafísica e vida cotidiana, enquanto emprestava a este poderoso edifício a sansão de uma autoridade suprema” (EAGLETON, *op. cit.*, 2005, p.140-141). (grifo nosso)

⁸⁶ EAGLETON, *op. cit.*, 2005, p.91.

⁸⁷ *Ibid.*, p.90.

⁸⁸ *Ibid.*, p.94.

⁸⁹ *Ibid.*

⁹⁰ *Ibid.*, p.89.

Não é de admirar, então, que a cultura tenha estado em crise desde que foi alçada a proeminência. Pois foi **convocada** a assumir aquelas funções em uma era pós-religiosa; e não chega a surpreender que, **lamentavelmente**, tenha fracassado quase inteiramente nisso. Parte da força da religião foi ligar valor e fato [...] cultura racha ao meio esses domínios [...] a religião, em contraste, é cultura em ambos os sentidos e simultaneamente.⁹¹ (Grifos nossos)

A Pós-modernidade e o Pós-modernismo não foram pretendidos ou planejados – surgiram! O Mundo tornou-se⁹² pós-moderno. A convocação, nos termos de Eagleton, conforme veremos, deve ser vista, também, sob esta ótica: A Pós-modernidade realmente herdou o mundo, não o ocidente.

Depois da Teoria, é uma obra também eivada de cunho ideológico e contém formas próprias, ou indicativos, para a solução da problemática que expõe. Versa sobre a realidade consumada e tece considerações para o futuro próximo. Apresenta considerável, no sentido de extenso e coerente, suporte lógico ao conjunto de argumentos e ponderações que contém. Sobre previsões, Hobsbawm ilustra que:

Pode ou não ser desejável testar a previsão, mas ela emerge automaticamente da formulação de proposições sobre o continuum entre passado, presente e futuro, porque tal formulação implica referências ao futuro; mesmo que muitos historiadores possam até preferir não levar adiante suas formulações. Para adaptar a frase de Augusto Comte, *savoir* não é *pour prévoir* mas *prevoir* e parte do *savoir*, prever faz parte do saber.⁹³

⁹¹ *Ibid.*, p.141.

⁹² Conforme Hobsbawm no capítulo “A Revolução Social – 1945-90”: “A palavra-chave era a pequena proposição ‘após’, geralmente usada na forma latinizada ‘pós’ ou ‘post’ como prefixo para qualquer dos inúmeros termos que durante algumas gerações foram usados para assinalar o território mental da vida no século XX. O mundo, ou seus aspectos relevantes, **tornou-se** pós-industrial, pós-imperial, pós-moderno, pós-estruturalista, pós-marxista, pós-Gutenberg, qualquer coisa. Como os funerais, esses prefixos tomaram conhecimento oficial da morte sem implicar qualquer consenso, ou na verdade certeza, sobre a natureza da vida após a morte. Assim a transformação mais sensacional, rápida e universal da história humana entrou na consciência das mentes pensadoras que a viveram. Essa transformação é o tema do presente capítulo. A novidade dessa transformação está tanto em sua extraordinária rapidez quanto em sua universalidade (...) Em muitos aspectos, os que viveram de fato essas transformações na hora não captaram toda a sua extensão, pois as experimentaram paulatinamente, ou como mudanças na vida dos indivíduos que, por mais dramáticas que sejam, não são concebidas como revoluções permanentes. Por que a decisão da população rural de procurar trabalho na cidade implicaria, na mente deles, uma transformação mais duradoura do que o engajamento nas Forças Armadas ou em qualquer setor da economia de guerra implicou para homens e mulheres britânicos e alemães nas duas guerras mundiais? Eles **não pretendiam** mudar seu estilo de vida para sempre, mesmo que acabassem por fazer. São os que o vêem de fora, revisitando periodicamente os cenários de tais transformações, que reconhecem quanta coisa mudou”. (HOBSBAWM, *op. cit.*, 1995, p.282-283) (grifo nosso).

⁹³ HOBSBAWM, *op. cit.*, 1998, p.55.

Ponderada a nossa condição de iniciados neste tema tão complexo e intrigante, consideramos que os argumentos de Lyotard e de Eagleton são consistentes, assim como as propostas do Iluminismo e da Modernidade. Também Hobsbawm está certo com seu “retorno à barbárie”, mas relata que o horror intenso existe fora dela. O consenso geral e o consenso local são estruturas válidas diante da realidade que objetivam mudar. Eagleton diz que não há vida reflexiva sem teoria.

2 BABEL

As imagens intervêm na consciência e na representação contemporâneas, constituindo-se importante dispositivo na revelação de realidades e na construção do imaginário social. No cinema, a instância constitutiva é a imagem em movimento e o som e, portanto, através de recursos audiovisuais se faz a construção da mensagem que se quer comunicar. A direção – diretor – de um filme funciona como o organizador do visível dentro de uma estrutura específica de representação que permite criar uma sobre-exposição do real. Podemos entender o cinema como um modo de provocar efeitos sensoriais parecidos com os da realidade.

Jacques Aumont e Michel Marie propõem que a análise de filmes pode ser realizada pela perspectiva do *relato*, no nível do “argumento” dos filmes, de seu conteúdo semântico. Dentre as técnicas de análise fílmica destacadas por esses autores, parece mais adequada às nossas necessidades a de caráter descritivo, uma vez que “tudo pode ser descrito”⁹⁴ em um filme. Em nosso caso, a descrição de cada parte selecionada será orientada pelo interesse em observar o relato fílmico inserido no eixo de nosso estudo – as teses do livro *Depois da Teoria*.

Entre as várias possibilidades de detalhamento, considerando-se os diferentes elementos que constituem a obra cinematográfica (seqüência de planos, tipo de montagem, enquadramentos, movimentos de câmera, trilha sonora, etc.), escolhemos aquela que nos pareceu mais aberta e adequada para nossa abordagem, relacionada ao relato⁹⁵ e definida como descrição das imagens do filme.

Esta abordagem prevê uma descrição absolutamente textual, seqüenciada e livre dos elementos constituintes das imagens fílmicas, cabendo ao analista escolher os aspectos que lhe pareçam mais relevantes para ingressarem na descrição. A técnica⁹⁶ em questão desconsidera o uso de efeitos, como gráficos e ilustrações, ou uma divisão esquemática das partículas que compõem imagem e som no filme, como no caso da decupagem. Como reforçam os autores, “no que se refere à descrição de planos, não existe nenhuma receita-panacéia”.⁹⁷

⁹⁴ AUMONT, J. e MARIE, M. **Análisis del Film**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993. p55.

⁹⁵ *Ibid.* p.73.

⁹⁶ *Ibid.* p.56.

⁹⁷ *Ibid.* p.76.

Descrever uma imagem – quer dizer, traduzir à linguagem verbal os elementos informativos e significativos que ela contém – não é uma empreitada fácil, apesar de sua aparente simplicidade. E muito menos no momento em que uma segmentação fílmica, quer dizer, a descrição detalhada dos planos que compõem um filme, pressupõe sempre uma firme eleição analítica e interpretativa: com efeito, não se trata de descrever “objetivamente” e de maneira exaustiva todos os elementos presentes em uma imagem, de modo que o método utilizado na descrição sempre procederá, no fim das contas, da materialização de uma hipótese de leitura, seja esta explícita ou não.⁹⁸

Privilegiamos, em nossa descrição de imagens, a ação envolvendo as personagens o que inclui suas atitudes e suas tomadas de posição mais expressivas, a interação entre as personagens, seus diálogos, os movimentos realizados dentro do quadro. Entendemos que estes elementos são suficientes para encontrarmos referências às teses sobre a possível crise do pós-modernismo e de que forma estariam presentes em nosso objeto.

2.1 CRONOLOGIAS

Babel possui quatro núcleos narrativos paralelos que compõem sua história apresentada através de um roteiro com quebras de organização cronológica. Como aspecto do Pós-Moderno essa “quebra” relaciona-se à ruptura do espaço-tempo: “questão da organização da temporalidade em geral no campo das forças do pós-moderno”⁹⁹, na relação com o *sujeito* que perdeu sua capacidade de organizar o passado e futuro, de tal forma que sua produção cultural é um “amontoado de fragmentos”¹⁰⁰. O aspecto Moderno pode ser visto na forma de recurso de vanguarda, contrapondo o antigo e o novo, numa relação de transgressão que tinha o *novo* como paradigma. A caracterização do recurso, ora como aspecto do Moderno, ora do Pós-moderno, é constatada por Renato Luiz Pucci Jr., a exemplo da câmara na mão: “[...] antes um escândalo, agora presente em filmes comerciais”¹⁰¹.

Em nosso objeto, os núcleos dramáticos em si estão narrados em ordem cronológica, mas a relação entre esses núcleos é apresentada fora dessa ordem. A cronologia de cada núcleo dramático é mantida, evitando que se tenha a sensação de estar perdido na

⁹⁸ *Ibid.* p.73.

⁹⁹ JAMESON, *op. cit.*, 2002, p.52.

¹⁰⁰ JAMESON, *op. cit.*, 2002.

¹⁰¹ PUCCI JR., R. L. Cinema pós-moderno in MASCARELLO, F. (org.). **História do cinema mundial**. 3.ed. Campinas: Papirus, 2006. p.376.

linha narrativa do filme. A primeira mudança de um núcleo para o outro se apresenta com uma quebra abrupta da estrutura narrativa, mas ao desenvolver-se a narração, cada núcleo é retomado no exato ponto onde havia parado.

Em *21 gramas*¹⁰², percebemos uma estrutura semelhante à de *Babel* com núcleos dramáticos distintos e roteiro fragmentado – tanto os núcleos dramáticos como a narração fílmica apresentam-se desorganizados cronologicamente. Seu roteiro pode ser entendido, sob esse aspecto, como um recurso moderno que busca romper com a narrativa linear da *cultura de massa* pela fragmentação do roteiro, de forma a gerar “dificuldade” de entendimento pelo espectador, distinguindo arte e cultura de massa. Como aponta Andreas Huyssen,

[...] o abismo entre modernismo e a cultura de massa constituiria a grande divisão (*great divide*) da cultura contemporânea, que estaria em vias de ser superada pelo pós-modernismo. É por isso que o filme pós-moderno evita destruir a relação com o grande público, ao contrário do que ocorre em [...] todos [os] modernos e vistos como cineastas difíceis¹⁰³.

Sob esse aspecto, consideramos o roteiro de *Babel* como de mesma técnica, porém com a preocupação de que o recurso não *embaralhe* as narrativas para o grande público, buscando a superação pós-moderna de que fala Huyssen. *Babel*, neste aspecto, transigiria entre o Pós-moderno e o Moderno. Dirige ao espectador comum um tema de significativa complexidade.

Babel demonstra que a cultura de massa pode ser seletiva e responde à implicação de Hobsbawm:

[...] Em 1991, um joalheiro britânico que produzia para o **mercado de massa** criou um escândalo ao dizer numa conferência de homens de negócios que seus lucros vinham de venda de merda a pessoas que não tinham gosto para nada melhor. Ele, ao contrário dos teóricos pós-modernos, sabia que os julgamentos de qualidade fazem parte da vida.¹⁰⁴

Eagleton afirma que a Teoria Cultural tem sido insuficiente, e atrela esta insuficiência à Pós-modernidade e à distorção de idéias culturais contemporâneas. Interessa-

¹⁰² Filme com título original de 21Grams. Lançamento (EUA) em 2003 com direção de Alejandro González-Iñárritu e roteiro de Guillermo Arriaga. Produção de Alejandro González-Iñárritu, Ted Hope e Robert Salerno. Sua sinopse é: três pessoas, Paul (Sean Penn), Jack (Benicio Del Toro) e Cristina (Naomi Watts), têm seus destinos cruzados em função de um acidente. A partir dele serão testados os limites do amor e da vingança, assim como a promessa da redenção. Vinte e um gramas é o peso que uma pessoa perde no momento da morte. É o peso carregado pelos que sobrevivem.

¹⁰³ HUYSEEN, A. *apud* PUCCI JR., R. L. Cinema pós-moderno. In MASCARELLO, F. (org.). **História do cinema mundial**. 3.ed. Campinas: Papirus, 2006. p.376.

¹⁰⁴ HOBBSAWM, *op. cit.*, 1995, p.502-503.

nos a possível relação da crise do estilo de pensamento Pós-moderno com uma espécie de pós Teoria Cultural, engajada nas graves questões do mundo atual. *Babel* parece realizar, cinematograficamente, este engajamento.

2.2 CRÉDITOS

Uma trama simples com temas corriqueiros precisaria mais do que um filme belíssimo para manter as pessoas envolvidas e interessadas.

O fator que desencadeia a relação entre os núcleos de *Babel* consiste de um insólito, fútil e despropositado tiro efetuado por uma criança que pouco sabe sobre armas. Não se trata do inesperado retumbante, aquele que jamais se esperaria que acontecesse. É o inesperado trivial que está sendo narrado e que, genialmente articulado com a desarticulação cronológica, compõe mais de uma das mensagens em *Babel*. Esse inesperado cotidiano usado para nos manter vivos e atentos ao filme, é o mesmo que nos mantém vivos na vida real.

A parcial desorganização cronológica da narração interfere na expectativa do receptor da mensagem, não permitindo ao mesmo deduzir, de imediato, qual desenvolvimento terá o roteiro.

Iremos explorar da narrativa as seguintes linhas principais: O capitalismo e a guerra ao terror; o Estado-Nação e o crime; Objetividade.

2.3 O CAPITALISMO¹⁰⁵ E A GUERRA AO TERROR

Uma metanarrativa (Lyotard) opera como pano de fundo – segundo plano – dando sentido, significado e orientação a pequenas narrativas. A nova narrativa do capitalismo global, conforme Eagleton, pode ser mais bem compreendida através da guerra ao terror. A

¹⁰⁵ Em princípio consideramos que o termo metacapitalismo seria mais apropriado. Para tanto precisaríamos discorrer sobre ele e ligá-lo à noção de capitalismo de Eagleton e demais autores utilizados. Convencidos de que nosso trabalho não poderia comportar este desdobramento, mantivemos o termo capitalismo, ressaltando que deve-se entendê-lo no seu sentido mais atual e global, diferenciado do capitalismo conforme se entendia nos séculos XVIII e XIX.

Idéia do terrorismo, potencializada pelo ataque às torres gêmeas de 11 de setembro, assume função da metanarrativa para conferir legitimidade a incursões capitalistas no mundo. Harvey assevera que “[f]oi o combate ao terrorismo [...] que permitiu ao Estado acumular mais poder”.¹⁰⁶

As guerras ao Afeganistão e Iraque são utilizadas na mídia para lembrar e impor medo a todos através da *Idéia* de terror e terrorismo. Estabelecida como uma força presente e inidentificável (uma ação prestes a acontecer em qualquer lugar e sobre a qual não temos controle efetivo), fornece condições necessárias para que o capitalismo global seja legitimado para qualquer interferência que julgar conveniente.

Essa força presente e inidentificável transparece na narrativa de *Babel*: 1) culturalmente (estetizada), quando o pai dos meninos marroquinos conta que atrasaram sua chegada em casa devido a uma barreira policial em função de um ataque terrorista a um ônibus de turistas – a mãe rebate dizendo: “mas aqui não há terroristas”; e de pronto o marido finaliza a conversa: “mas nunca se sabe”; 2) concretamente, como imagem, entre outras, quando Chieko aparece em primeiro plano recebendo sua amiga em seu apartamento e em segundo plano aparece o noticiário na televisão mostrando o acontecimento de Marrocos como um ato terrorista. A vida de duas adolescentes está em primeiro plano enquanto uma narrativa sobre o terror opera em segundo plano.

Mais emblemático é o diálogo entre turistas e Richard quando este se desloca para fazer um pedido de socorro. Um dos turistas pergunta sobre a saúde de Susan e solicita: “Tire-a de lá, e vamos embora”. Richard pergunta para onde, e o turista justifica-se dizendo “numa cidade egípcia assim, mataram 30 turistas alemães. Não fazer o mesmo com a gente”. A conversa finaliza com o pedido de Richard para que esperem por ele e a afirmação de outro turista concluindo: “Não vamos nos arriscar, seja rápido”.

De certa forma, a política de combate ao terror é uma guerra mundial declarada, com sua incursão global alimentada e sustentada pela mídia. É um coadjuvante na tarefa de manter a sociedade *conformada* aos interesses do Capital, mas não só deste. A narrativa dramática dos personagens e os comportamentos psicológicos deste trecho apresentam o que Harvey chama de “paranóide da política norte-americana”. A representação deste medo “paranóide” é reforçada na seqüência do diálogo citado acima, no momento em que a câmera posiciona-se acima do ombro do turista “porta-voz” que está olhando para o alto de uma casa onde se encontra um homem negro que o olha resolutamente. A construção da cena através da

¹⁰⁶ HARVEY, D. *op. cit.*, 2004, p.24.

câmara de mão, subjetiva, mostra um marroquino em posição “superior”. A expressão do turista transmite vulnerabilidade e medo, tal qual a sensação que transmite a vigilância imposta por políticas públicas de norte-americanos e europeus (OTAN).

O terror gera uma sensação de iminência de algum ataque, que pode acontecer a qualquer momento e vindo de qualquer lugar; todos se tornam suspeitos; qualquer lugar não familiar se apresenta como hostil. O aspecto paranóide da política americana está presente em vários momentos e dá contorno ao tema do filme.

De acordo com Harvey, a nova política imperialista dos EUA está fundamentada em umas poucas proposições: “[...] a de que a liderança norte-americana é boa tanto para os Estados Unidos como para o resto do mundo; a de que essa liderança requer força militar, energia diplomática e compromisso com princípios morais; e a de que bem poucos líderes políticos defendem hoje a liderança global”¹⁰⁷. Ainda segundo o mesmo autor, o 11 de setembro proporcionou a oportunidade para que a referida política pudesse conquistar apoio interno e externo. “Depois do 11 de setembro, os neoconservadores passaram a ter seu ‘Pearl Harbor’”¹⁰⁸ e:

[...] houve a apropriação de um momento de solidariedade social e de patriotismo para construir um nacionalismo norte-americano capaz de oferecer a base para uma forma diferente de empreendimento imperialista e de controle interno [...] apoiou o governo em sua guerra ao terror e aceitou sacrificar parte das liberdades civis pela causa da segurança nacional [...] [f]oram instituídas draconianas suspensões dos direitos civis. Mantiveram-se prisioneiros ilegalmente e sem representantes legais [...] ocorreram detenções indiscriminadas de ‘suspeitos’ e muitos foram presos durante meses sem acesso à assistência social [...] [a] polícia podia deter arbitrariamente todo suspeito [...] [d]adas as ameaças implícitas do 11 de setembro e o clima de supressão da dissensão, a própria opinião liberal apoiou a idéia da invasão do Afeganistão, a derrubada do Taliban e a caçada global à Al Qaeda.¹⁰⁹

O patriotismo, de que Harvey fala, pode ser constatado na relação de confiança que os cidadãos mantêm para com seus Estados-nação. Em *Babel* o socorro eficiente é prestado através de aparatos que só o Estado-Nação pode fornecer: embaixada, helicópteros, telecomunicações, tecnologias e hospital contrastam com a esteira rota de uma cabana humilde, na qual uma pessoa gravemente ferida está deitada, e a assistência estóica, porém insuficiente, de uma idosa e de um veterinário.

No filme, Richard precisa providenciar tratamento para o ferimento de Susan e recebe a ajuda do guia turístico que os leva até a uma cidade próxima para que um médico

¹⁰⁷ HARVEY, *op. cit.*, 2004. p.155.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p.158.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p.156-157.

possa atendê-la. O hospital mais próximo estava muito distante. Após chegarem à cidade de Tazarine, Richard providencia uma ligação telefônica à sua cunhada nos EUA para que entre em contato com a embaixada e solicite ajuda, informando que “**Eles saberão o que fazer**”; e faz uma ligação para que uma ambulância possa levar Susan até o hospital. O fato fortuito (tiro disparado pelas crianças marroquinas sem a intenção de ferir especificamente a turista) ganha envergadura internacional como um ato terrorista e prontamente se torna questão de Estado com impasse diplomático entre Marrocos e EUA. O Estado americano chega a impedir, irregularmente, a ida de ambulância para socorrer Susan. Como aponta Habermas, apud Eagleton, “[...] O terrorismo, [...], seria outro exemplo [...] de tentativa de introduzir na política elementos esteticamente expressivos, [...] numa tentativa de reafirmar a política em face da administração pura”¹¹⁰. Como um desses elementos de que trata Habermas, a mídia explora o ocorrido para reafirmação dessa política, ou política paranóide conforme Harvey, na forma de um patriotismo performático. Não se trata de perguntar, convocar, o que o cidadão pode fazer por seu país, mas mostrar o que o Estado-Nação faz por ele. Richard acaba abandonado de forma dramática pelos demais turistas – americanos/ocidentais, mas este fato não é noticiado. A assistência do Estado ao casal é divulgada ao mundo propagando, implicitamente, a lealdade que o Estado-Nação democrático (EUA/OTAN) devotaria aos seus aliados.

Entendemos que a nova narrativa global, à qual Eagleton se refere, está relacionada com a mudança ou introdução de argumento mantendo o mesmo “projeto” da hegemonia capitalista. Não se trata mais de manter a dominação mundial através da globalização de mercados e da economia, mas da (in)segurança e do bem-estar, ou seja, do medo e da dor. Não significa, realçamos, descartar a narrativa da globalização dos mercados. Ações de Estado estão orientadas por esse novo vetor de uma *Idéia de terror* e espalham-se por todo o globo, tendo a mídia como instituição “onipresente” conferindo a necessária autenticação e legitimidade. Há, claramente expresso no filme, um retorno da autoridade/totalitarismo antes questionada e hoje legitimada pela guerra ao terror. As conhecidas “razões de estado” rompem fronteiras.

Entretanto, por quais razões o Capitalismo encenaria uma nova narrativa? Não encontramos resposta para esta questão em *Babel* ou em *Depois da Teoria*, mas podemos apresentar pelo menos a motivação econômica. Os governos tributam cada vez menos

¹¹⁰ HABERMAS, J. apud EAGLETON, T. **A ideologia da estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p.290.

pesadamente o capital e suas altas rendas. O valor de quaisquer *commodities* no mercado global não reflete mais a precisão/acerto da inversão (aplicação) financeira:

A classe média britânica, por exemplo, acredita que sua aposentadoria privada está mais protegida que a dos europeus do continente, que têm um sistema estatal de distribuição. Três anos de colapso dos mercados de valores e ações de pronto os despertou. Agora, essa confiança é uma mera ilusão. Os fundos de pensão privados não estão mais protegidos do que a aposentadoria prometida pelo Estado. E isso é assim tanto para os esquemas de contribuição definida como para os ‘planos ouro’ (*gold standard*) de contribuições ocupacionais.¹¹¹

Isto pode querer dizer que tanto a degradação da aposentadoria é inevitável quanto a falência das empresas que tinham planos associados de aposentadoria. “A razão é simples: as contribuições dos trabalhadores foram investidas em ações, bônus e outros títulos que substancialmente perderam valor”¹¹². Esses efeitos atingem, principalmente, as nações ocidentais ricas como, por exemplo, a França, onde recentemente quase dois milhões de pessoas saíram às ruas contra a privatização da previdência social. Pode-se pensar¹¹³ que a remuneração do capital não é mais suficiente para manter o padrão social – modelo econômico capitalista – de países ricos ou direcionar o fluxo de riquezas.

¹¹¹ Disponível em http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/falencia_fundos_pensao.htm#_ftn3. Acesso em 23/04/2009.

¹¹² *Ibid.*

¹¹³ Harvey, aborda essa questão sob o seguinte aspecto:

“[...] Obcecados pela desconstrução e pela deslegitimação de toda espécie de argumento que encontram, eles só podem terminar por condenar suas próprias reivindicações de validade, chegando ao ponto de não restar nada semelhante a uma base para a ação racional. O pós-modernismo quer que aceitemos as reificações e partições, celebrando a atividade de mascaramento e de simulação, todos os fetichismos de localidade, de lugar ou de grupo social, enquanto nega o tipo de metateoria capaz de apreender os processos político-econômicos (fluxos de dinheiro, divisões internacionais do trabalho, mercados financeiros, etc.), que estão se tornando cada vez mais universalizantes em sua profundidade, intensidade, alcance e poder sobre a vida cotidiana” (HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 15.ed. São Paulo: Loyola, 2006. p.112);

“As taxas de câmbio entre as diferentes unidades monetárias do mundo também têm sido extremamente voláteis. Fortunas podem ser perdidas ou feitas apenas por se ter a unidade monetária correta nas fases certas [...] O colapso do dinheiro como meio seguro de representação do valor criou por si só uma crise de representação no capitalismo avançado. Ele também foi reforçado, ao mesmo tempo que lhes acrescentou seu peso considerável, pelos problemas de compreensão do espaço-tempo antes identificados. A rapidez com que os mercados de moedas flutuam nos espaços do mundo, o extraordinário poder do fluxo de capital-dinheiro no que é agora o mercado financeiro e de ações global e a volatilidade daquilo que o poder de compra do dinheiro poderia representar definem, por assim dizer, um ponto alto da intersecção extremamente problemática do dinheiro, do tempo e do espaço como elementos entrelaçados de poder social na economia política da pós-modernidade [...] O sistema central de valor, a que o capitalismo sempre recorreu para validar e avaliar as suas ações, está desmaterializado e inconstante, e os horizontes temporais estão ruindo, sendo difícil dizer exatamente em qual espaço nos encontramos quando se trata de avaliar causas e efeitos, significados ou valores. [...]. (*Ibid.*, p.268-269).

2.4 O ESTADO-NAÇÃO E O CRIME

Babel apresenta um mundo de diferenças culturais e afinidades humanas, com as culturas, que nele se inserem, criando suas descontinuidades. Não apresenta um núcleo dramático para cada cultura¹¹⁴, mas sim, duas narrativas com personagens de culturas diferentes e duas narrativas com personagens da mesma cultura. Em todas as narrativas estão presentes diferenças e igualdades. As personagens são oriundas de estados capitalistas republicanos – Estados Unidos, Japão, e México; e do Marrocos, que é uma monarquia constitucional na qual o rei é chefe de governo, a *religião* oficial é o Islamismo e quase toda a população é muçulmana. Países da África, América e Ásia.

O inesperado previsível, diferente do imprevisível, atinge a República na forma de um acidente envolvendo uma mulher americana. A personagem, Susan Jones, que recebe o tiro de arma de caça desencadeando uma série de eventos, pode ser vista como o Estado, reino ou república, que é atingido. Os estados reagem à agressão com aparato policial ligando-a ao terrorismo: o estado japonês procura confirmar que a origem da arma não tem ligação com grupos terroristas; o Estado marroquino caça o autor do tiro/atentado. O Estado americano é mostrado rotineiramente dificultando a entrada de estrangeiros em seu território. É dada ênfase à ação do Estado, focalizando-a sobre seu braço policial ou seu poder de polícia, destacando-a desde o tiro até o final do filme (a condução da mulher-República ao hospital moderno). Há uma rápida menção à estrutura hospitalar que funciona para salvar a personagem, já no final do filme.

Iñárritu dedica *Babel* a seus dois filhos, “as luzes mais brilhantes na escuridão”. Esta dedicatória é ilustrada com a cena que dá desfecho ao filme e a um dos seus núcleos dramáticos. Na sacada de um prédio no centro de Tóquio a adolescente japonesa nua, angustiada e magoada é abraçada afetuosamente por seu pai. A câmera está à mesma altura da sacada, 28º andar, em tomada externa, fechada no abraço e inicia uma suave abertura mesclando lentamente a imagem de Tóquio com a do pai e filha num momento de íntima e aguda dor. A câmera continua se afastando até que só fique visível o resplendor da cidade à noite. O cenário vai à *fade* e a dedicatória é apresentada. Uma suave música acompanha todo

¹¹⁴ Efetuamos uma redução didática de colocar uma cultura para cada país com o objetivo de explicar nossa conclusão de maneira mais concisa.

o silencioso drama inserindo a dedicatória no conteúdo narrativo. Recorremos ao que ensina Ismail Xavier¹¹⁵:

Diante de cada plano, o som presente é mais um fator decisivo de definição clara do espaço que se estende para além dos limites do quadro; na construção de toda uma cena, a descontinuidade visual encontra mais um forte elemento de coesão numa continuidade sonora que indica tratar-se o tempo todo do ‘mesmo ambiente’.

Eagleton se refere ao Mal em *Depois da Teoria* e consideramos que o filme em estudo dá este mesmo sentido para o termo escuridão. Afirma que “[...] tendo moldado a paisagem segundo nossa própria imagem e semelhança, começamos agora a nos refabricar. [...]”¹¹⁶, e que o mundo não tem nenhuma opinião sobre nós; em relação a nós é totalmente indiferente e nos ignora completamente. Conclui-se, portanto, que Tóquio, as cidades que construímos, não podem ser esta escuridão. Entretanto, poderemos identificar e localizar este mal observando as crianças que são a luz, o indicativo, o farol.

A associação da ação criminosa do Estado, presente na ação policial, com a escuridão é inegável em *Babel*. A análise deste tema¹¹⁷ é particularmente delicada e precisamos aqui fazer uma digressão: as opiniões de espectadores, digamos suíços, podem discordar, ligeiramente ou não, da opinião de sul-americanos sobre a ação da Polícia atualmente. Seus juízos serão influenciados por suas culturas, instrução e contato com a realidade. No entanto, para qualquer brasileiro que conceda pouca indulgência à realidade do Brasil, entre estes alguns estudiosos do assunto, as impressões serão similares e em sentido concorrente com Babel.

A ação policial no Marrocos é criminosa e simplesmente mata uma criança inocente, filho de um pastor. O assassinato é cometido por um grupo de policiais que desconsidera possíveis punições pelos crimes bárbaros que cometem e que, pelo contrário, poderão responsabilizar um pastor de cabras por um crime que não cometeu. A cena se encerra quando a criança sobrevivente se entrega aos policiais. A narração não deixa ver o desfecho acerca do pastor e de seu outro filho, que sobrevivem; como poderão ser mortos se isto for conveniente para o grupo de policiais – o filme oferece margem a esta suspeita. Este grupo de policiais, chefiado por um superior demonstra organização hierárquica, ou seja, o

¹¹⁵ XAVIER, I. **O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência**. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p.37.

¹¹⁶ EAGLETON, *op. cit.*, 2005, p.224.

¹¹⁷ Consideramos que *Babel* não se dirige, apenas, a problemas e questões clássicas de recorrentes dramas humanos individuais, coletivos ou de uma nação isoladamente.

chefe do grupo também estará subordinado a um superior hierárquico. Entretanto, a ação do grupo e do coordenador estarão amparadas nos níveis mais elevados da organização.

A brutalidade está destacada por Eagleton:

Em todo caso, Estados que adoram a anarquia do mercado têm que trazer escondidos na manga alguns valores absolutos. Quanto maiores a devastação e a instabilidade criadas por um mercado sem freios, mais não-liberal tem que ser o Estado para contê-lo. **A medida que a liberdade passa a ser defendida por meios mais brutais e autoritários, a falha entre o que você realmente faz e o que proclama acreditar vai se tornando mais aparente e mais incapacitante.** Isso não é um problema para o tipo de fundamentalismo islâmico que simplesmente quer um Estado brutalmente obscurantista, e não valores esclarecidos defendidos por meios progressivamente obscurantistas.¹¹⁸

As crianças americanas, Amélia e seu sobrinho Santiago, que conduz o veículo, estão voltando do México para os EUA e param em um posto de vigilância de fronteira americano com diversos policiais. Após checagem de documentos e uma revista no carro, o policial insinua que Santiago está bêbado ou drogado, e ordena que saia do carro. A câmera se alterna entre o ponto de vista do motorista e o do policial, porém não como uma terceira pessoa. Após a imediata contestação de Santiago (o policial tem visibilidade somente do seu peito e cabeça) a câmera passa para a visão de Santiago que vê o policial colocando a mão na arma e abrindo o coldre. Neste momento, o policial e o motorista começam a falar sem parar, e a comunicação entre eles é rompida pelo policial. É visível na cena que, quando a comunicação não funciona, a força bruta impera. Já não é o Estado que se defende ante um inimigo que ataca, mas sim o Estado, novamente legitimado pela guerra ao terror no seu viés do narcotráfico, que rompe o diálogo para poder atacar. A ação da polícia nos EUA é também ilegal e incompreensivelmente bestial. Conclusivamente *Babel* demonstra uma (in)disposição do Estado em relação à necessária comunicação. É somente a força ilegítima que aterroriza duas crianças e as sujeita a muitas agruras no meio de um deserto que pode ser mortal.

A ação da polícia japonesa está demonstrada por um conjunto de cenas. No gabinete odontológico, Chieko, uma adolescente surda, rejeitada e muito bela, tenta seduzir seu dentista. A reação do profissional é áspera e imediata expulsando-a do recinto. Em outra cena, um policial de expressão e gestos suaves entra no apartamento do pai de Chieko, à noite, atendendo ao chamado da própria adolescente. Chieko está só e tenta seduzir o policial, que resiste, e diferentemente do dentista, a censura brandamente: “Você é apenas uma menina”. Chieko, fragilizada, coloca o dedo do policial em sua boca. O policial sai do

¹¹⁸ EAGLETON, *op. cit.*, 2005, p.295.

apartamento chocado, aparentemente confuso, e Chieko nua, dirige-se à sacada do apartamento. O policial sabe que seu procedimento é ilegal, criminoso, e que jamais poderia ter entrado no apartamento daquela forma. O quadro mais didático sobre a polícia japonesa mostra um grupo de adolescentes, Chieko e amigas(os), drogando-se em uma praça movimentada e à luz do dia. Enquanto a câmera filma o delírio dos jovens, ouve-se ao longe, muito distante, a sirene de um carro de polícia. Muito distante de onde seria muito necessário estar.

O resgate de Susan é coordenado criminosamente pelo Estado-Nação: o transporte de Susan Jones, que naquela situação deveria ser feito através de uma ambulância, é realizado por um helicóptero apenas com objetivo de usar o episódio como propaganda. Não importa se Susan irá morrer ou não. Caso morra, a culpa será do terror, caso contrário, o Estado-Nação figurará como garantia para nossas vidas. O Estado-Nação só terá a ganhar agindo desta forma, não importando se criminosamente. O helicóptero de resgate sobrevoa Rabat, capital do Marrocos, com o símbolo da Cruz Vermelha ao invés do Crescente Vermelho. A operação é explorada midiaticamente¹¹⁹ e a repórter, correspondente estrangeira de um jornal ocidental, informa que “as fontes do ataque ainda são desconhecidas, mas está claro que as autoridades marroquinas e americanas darão segurança a todos os cidadãos na área. Susan Jones, americana, mãe de duas crianças...”. O embaixador norte-americano também está presente ao ‘show’.

Sem exceção, o filme mostra o crime, não a contravenção, associado à hierarquização. Estamos acostumados a testemunhar grupos de policiais, agentes da lei, fabricando provas, ‘plantando’ armas e drogas, corrompendo outros membros no interior de suas corporações. Seria ingenuidade supor que os policiais criminosos de *Babel* sejam capazes de combater o narcotráfico. A suposição mais lúcida é a de que esses policiais são agentes do crime, que, ao desrespeitarem o cidadão comum, estão revelando que não só desrespeitam a lei, mas fazem uso criminoso dela. Não se pode entender que estes policiais objetivem combater o narcotráfico. *Tudo* no Estado de *Babel* está errado e testemunhamos também, dia a dia, grandes criminosos transitarem incólumes e livremente pelas esferas mais altas do poder público e das atividades privadas. Testemunhamos, inclusive, e em diversos casos, sua “absolvição popular” através do voto em pleitos eleitorais.

¹¹⁹ De acordo com Régis Debray: “Quando [o general De Gaulle] chegou ao poder, havia 1 milhão de aparelhos de televisão na França [...] Quando saiu, havia 10 milhões [...] O Estado é sempre uma questão de show-biz. Mas o Estado-teatro de ontem era coisa muito diferente do Estado-TV que existe hoje.” (DEBRAY, R. *apud* HOBSBAWM, *op. cit.*, 1995, p.282)

Nossa análise associa o Estado ao Crime não da forma conhecida como aparelhamento do Estado por organizações criminosas, o chamado crime organizado; porém como Crime hierarquizado, generalizado e disseminado nas funções e estruturas do Estado-Nação e que sabe como usar as, hoje mais fragilizadas, ferramentas da Democracia para alçar as esferas do poder. Sabe como eleger seus cúmplices, é capaz de investir na formação acadêmica de seus agentes e cooptar seguidores explorando de forma eficiente, esperta ou científica, as deficiências humanas. O Crime que usa o Estado-Nação como uma de suas instâncias executivas.

O crime organizado movimentava 20% da economia mundial, segundo o FMI. Os principais dirigentes dessa economia ilícita são os oligarcas russos. Em 20 anos, apesar da luta ferrenha contra a droga, houve uma ascensão das máfias.

Tabela 3 – Os números do crime.

Os números do crime	
1,75 trilhões de euros são movimentados pelo narcotráfico no mundo	<ul style="list-style-type: none"> • Rússia: Em meados dos anos 90, havia 11.500 empresas privadas de segurança, com 200 mil empregados armados. Eliminar um rival nessa época, custava 5 mil euros, 8 mil se tivesse guarda-costas. • Colômbia: A cocaína só representa 3% do PIB, mas 60 mil pessoas estão armadas (sem contar o exército) devido ao narcotráfico. • Afeganistão: A heroína contribui com 57% do PIB afegão. • Dubai: Centro mundial de lavagem de dinheiro: cerca de 1,7 bilhão de euros saíram dos EUA para Dubai depois do 11 de Setembro. • China: Os traficantes ganham 40 mil euros por imigrante que vai da China para a Europa ou os EUA. • Brasil: São Paulo é um dos principais centros da cibercriminalidade, que custa aos bancos 60 milhões de euros por ano.

Fonte: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2008/abril/o-dinheiro-ilicito-a-globalizacao-chega-as-mafias/>, adaptado.

Estruturas administrativas organizadas hierarquicamente nas quais substanciais setores ou grupos estejam agindo, ou operando, fora de limites legais, são estruturas completamente contaminadas, mais precisamente, comprometidas – mormente as públicas. Quando 20% do PIB mundial está relacionado ao crime, todas as atividades econômicas estão fortemente atingidas pelas atividades criminosas, mesmo quando indiretamente e

especialmente dentro do sistema capitalista. Da mesma forma, porém mais criticamente, estão contaminados os recursos da Fazenda Pública (Erário Público), que se originam de tributos pagos pela iniciativa privada, e o sintoma mais evidente desta contaminação é a “lavagem de dinheiro”.

Neste sentido, consideramos convergente a seguinte exposição de Eagleton:

[...] Na fase clássica do capitalismo, a chamada “esfera pública” – indivíduos particulares envolvidos numa discussão pública de razão crítica – exercia uma função vital de mediação entre as dimensões essencialmente distintas do estado e da sociedade civil; mas como essa distinção vai gradualmente desaparecendo, com a expansão da atividade do estado sobre a totalidade da existência social, a esfera pública encolhe-se e se desflexibiliza no que **Habermas chama de uma “refeudalização”** da vida pública. Esse conflito entre o sistema e o mundo-da-vida produzirá, neste último, determinados **sintomas patológicos**, como, por exemplo, o atual ressurgimento de campanhas morais reacionárias no Ocidente. O terrorismo, para Habermas, seria outro exemplo do que ele chama de “tentativa de introduzir na política elementos esteticamente expressivos, numa espécie de movimento de resistência em miniatura”. Este tipo de terrorismo, segundo ele, é, à sua maneira, “uma tentativa de reafirmar a política em face da administração pura”. A política que Habermas propõe é, por sua vez, pouco mais viável que o terrorismo. [...] ¹²⁰
(grifo nosso)

Para nosso autor, o Pós-modernismo começa quando não se trata mais de ter informações sobre o mundo, mas de ter o mundo como informação e que a “esfera pública” vai desaparecendo exatamente neste momento, tornando-se re-feudal. Pode-se perguntar se existe algum vazio causado por este desaparecimento e quem poderia tomar seu lugar. Quem serão os senhores feudais da “refeudalização”, poderia também ser uma pergunta pertinente, uma vez que “indivíduos particulares envolvidos numa discussão pública de razão crítica” teriam desaparecido.

Cumprido destacar, sob este aspecto, a transformação de um fato provavelmente acidental em um argumento de propaganda/comercial antiterror. Contrastando com a naturalidade que permeia as narrativas do filme, não é nada realista supor que os Estados Unidos/OTAN fariam uso de um fato que não sustentaria a *versão*. Esta é uma questão relevante e está fora do espectro de nossa análise, mas pode ser vista como uma espécie de sarcasmo. Porém, Babel mostra altas esferas do governo dos Estados Unidos agindo ilícita e criminosamente em uma situação que envolve a principal – e grave – questão de sua política externa de Estado na atualidade.

A dedicatória de Iñárritu é um forte chamado de alerta, assim como *Depois da Teoria* não é somente um tratado filosófico político. A verdadeira extensão deste problema,

¹²⁰ EAGLETON, *op. cit.*, 1993, p.290.

Mal ou Escuridão, pode estar entre as motivações para as teses sobre as quais nos detemos. Se a Pós-modernidade não foi pretendida nem planejada, sua possível crise está anunciada.

Eagleton descreve um tipo de Mal:

Há uma espécie de mal que é misterioso, pois seu motivo parece ser não a destruição de seres específicos por razões específicas, mas a negação do ser como tal. O Iago de Shakespeare parece cair nessa rara categoria. Hannah Arendt especula que o Holocausto não foi tanto uma questão de matar seres humanos por razões humanas, mas de querer aniquilar o conceito de humano como tal. Este tipo de mal é uma paródia satânica do divino, encontrando no ato da destruição a espécie de liberação orgástica que se pode imaginar Deus tenha encontrado no ato da criação. É o mal como niilismo – uma explosão de riso sarcástico ante a suposição solene e farsesca de que qualquer coisa meramente humana pudesse alguma vez ter qualquer importância. Com seus modos vulgares de saber, **delicia-se em desmascarar o valor humano como uma farsa pretensiosa**. É uma fúria violenta e vindicativa contra a existência em si mesma. É o mal dos campos de morte nazistas, mais do que o de um assassino de aluguel, ou mesmo de um massacre perpetrado em função de algum fim político. **Não é o mesmo tipo de mal da maior parte do terrorismo que é maligno, mas tem suas razões.**¹²¹

Babel personifica-o com a senhora mexicana responsável pelos filhos de Susan Jones, que após ser encontrada no deserto, está na presença de uma autoridade americana. O seguinte diálogo é travado:

Autoridade:

– É um milagre acharmos as crianças. Como pôde deixá-las sozinhas no deserto?

Mulher mexicana:

– Como elas estão, senhor?

Autoridade:

– Isso não lhe diz respeito. Sabe quantas crianças morrem ao ano tentando atravessar a fronteira?

Mulher mexicana:

– Cuido dessas crianças desde que nasceram, fico com elas dia e noite. Dou café da manhã, almoço e jantar para elas. Brinco com elas. Mike e Debbie são como filhos para mim.

Autoridade:

– Mas eles não são seus filhos... E você estava trabalhando ilegalmente no país.

Mulher mexicana:

– E o meu sobrinho Santiago?

Autoridade:

– Não tenho informação sobre ele.
– Localizamos o pai no Marrocos. Ele ficou muito chateado, mas decidiu não dar queixa.

¹²¹ EAGLETON, *op. cit.*, 2005, p.291.

Mulher mexicana:

– Obrigada.

Autoridade:

– Mas o governo americano considerou que você infringiu a lei e está determinado a deportá-la imediatamente.

Mulher mexicana:

– Senhor, estou aqui há 16 anos. Minhas coisas estão aqui. Eu alugo uma casa. Fiz minha vida aqui, senhor.

Autoridade:

– Devia ter pensado nisso antes.

Mulher mexicana:

– Quero falar com um advogado.

Autoridade:

– Se levar isso ao Tribunal, posso assegurar que apenas prolongará o inevitável. Recomendo que aceite a deportação voluntária.

A desconsideração da autoridade, que cumpre função privativa do Estado e, portanto, o personifica e representa, para com o drama pessoal da senhora mexicana, dá forma viva e clara à descrição de Eagleton sobre o tipo de Mal a que se refere. A ausência de qualquer gesto de piedade não se prende a uma implícita frieza profissional. Os comentários indevidos e desumanos, a orientação ilegal e imputação de dolo a quem teria, no máximo, culpa, manifestam a desimportância concedida a qualquer coisa “meramente humana”, sem uma razão ou motivação, mesmo que torpe – apenas um refinado sadismo e sarcasmo. Este quadro foi meticulosamente construído, particularmente se considerarmos que a experiência profissional da personagem-autoridade está contemplada. De acordo com Xavier, aspectos da personalidade humana não são elementos ocultos na construção de personagens no cinema:

Para Merleau-Ponty, no cinema, torna-se manifesta a união entre corpo e mente, mente e mundo, e a expressão de um no outro. Nele, trata-se de tornar manifesta a falência da dicotomia interior/exterior e mostrar que o sentido é aderente ao comportamento. ‘Cólera, vergonha, ódio ou amor não são fatos psíquicos ocultos no mais profundo da consciência de outrem; são tipos de comportamentos ou estilos de conduta, visíveis pelo lado de fora. Eles estão sobre estes rostos ou nestes gestos e nunca ocultos por detrás deles¹²²

Para três de seus personagens, *Babel* não revela o destino e deixa ao espectador escolher qual este poderá ser. Informa apenas que os três estão literalmente “nas mãos” da

¹²² XAVIER, I. *op. cit.*, 2005. p.91.

polícia e esta cumpre determinações do Estado-Nação que age criminosamente. Podemos ver ilustrado aqui um fundamento à afirmação de Eagleton de que uma política destrutiva instalasse globalmente – evidentemente estará planejada – de tal forma que “[...] nem mesmo os mais reclusos acadêmicos serão capazes de ignorá-la”¹²³.

2.5 OBJETIVIDADE

O fim do estilo de pensamento chamado Pós-modernidade estaria relacionado à nova narrativa do capitalismo que, por sua vez, está relacionada a implicações da “guerra ao terror”. Para Eagleton, o terrorismo não é produto do pós-modernismo assim como, para “[...] pensadores pós-modernos, seria um destino fatal dos *grands récits* do Iluminismo, a consumação trágica de uma Razão e totalidade terroristas. [...]”¹²⁴. A permissividade pós-moderna, entretanto, contribuiu para o capitalismo se expandir pelo globo: “[...] Lyotard nos incita a abandonar os *grands récits* do Iluminismo e modelar nosso conhecimento[...] a partir da pragmática de sua transmissão. É difícil, portanto, saber como pode haver alguma diferença, para Lyotard, entre verdade, autoridade e sedução retórica: aquele que tiver a língua mais afiada ou a história mais empolgante terá o poder. [...]”¹²⁵. Pucci Jr. considera que “[...] Em substituição à crença em grandes esquemas interpretativos, implantava-se a *performance* como critério de legitimação do saber e dos comportamentos. [...]”¹²⁶. Por consequência, as grandes narrativas estão substituídas pela “performance”, o Capitalismo avança na Pós-modernidade. Está, também, destituída a escatologia – do cristianismo para a grande maioria do ocidente.

Se a verdade é uma questão performática, é também uma questão de representação (língua) tanto quanto de subjetividade e individualização. Desta forma, como “o subjetivo é uma questão de valor”¹²⁷ e a objetividade está suspensa no ar, pode instalar-se a mesma relação que anteriormente relatamos sobre temporalidade do sujeito. Ou

¹²³ *Ibid.*, p.21.

¹²⁴ EAGLETON, *op. cit.*, p.285-286.

¹²⁵ *Ibid.*, p.285.

¹²⁶ PUCCI JR. in MASCARELLO, *op. cit.*, 2006. p.366.

¹²⁷ EAGLETON, *op. cit.*, 2005, p.187.

seja, exclui-se simplesmente, ignora-se, a objetividade, mesmo que ela possa estar operando como substrato da subjetividade. Para Jameson,

[...] a ruptura da temporalidade libera, repentinamente, [o] presente do tempo de todas as atividades e intencionalidades que possam focalizá-lo e torná-lo um espaço de práxis; [...] no texto cultural, o significante isolado não [é] mais um estado enigmático do mundo [...] mas sim algo mais próximo da sentença isolada e sem nenhum apoio. [...]¹²⁸

Em 1991, o mesmo autor afirma que o espectador pós-moderno é chamado a fazer o impossível que seria ver todos os *factrais* ao mesmo tempo ou

[...] é convidado a seguir a mutação evolutiva de David Bowie em *The man who fell to earth (O homem que caiu na terra)* (que assiste a 57 telas de televisão ao mesmo tempo) e elevar-se a um nível em que a percepção vívida da diferença radical é, em si mesma, uma nova maneira de entender o que se costuma chamar de relações: [...].¹²⁹ (tradução nossa)

Tal chamada ao impossível, entendemos, exigiria uma capacidade mental bastante incomum, porém não impossível teórica ou retoricamente. Ao inserir possíveis peculiaridades extraordinárias como “potencial” do Sensível, ampliando seu espectro sobre fronteiras desconhecidas, ou mesmo insuspeitas, até possivelmente inúteis para a Razão, Jameson implicitamente – ou deliberadamente – queira propor que critérios definidos pela Objetividade não seriam consistentes para extrair o *valor* aplicável de qualquer juízo de valor. Critérios objetivos para avaliações de caráter subjetivo seriam insuficientes para corresponder ao potencial inerente à sensibilidade – Subjetividade. Entretanto, Jameson não discute se tal experiência clínica é oportuna ou apropriada para questões do mundo real. Poderia tratar-se apenas de “arte pela arte”. Resta saber quem ou o que irá fazer esta avaliação e, paradoxalmente, sob quais critérios. Apropriar-se de valor e significado – não de meras opiniões ou histórias empolgantes – exige esforço e as devidas competências, especialmente talentos, devem estar presentes à tarefa de observar o fenômeno artístico como indutor de interações sociais, indicativo a políticas públicas¹³⁰, precursor de novas realidades ou um definitivo espelho de nossa segunda natureza.

¹²⁸ JAMESON, *op. cit.*, 2002, p.54.

¹²⁹ *Ibid.*, p.57.

¹³⁰ Ao tratar do *sistema* e sua regulação Lyotard diz que o próprio sistema gera novas demandas que contribuem para redefinição das normas de vida, apresentando-se como máquina de vanguarda atraindo a humanidade, desumanizando-a, para tornar a humanizá-la em outro nível de capacidade normativa. “Os tecnocratas declaram não poder fiar-se no que a sociedade declara serem suas necessidade. Eles ‘sabem’ que ela mesma não pode conhecê-las já que não são variáveis independentes de novas tecnologias. Eis aí o orgulho dos decisores, e sua cegueira”. (LYOTARD, *op. cit.*, 1993. p.114-115)

É consistente a formulação de Jameson de que elementos sem conexão podem ser encadeados e fornecer sentido a partir de suas rupturas ou descontinuidades – uma junção pode ser descoberta na descontinuidade entre conjuntos dissonantes – e este autor o demonstra e a própria existência nos fornece o acaso rotineiramente. Compositores extraem harmonia da cacofonia. Mas, também é possível argumentar que o “aqui e agora” – ruptura do presente com a temporalidade – não é a contingência em definitivo, e é mais um produto do que uma instância, uma submissão muito mais que uma escolha, se comparado ao acaso que nos ignora totalmente e sobre o qual não temos o menor controle. A objetividade solta no ar empresta à subjetividade valor de vocábulo apenas com sentido semântico, virtual, subtraindo desta a condição de instância capaz de construir (operar) fenômenos sociais, e caso não fosse este um objetivo da Pós-modernidade, não haveria sentido para Lyotard apresentar seus argumentos, nem sequer formulá-los – argumentos que estão estreitamente implicados com a objetividade. Desta forma, a *autonomia* da subjetividade denotaria uma implícita ausência de referencial, ou *túmulo (agonística)* do subjetivo, sustentando a dicotomia de Eagleton: não há antagonismo entre objetividade e subjetividade, porque quando tudo é permitido, nada tem valor, e, além disso, “[...] A morte representa a vitória final da Natureza sobre a Cultura. [...]”¹³¹.

Apresentamos estas questões para argumentar em favor de nosso estudo. Não visamos a estabelecer critérios para avaliação das proposições de Eagleton, mas queremos descobrir possíveis critérios. Estabelecer se, presentes os critérios, quais juízos o autor formula e como sustenta suas afirmações. Ao se referir à *moral*, Eagleton diferencia moralismo de moralidade, e o faz para tornar inteligíveis e precisas suas afirmações, numa saudável tentativa de, evidenciando diferenças, dar maior clareza àquilo que deseja expor sobre cada assunto. Consideramos necessário, entretanto, adjetivar o tema Objetividade¹³² ao qual se refere nosso autor e que fornece sustentação teórica às suas formulações. Assim, Lyotard reconhece que o consenso é necessário, mesmo que este reconhecimento esteja dado

¹³¹ EAGLETON, *op. cit.*, 2005, p.221.

¹³² Entre outras, Eagleton faz a seguinte consideração sobre Objetividade: “Todavia há uma relação ainda mais profunda entre objetividade e ética. Objetividade pode significar uma abertura solidária para as necessidades de outros, algo que está muito perto do amor. É o oposto de egoísmo, não de interesses e convicções pessoais. Tentar ver a situação do outro como realmente é constitui uma condição essencial para poder interessar-se por ele. Isso não significa dizer que existe sempre apenas uma maneira de dizer qual é uma situação. Dizer que ‘escrevendo um livro’ é uma descrição precisa do que estou fazendo agora não é dizer que essa é a única maneira de descrever o que se passa. O ponto, enfim, é que ter interesse genuíno por alguém não é algo que perturbe a visão de como ele está de fato, mas, sim, o que torna possível fazê-lo. Contrariamente ao adágio de que o amor é cego, é por envolver uma aceitação radical que o amor nos permite ver os outros tal como são”. (*Ibid.*, 180-181)

condicionalmente. Se este consenso é local, temporal e espacial, então estes elementos deverão ser, obrigatoriamente, definidos por aquilo que consideramos ser a Objetividade (de forma objetiva). São exigidos para o consenso de Lyotard (local): a própria necessidade de um consenso; quem estará presente (envolvidos); qual a duração; qual o espaço. Atendidas estas exigências, confeccionadas as regras¹³³ – observado inclusive seu espectro e duração, apresentados enunciados, as noções e valores que se desejar – não apenas sobre o objeto ou assunto que pretende, e necessita, obter o consenso; as decisões que os jogadores tomarem deverão ser aceitas por todos. Tais decisões poderão ser objeto de discussão, mesmo depois de tomadas, mas, mesmo assim contestadas, deverão ser cumpridas e produzir os efeitos aos quais se destinam. Caso contrário, não há qualquer consenso. Este é um postulado da Pós-modernidade e de forma alguma exclui a objetividade.

Eagleton, em 1996, afirma que o corpo torna-se questão central no pensamento pós-moderno porque é ele quem, em última análise, nos torna tão locais quanto querem as propostas de Lyotard: “[...] Como fenômeno obstinadamente local, o corpo combina muito bem com a desconfiança pós-moderna em relação às grandes narrativas, [...]”¹³⁴. Podemos percebê-lo por onde quer que olhemos. Buscamos elucidar, portanto, a questão do sujeito subjetivo e seu corpo performático em relação a uma objetividade para tratar de questões como solidariedade, por exemplo, e principalmente. Ou seja, como o corpo performático pode servir de referencial na análise do bem-estar dos outros? Esta nova estética parece tornar incompatível a representação do espaço com a representação do corpo e porque “[...] o espaço privilegiado da arte recente é radicalmente antiantropomórfico, [...]”¹³⁵. Entendemos que o capitalismo – Mercado – associa em termos de seus interesses, de imediato, este espectador pós-moderno e o consumidor.

Babel objetiva a representação do mundo real, e mesmo apresentando rupturas temporais e exposições descontínuas, não se inclui no padrão (escopo) da nova estética suscitada por Jameson – sugerindo muito mais semelhanças radicais que diferenças radicais – nada cria, apenas retrata, evitando a espetacularização, ou “estetização” das imagens. Brad

¹³³ Eagleton considera escandalosa a deliberada obscuridade da “teoria cultural *radical*”. Sem querer corroborar esta afirmativa pode-se questionar a “receita” de consenso local de Lyotard, ou seja: mesmo que as regras para o consenso, novas ou preexistentes, sejam admitidas como metaprescritivos seu enunciado terá característica performativa. Atualmente podemos aferir a qual situação a Pós-modernidade nos conduziu e perscrutar onde poderá nos levar. Podemos interrogar o consenso local sobre seu valor, inclusive sobre a hipótese de ele configurar, de fato, consenso nenhum e que a autonomia tenha se tornado simplesmente o arbítrio. (*Ibid.*, p.115)

¹³⁴ EAGLETON, *op. cit.*, 1998. p.73.

¹³⁵ *Ibid.*, p.58.

Pitt aparece com rugas no rosto e aspecto envelhecido, bem diferente dos padrões *estéticos* costumeiros de Hollywood e do próprio ator. Assim, são os personagens marroquinos e mexicanos, mais visivelmente. Não se trata somente da ausência do embelezamento do corpo, nem da sua forma **glorificada** ou performática. Nos enquadramentos nota-se a ausência da erotização, mesmo quando percorrem contornos sensuais. A importância desse recurso na representação da realidade é mais significativa pelo fato de o ator ser um dos mais belos e *sexys* da indústria cinematográfica americana. Torna-se peculiar porque Brad Pitt não está no papel de um personagem idoso, mas sim de um homem de uns cinquenta anos. Eagleton descreve que o corpo rude não é o corpo do pós-modernismo, mas seu oposto:

[...] à medida que as energias revolucionárias aos poucos arrefeciam, o interesse pelo corpo foi assumindo seu lugar. [...] e a preocupação com a saúde do corpo cresceu a ponto de se transformar numa neurose grave. [...] Por todos os seus saracoteios carnavalescos, o discurso do corpo consiste, portanto, entre outras coisas mais positivas, na nossa última forma de repressão; e o culto pós-moderno do prazer, pelo menos nas versões parisienses, representa uma questão muito solene, [...] nenhum corpo velho serve. Se o corpo libidinoso está *in*, o corpo laborioso está *out*. Existem corpos mutilados aos montes, mas poucos desnutridos. [...] o corpo passou de sujeito para objeto. [...].¹³⁶

A sexualidade é apresentada (tanto com a adolescente japonesa, quanto com as crianças marroquinas), não de maneira performática, mas de forma natural. É o corpo como sujeito e não como objeto. Adota marca do pós-modernismo quando emprega o pastiche em relação a Sharon Stone, em *Instinto selvagem*, no quadro onde Chieko abre as pernas revelando suas coxas e pelos pubianos para um grupo de adolescentes. Mas, não é a paródia pela paródia; é, de certa maneira, uma “desmistificação do credo”, uma maneira de propor a comparação entre o personagem de Sharon Stone com Susan Jones.

Babel não contém superposição de um esquema comportamental do passado ou futuro ou uma caracterização de personagens ou temas que incorpora – não significa uma releitura do mundo. A grande parte das personagens, principalmente as marroquinas, não tendo atores profissionais, mostra intenção de fugir de um padrão performático. O sexo no filme não é *sexy*. Estas características compõem um realismo específico do diretor, com sua conhecida e específica técnica da *estilização performática*, com sua dinâmica de câmeras e cortes, “empenhada dos dados realistas”¹³⁷, e podem configurar um afastar-se do corpo como objeto. Objetiva a natureza humana quando em núcleos dramáticos distintos apresenta

¹³⁶ *Ibid.*, p.72-74.

¹³⁷ EDUARDO, in BATISTA & MASCARELLO, *op. cit.*, 2008. p.208.

emoções e características comuns aos personagens. Aquilo que torna felizes os seres humanos pode ser bastante diverso, mas, no filme, o que os torna miseráveis e vulneráveis é comum para todos, indo além de cultura, raça, língua ou condição financeira.

Babel contém poucos risos. A felicidade apresenta-se, apesar de escassa, sutilmente como no casamento mexicano, na amizade da adolescente japonesa, na brincadeira de Mike e Debbie com sua babá Amélia, no diálogo entre Richard e o guia marroquino sobre seus filhos. A dor é algo tão universal quanto única e literalmente moldada no corpo humano – a dor é no corpo – representado pela vulnerabilidade e a morte. Ou seja, trata a morte de forma objetiva e como *fato* (instância) que empresta “*valor*” à vida.

O filme extrai do corpo manifestações universais ao mesmo tempo em que expõe suas diferenças. Podemos perceber, mais nitidamente na passagem entre núcleos, que elementos equiparáveis são sobrepostos numa tentativa de estabelecer uma relação. Relevantemente as situações apresentam-se com alguns contrastes. As crianças marroquinas saem correndo e a cena corta para a corrida dos meninos americanos com a diferença que esses últimos correm com alegria, enquanto aqueles correm por medo. Do grito feminino de Susan, quando está sendo suturada, à surdez de Chieko com os lábios em close-up, num mesmo sinal de angústia. A questão presente é sempre buscar aquilo que pode compor (ou estar contido) um valor universal. Ou seja, alegria e medo, silêncio ou grito, são as faces da mesma moeda, é “[...] O corpo material [...] que compartilhamos de forma mais significativa com todo o resto da nossa espécie, estendida tanto no tempo como no espaço. [...]”¹³⁸.

Em *Babel*, não está presente o corpo performático capaz de agregar futilidades que fascinam e fazem partidários. O corpo sofrido e maltratado está disposto como se estivesse ao nosso lado, em nossa casa, à nossa mesa ou quarto. O corpo biológico sujeito a contingências desfavoráveis. O corpo fisicamente torturado por outro corpo, corpos comuns, numa visão que nos faz rejeitar intuitivamente quaisquer superficialidades ou esquemas explicativos. Um corpo real, não pungente, que suplica por uma solução, por solidariedade e, além disso, informa que esta solução e solidariedade são possíveis. “[...] É o corpo mortal, frágil, sofredor, extático, necessitado, dependente, desejoso e compassivo que fornece a base para todo pensamento moral. [...]”¹³⁹.

Pode-se argumentar, entretanto, que performático ou compassivo, o elemento em questão é o corpo. Analisar esta ponderação requer a presença de critérios objetivos. Tomamos

¹³⁸ EAGLETON, *op. cit.*, 2005, p.212.

¹³⁹ *Ibid.*, p.211.

como exemplo a avaliação da “qualidade de vida”¹⁴⁰ que requer juízo de valor sobre critérios estritamente objetivos para ser graduada, e este juízo não pode ser obtido em razão de avaliações que ofusquem tais critérios. Não pode, por exemplo, ser obtido através de pesquisas de opinião pública. A avaliação, para esclarecimento, não pode ser apenas importada de auto-avaliação da amostragem ou do próprio universo da amostra (sujeito ou objeto). Sob critérios Objetivos, o corpo performático será chamado a responder sobre como faz para não se tornar o corpo compassivo, ou se o aprecia (é inevitável utilizar comparações para se medir a performance): como se relaciona com Chieko e sua deficiência; o que são as políticas públicas de inclusão social dos portadores de necessidades especiais diante da performance; qual “autoridade” é concedida ao corpo performático, são algumas possíveis perguntas. Chieko pode se considerar agredida pelo culto da performance sem que exista qualquer coisa que possamos fazer a respeito.

Consideramos esta representação do corpo – discurso - não insólito na indústria cinematográfica, como significativo para nosso estudo porque a proposta de *Babel* é, também, tratar de aspectos do relacionamento de pessoas, sua comunicação e a sociedade real. Consideramos que há convergência de temas significativos para Eagleton com temas centrais de *Babel*, que pode ser aferida na afirmativa: “[...] Objetividade é, entre outras coisas, uma questão política: trata-se de haver maneiras de refutar os que insistem em que tudo está bem, desde que nos sintamos bem. [...]”¹⁴¹.

2.6 FATO E VALOR

A recorrência do *argumento de Lyotard* e as misérias que conhecemos desarranjam o discurso da Pós-modernidade, ineficaz e *lamentavelmente* falho, conforme Eagleton, para quem a cultura foi insuficiente para substituir a escatologia. Não que possa ter havido uma reação Metafísica ao pensamento Pós-moderno, mas porque este não foi capaz de apresentar soluções, ou aquelas apresentadas, são insuficientes.

Depois da Teoria contém propostas para a retomada de um posicionamento/pensamento político, por parte do Ocidente, que vá de encontro ao

¹⁴⁰ O IDH usa informações basicamente quantitativas.

¹⁴¹ EAGLETON, *op. cit.*, 2005, p.180.

“desencantamento” político da Pós-modernidade. Entretanto, entendemos que para essa discussão uma outra cadeira, possível, deverá ser posta à mesa e, neste sentido, um aspecto importante em relação à Fé merece ser realçado e não o foi por Eagleton. Não há mais argumentos que possam sustentar suspeitas em relação à escatologia como, isoladamente, potencial indutor do conflito ou relacioná-la à Barbárie. À Fé e à Religião, não à instituição religiosa, está conferida “isenção” (relativa) a respeito das imensas tragédias coletivas que acompanham a existência humana. A escravidão, o século XX e as grandes guerras subliminarmente ou diretamente associadas à Fé – por exemplo, o termo “moral judaico-cristã” – não podem mais ser assim encadeados ou referidos. O sacerdote que abençoa o batalhão não é mais o ícone da contra-escatologia. No entanto, pode passar ao rol de categorias que se constroem ao longo dessas verificações.

Eagleton introduz em sua argumentação noções e valores presentes nas Escrituras como amor, compaixão, moralidade num discurso político e contrário à religiosidade. Isto se torna mais relevante porque, diante da proposta de Habermas de que o último fundamento de uma sociedade só pode ser a **razão prática** de um pensamento secular sobre o Estado liberal, pondera que o “modelo liberal de sociedade quer que os indivíduos floresçam em seu próprio espaço, sem interferência mútua: está realmente ali para manter as pessoas separadas, de forma que a auto-realização de uma não atrapalhe a outra. Esse é um ideal admirável, nutrido pelo que, de várias formas, é uma tradição política digna de profundo respeito. As liberdades ‘negativas’ que ela tanto estima têm lugar vital em qualquer sociedade justa. “[...] **Mas o espaço que o amor envolve é bem mais positivo.** [...]”¹⁴².

Em *Babel*, nota-se diferença entre o Estado (reino) teocrático atual e sociedade teocrática “primitiva” (antiga) dos moradores de Tazarine. O realismo dos quadros envolvendo imagens da pequena cidade (vila) mostra tradições do Islã e a Fé como elemento fundamental nas relações sociais do grupo, tudo surgindo naturalmente na filmagem. A solidariedade está presente, mesmo quando não envolve pessoas daquela comunidade. Não existe no filme qualquer realce maior à religião, sendo evidente, entretanto, que esta mereceu enorme atenção e zelo da produção.

Eagleton trata negativamente a religiosidade como se a receasse ou estivesse vendo o Estado laico sumindo entre as brumas da fé. Entendemos que a crítica que pode, agora, ser aposta à Fé é a de ter duvidado de si mesma, não sobre seus fundamentos. Pode-se admitir que paraísos sejam uma quimera, mas não se pode oferecer o mesmo adjetivo ao

¹⁴² *Ibid.*, 2005, p.229.

sofrimento e a dor. Nem as perguntas que suscitam. As respostas com viés escatológico a tais perguntas – comprova-se pelos fatos de nosso mundo real – não estão no cerne dos horrores humanos. A genealogia do mal, se existe, deve ser outra e não vemos como a escatologia possa permanecer colocada como matriz entre seus ancestrais. A pós-modernidade é, também, um argumento a favor disto.

Depois da Teoria não confere à Objetividade, ao tratar sobre religião e fé, o mesmo alcance que dela reclama. Desconsiderar um parceiro ativo e uma das grandes cartas de um jogo, certamente contamina resultados, podendo transformá-los numa burla. As metanarrativas legitimantes e universais (Lyotard) já foram destituídas. Neste jogo, não é possível jogar por procuração ou assumir o lugar de outro jogador. Não se pode repetir a partida sem ônus. Não se deve repeti-la. Se o acaso surpreender, que não seja por negligência. Consideramos oportuno apresentar o pensamento de Ratzinger, quando do seu debate público com Habermas:

[...] existem patologias na religião que são extremamente perigosas e que exigem que se use a luz divina da razão como uma espécie de órgão de controle que a religião deve usar constantemente para sua purificação e reordenação [...] nossas reflexões mostraram que existem também patologias da razão (fato do qual a humanidade em geral não tem a mesma consciência). Existe a *hybris* da razão, que não é menos perigosa; por causa de sua eficiência potencial, é até mais ameaçadora, pois produz a bomba atômica e enxerga o ser humano como um mero produto. Por isso se faz necessário que a razão também seja levada a reconhecer seus limites e a aprender com as grandes tradições religiosas da humanidade. Quando ela passa a se emancipar completamente, deixando de lado a disposição de aprender e de se correlacionar, ela se torna destruidora.¹⁴³

Em nossa avaliação o filme apresenta um caminho a ser seguido, condensado no pedido de Susan Jones: “Se eu morrer... cuide das crianças”. O significado da morte não é algo universal – é culturalmente moldado – mas seu impacto é devastador sobre personagens de todas as culturas envolvidas. Em *Babel*, a morte e a vulnerabilidade apresentam-se sempre como não-contingentes e carregam consigo a dor e o medo independente da cultura. A morte está em todos núcleos dramáticos ora presente, ora à espreita. É aquilo que Eagleton chama de “universalidade materialista”. *O temor de morrer exige sabedorias*. Registramos que *Babel* trata a religião com absoluta neutralidade, sem quaisquer referências a dogmas ou escatologias.

Consideramos que existe convergência entre *Babel* e *Depois da Teoria* em relação à suspeição da cultura como campo de conflito e negociação, mas não vemos demonstrada a

¹⁴³ HABERMAS & RATZINGER, *op. cit.*, 2007, p.87-88.

insuficiência da mesma em relação à escatologia. Também entendemos que esta não é uma proposta do Pós-modernismo, muito menos sua tarefa. Se é verdade que a escatologia liga fato e valor, conforme Eagleton, então a relação entre morte e vida, sublinhada pelas falas de Susan Jones, deve considerar essa poderosa narrativa. Entretanto, este é um tema que está além do alcance de nosso trabalho e, seguramente, demandaria um nível de pesquisa mais especializado, especialmente porque, repetimos, Eagleton afirma que escatologia liga fato e valor.

2.7 ASPECTOS ÉTICOS

Nossa objeto utiliza, também, a ingenuidade infantil, a adolescência imatura, para transmitir sua mensagem. Há quem possa ver nisto uma agressão vulgar e desnecessária contra um bem que deveria ser tão caro a todos. Entretanto, uma explicação pode ser apresentada sem configurar uma justificativa dos meios em função dos fins.

Em nosso entendimento, *Babel* é um filme construído com precisão na direção da mensagem que deseja transmitir. Traços culturais característicos são apresentados de forma normal e sem reforços. Embora carregado de denúncias sobre o crime e o narcotráfico, uma única vez dramatiza este assunto, quando na fronteira americana os policiais revistam o carro e um deles pergunta ao motorista mexicano: “Está drogado?”. Trata o tema, quando em primeiro plano, com naturalidade/neutralidade, integrando-o ao cotidiano como elemento natural de nossas vidas em nossa segunda natureza. Denota isto através de jovens usando entorpecentes em Tóquio.

Usa como reforço a contraposição de aspectos do cotidiano entre si, enredando-os, conforme o caso em outras esferas. Ao demonstrar o choque que pode surgir entre culturas através da cena em que a cabeça de uma galinha é arrancada, *Babel* destaca muito mais as ameaças ao *direito natural* do que poderia destacar, ingenuamente então, conflitos culturais. O corte efetuado da cena do animal seguro pelas pernas e já sem pescoço para o quadro subsequente, inicia pelas pernas da mulher ferida e desloca-se para o sangue em seu pescoço.

Os olhos atônitos das crianças americanas presentes à cena, apenas realçam o texto fílmico afirmativo de que este direito natural deve ter, ou tem, reconhecimento e amparo Universal. Denota que as crianças o concedem a um animal, não por causa de galinhas que, em tese, nenhuma opinião teriam sobre nós, mas porque deriva daí, a coesão social em torno

do direito à vida. Não há como classificar este quadro dentro de um procedimento antiético. Do olhar de Mike e Bebbie deriva um princípio que denominamos moral, jamais uma censura a qualquer manifestação cultural. Sustentamos esta interpretação com Xavier¹⁴⁴:

O cinema torna possível a captação do sentido impresso no gesto, expresso na face humana ou sugerido pelas linhas dominantes de uma paisagem: ‘O que aparece na face e na expressão facial é uma **experiência anterior** que é tornada imediatamente visível sem a mediação de palavras’ (Grifo nosso).

Mike e Debbie, em tenra idade, não possuem uma *experiência anterior* que se torne visível diante da cena. Respondem com um impulso que brota naturalmente dentro deles. As demais crianças presentes no quadro não são afetadas porque estão *acostumadas* com aquele procedimento – denotando que experiências anteriores produziram gesto oposto, ou bastante diverso, ao gesto realçado.

Entendemos que os olhos atônitos das crianças estão intimamente ligados à reclamação que Chieko, adolescente, faz de seu pai: Você nunca presta atenção em mim, mamãe sempre me ouvia. Eles também são menores que os problemas de seus pais. Este é o corpo frágil por excelência, a mensagem é o elemento que a conduz, a forma mais eficaz de comunicação.

Estes são, em nossa análise, os elementos que se destacam em relação a este quadro. Além disto, possui tênue referência ao conflito, ou seu potencial, derivado da diversidade cultural. Conforme relatamos, o conflito não decorre de crenças em elefantes sacrossantos, mas de práticas que podem ser contrárias e perniciosas à vida. Valores culturais de cada nação/país são tão importantes quanto sua integridade territorial e compõem sua soberania. Padrões culturais, mesmo que não originem conflito, podem ser obstáculos severos, ou até intransponíveis, no campo da negociação. No Islã, o sacrifício de animais que compõe a dieta humana é envolto em rituais que obedecem a rigorosas instruções religiosas. Atrocidades contra animais recebem sentença de condenação religiosa. É vedada a caça por esporte e a luta entre animais.

O que existiria, em caso de negociação, para sistemas de valores tão díspares que pudesse ser realmente negociado, é uma pergunta importante. Talvez a resposta seja apenas “negociações” que consistem de concessões conhecidas por relativização de conflito, submissão diante de um *mal maior* – uma coexistência ao invés de convivência.

¹⁴⁴ XAVIER, I. **O discurso cinematográfico**: a opacidade e a transparência. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p.56.

CONCLUSÃO

“Mau! Mau! Como? Não está a recuar?” – Sim! Mas vós o compreendeis mal, se vos queixais disso. Ele recua, como faz todo aquele que quer dar um grande salto. (Nietzsche)

“Ou ninguém tem consciência do mal que nos cerca, ou o mal não existe.” (Machado de Assis)

Ao iniciar este trabalho tínhamos a expectativa de encontrar em nosso objeto, de alguma forma, indícios de fatos sociais, conforme Durkheim¹⁴⁵, que pudessem sugerir algum tipo de mudança na realidade social e que fossem suficientes para se antever, mais do que um episódio passageiro, uma transformação mais profunda. Nossas análises, entretanto, tomaram outra direção.

As transformações sociais que se deram pela implantação do projeto das luzes podem ser vistas como resposta a uma *Idéia* que a sociedade assimilou com facilidade em razão de suas proposições e horizontes, aliadas a condições de vida pré-existentes que poderiam ser, em muito, *melhoradas*. Os meios de produção, a tecnociência, sustentaram a transformação de modelos monárquicos em repúblicas e estabilizaram este modelo até agora. As transformações sociais ocorridas na pós-modernidade (período) não resultaram de um projeto ou *Idéia* nem de uma ação de Estado, instância que é capaz de promovê-las unilateralmente. Não há direcionamento ideológico (ideologia) na Pós-modernidade. A mudança, não pretendida nem estimulada, induziu, entretanto, à revisão e contestação dos sustentáculos ideológicos da Modernidade.

Em ambos os períodos, são nítidas as modificações. Entretanto, torna-se difícil perceber um comportamento diferenciado que indique um *comportamento novo* dentro do atual modelo que é mutante por natureza, olhando-se para o indivíduo ou para o grupo social. Nesta época pós-moderna, pós-modernismo, o diferente nada possui de novo. É apenas novidade sustentada pela tecnociência. Para nós, este parece ser um ponto sem retorno da experiência humana. Mesmo que nossas demandas materiais, por exemplo a questão energética, forcem uma mudança radical nos comportamentos futuros, esta se dará de forma puramente objetiva/material e nos limites desta demanda. Entretanto, seus resultados podem ser imprevisíveis. Não exclui-se, evidentemente, que algo efetivamente novo possa acontecer.

¹⁴⁵ Em *As regras do método sociológico* (1895), Durkheim definiu com clareza o objeto da sociologia: os fatos sociais. DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 7.ed. Lisboa: Presença, 1998.

No Ocidente, dois modelos são discutidos: o Capitalismo, adotado amplamente; e o Comunismo, ou Socialismo, que se encontra restrito às dependências acadêmicas – e mesmo países comunistas como China e Cuba, mantêm relação vital com a estrutura globalizada do capitalismo. O Estado, em ambos os modelos, considerando-se a experiência da URSS, é suficiente forte para gerar fatos sociais com alterações profundas na realidade social.

Alterações significativas de mercado poderiam ser detectadas por alteração de políticas públicas, como, por exemplo, uma privatização em larga escala de serviços públicos, envolvendo o Estado. No momento em que escrevemos esta conclusão, está em processo, uma severa crise financeira atingindo os mercados globais, forçando governos a estatizarem significativo volume de bancos e entidades ligadas ao mercado financeiro. Entendemos que esta crise poderá induzir uma readequação do capitalismo como processo social, forçada e dentro dos limites das leis da oferta e demanda. Não será uma ruptura ou quebra de paradigma, nem mesmo uma nova *condição*.

Na análise de nossos objetos de estudo não encontramos elementos suficientes para caracterizar mudança na realidade social em relação ao modo de pensar e agir das pessoas, ou derivada de insumos tecnocientíficos, de grandes alterações no Mercado ou introduzidas pelo Estado.

Entretanto, há outras formas pelas quais podem ocorrer transformações sociais.

Fatos deste nosso início de século XXI formalizam uma pergunta e exigem que seja respondida: alguma coisa necessita ser corrigida? Impõe-se alguma correção? Segundo Eagleton, nem os mais reclusos acadêmicos serão capazes de ignorar esta exigência. Neste sentido, se deram as conclusões a que chegamos.

Iniciamos com o que Lyotard escreveu em 1984, referindo-se com *eu e vós* ao *nós* da modernidade, ao projeto e ao sujeito, de tal forma que resultaria apenas o *nós*, excluída a existência a um terceiro:

Segue-se que, estendido assim entre a situação minoritária atual, em que terceiros são muitos e *vós* e *eu* são poucos, e a unanimidade por vir, em que qualquer terceira pessoa será por definição banida, o *nós* da questão que eu coloco reproduz exatamente a tensão que a humanidade deve sentir, segundo a sua vocação para a emancipação, entre a particularidade, o acaso, a opacidade do seu presente e a universalidade, a autodeterminação, a transparência do futuro que promete a si própria. Se esta idéia é exata, o *nós* que coloca a pergunta: ‘Continuaremos a pensar e a agir a coberto da Idéia de uma história da humanidade?’, coloca aí, simultaneamente, a questão da sua própria identidade, tal como foi fixada pela tradição moderna. [...] terá de fazer o luto da unanimidade e encontrar outro modo de pensar e de agir, ou de mergulhar na melancolia incurável deste ‘objeto’ perdido (ou deste sujeito impossível): a humanidade livre. [...]’¹⁴⁶.

¹⁴⁶ LYOTARD, *op. cit.*, 1993. p.39-40.

Continua o autor:

[...] Já não se exerceria o terror em nome da liberdade, mas da “nossa” satisfação, da satisfação de um nós definitivamente limitado à sua especificidade. Serei, ainda, demasiado moderno se considero esta perspectiva intolerável? Chama-se tirania: a lei que “nós” promulgamos não *vos* é dirigida, a *vos* concidadãos ou mesmo sujeitos, *é-lhes* aplicada, aos terceiros, aos de fora, sem qualquer pretensão de a legitimar aos olhos deles. [...] ¹⁴⁷.

Lyotard constrói tais afirmações a descoberto de uma Idéia, porém, respaldado em seu argumento paradigmático denominado Auschwitz. O trecho que destacamos pode condensar o substrato ideológico – contestatório – deste Estilo de Pensamento que, considerado que a justiça não é suspeita, está também sujeito aos efeitos de seu próprio argumento. Uma vez que entre suas afirmativas estão o descrédito das metanarrativas e a destruição da Modernidade, a sentença formulada pode recair sobre as teses sintetizadas por seu autor. O pensamento de Lyotard torna-se o sujeito/objeto da própria sentença que formulou. No entanto, o diagnóstico que destacamos acima é consistente

A análise ¹⁴⁸ pós-modernista sobre o Projeto Moderno é coerente. O consenso geral está sob suspeita assim como a *Idéia*. A Revolução Francesa não tem gênese na mobilização do Povo-soberano em torno de um ideal de Liberdade. O Estado-Nação jamais cumpriu sua função no sentido de estimular, nem sequer procurou estabelecer, o que seria uma “humanidade livre” (Lyotard). O mundo real onde existimos está conformado por, ou através, insumos tecnocientíficos. Modernidade ou Pós-modernidade ou Bárbarie são estruturas marcadas por um mesmo vetor.

Conforme Eagleton, a guerra ao terror aponta o fim da Pós-modernidade, e o evento que nesse sentido, pode receber nome paradigmático – precisamente de acordo com os termos em que Lyotard formulou o fim da Modernidade, conforme entendemos, é o horror na

¹⁴⁷ *Ibid.*, p.40-41.

¹⁴⁸ Para Jameson esta é uma característica marcante da teoria: “De fato, **uma das características mais marcantes do pós-moderno é o modo pelo qual, neste período, inúmeras análises de tendências**, até agora de natureza bastante diferente – previsões econômicas, estudos de marketing, críticas de cultura, novas terapias, jeremiadas (geralmente oficiais) contra as drogas e a permissividade, críticas de mostras de arte ou de festivais de cinema nacional, cultos ou *revivals* religiosos, se aglutinaram todas para formar um novo gênero discursivo, a que podemos muito bem denominar de ‘teoria do pós-modernismo’, e isso, por si só, já é um fato digno de nota”. Neste sentido, abordando diretamente as afirmações de Lyotard e considerando axiomático que a primeira vítima do pós-modernismo é a história modernista, avalia que a mudança de paradigma estético não esteja ligado a uma “‘história linear’, mas sim do que Shklovsky chamou de ‘gambito do cavalo’, a ação à distância, o salto quântico para casas pouco ou não exploradas”. Pondera que este enfoque é mais interessante e plausível que a história de Lyotard sobre o fim das narrativas mestras. Aponta que “essa teoria parece ser necessariamente imperfeita ou impura; no caso, devido a contradição implícita no fato de que Oliva (ou Lyotard) tenha que **apresentar sua percepção** de todos os aspectos significativos do desaparecimento das narrativas mestras em forma de narrativa” (JAMESON, *op. cit.*, 2002, p.14-15).

prisão de Abu Ghraib. A documentação fotográfica é vasta e mostra detalhes dos horrores que foram praticados: homens seviciados, corpos degradados cobertos de excrementos, faces aterrorizadas e abjetos algozes sorridentes. Este acontecimento não pode ser relativizado, considerado como resultante de uma alteração mental, admissível em soldados na frente de batalha.

Não é um caso isolado e não é uma aberração psíquica momentânea. Somente através de uma dose elevada de alienação tal procedimento poderá ser minimizado. Seguramente, esta tragédia repete-se por todo o Iraque, no Afeganistão, na Palestina. Não se pode ignorar a deliberada e ameaçadora mensagem lançada ao mundo através de Abu-Graibh.

Abu-Graibh, entretanto, não é a Escuridão da qual fala *Babel* ou o Mal ao qual se reporta Eagleton. É apenas uma de suas manifestações. É seu particular. Foi uma sucessão de eventos que conduziu Eagleton e Lyotard às suas conclusões.

Argumentos

Embora Eagleton tenha sido pouco contundente na sua afirmação sobre o fim da Pós-modernidade, isto apenas revela uma forma adotada para abordar o tema. Porém, incisivamente afirma, em coro com inúmeros autores, que temos obrigação de encarar fatos da nossa existência e não nos escondermos deles. Aponta que narrativas do bem e do mal, da liberdade e da natureza não estão de forma alguma superadas e que considerá-las assim é um erro com conseqüências funestas. Exorta a uma árdua tarefa de estudar e propor teorias que atendam aos interesses do mundo e pessoas, capazes de produzir efeito positivo e palpável a esse respeito.

Em nosso caso, podemos adotar tratamento menos parcimonioso à mesma abordagem. A consistência do argumento de Einstein sobre Deus não jogar dados decorre da autoridade pessoal do próprio Einstein. A consistência da frase de Lyotard sobre o fim da modernidade não decorre de qualquer autoridade que Lyotard tivesse amealhado ao longo de sua vida ou seu trabalho – decorre dos fatos por ele colecionados e relatados, os quais enquadra como seus argumentos. Em nosso caso e apenas por uma questão da mais cristalina igualdade entre fatos, também apenas *interpretativamente*, afirmamos que concordamos com Eagleton sobre o fim da Pós-modernidade entendida como Estilo de Pensamento, em conformidade com os argumentos reclamados.

Como já relatamos, o argumento de Lyotard perde apenas esta condição. A maioria dos diagnósticos efetuados pelo autor (Pós-modernidade) são consistentes, assim

como proposições e contribuições de outros pensadores, em especial dos Estudos Culturais. Consideramos especialmente relevantes, o consenso local, o postulado sobre justiça, a declaração do fim da modernidade e do povo-rei das histórias, o Estado-cibernético, a imersão entre estrelas e planetas, a inequívoca e prudente desconfiança a respeito de metanarrativas.

Se a noção de Justiça, ou um ideal, induziu Kant¹⁴⁹ a expor suas idéias, um acontecimento teria precipitado esta ação. Usado ou não de forma conveniente, Kant também se relacionaria a um *argumento*.

A síntese que estes *argumentos* realizam e dada a forma que a tratamos, confere opacidade a fatores que não deveriam ser desconsiderados. Os argumentos de Kant e Lyotard – assim como de Galileu, Eagleton, Darwin (escravidão) entre outros, não podem ser apenas nomes de acontecimentos; nomes sintetizantes que tornam opacos ou difusos outros acontecimentos, inclusive a própria sucessão de eventos – de maior porte e mesma significação, colocando-os no umbral do esquecimento conforme Nietzsche¹⁵⁰, congelando e definindo culpados – eximindo-nos e redimindo-nos sem curar-nos.

Admitimos, portanto, que Abu-Graibh e Auschwitz não são paradigmas. São nomes de testemunhas, entre inúmeras, de uma realidade contada e recontada que insistimos

¹⁴⁹ Voltaire Shilling em artigo intitulado ‘Kant, o preço e a dignidade’ relata:

“No reino dos fins tudo tem um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode-se por em vez dela qualquer outra como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e, portanto, não permite equivalente, então ela tem dignidade.” (I.Kant – Fundamentos da Metafísica dos Costumes, 1785.)

Tomando consciência de que a guerra travada contra os colonos na América do Norte, começada em 1775, não era popular entre seus súditos no Reino Unido, o rei George III não se fez de rogado. Visto que os ingleses não queriam ver os seus regimentos dispararem contra os seus conterrâneos rebelados do outro lado do Atlântico, o rei apelou para a sua família da Casa de Hanover. Os antepassados dele vieram da Alemanha e, mesmo a sua esposa, a rainha Charlotte, nascera em Mecklinburg-Strelitz, um principado perto do Mar Báltico.

Em pouco tempo George III encontrou entre os poderosos nobres do Hesse-Cassel, de Hanau, de Brunswick, de Waldeck, de Anhals-Zerbst e de Brandenburg – Anspach, pronta colaboração. A pedido dele, com todas as despesas pagadas, 28 mil e 500 soldados alemães foram então enviados para combater os americanos, baixo as ordens do general Burgoyne (que rendeu-se ao comandante rebelde, o general Gates em Saratoga em 12 /10/1777).

O escândalo disso deveu-se a que os príncipes haviam alugado os seus homens como se fossem soldadinhos de chumbo ou animais de tiro. A intelectualidade germânica, que estava longe de ser contestadora dos seus dirigentes, se indignou. Artigos, cartas e protestos, assinados por Herder, Lessing, Fichte e tantos outros, expuseram aquele absurdo dos governantes disporem da vida dos seus vassalos para reforçar a caixa do tesouro.

Para o filósofo Emanuel Kant, então um renomado professor de Lógica e Metafísica na Universidade de Königsberg, cidade onde nascera em 12 de abril de 1724, os efeitos daquilo produziram resultados bem mais profundos. (SHILLING, V. **Kant, o preço e a dignidade**. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/cultura/2004/02/11/001.htm>. Acesso em: 09 mar. 2009)

¹⁵⁰ “Que aspecto pouco moral teria o mundo sem o esquecimento! Um poeta poderia dizer que Deus postou o esquecimento como guardião na soleira do templo da dignidade humana”. (NIETZSCHE, F. W. Obras incompletas. **Os pensadores**: Nietzsche: Volume I. 4.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p.55)

em não ver, em permitir que se esconda. Pior ainda, permitimos o uso destas testemunhas para que esta mesma realidade se repita compulsoriamente.

O Mal

Muitos relataram este tipo de testemunhas. Rousseau contou-a em seu “Ensaio Sobre a Origem das Línguas”, descrevendo o episódio bíblico no qual um levita de nome Efraim dividiu o corpo de sua mulher, morta por integrantes da tribo de Benjamim, em doze partes e as enviou às doze tribos de Israel:

[...] À horrível visão, empunharam rapidamente as armas, gritando todos a uma só voz: *Não! Nunca tal coisa aconteceu em Israel, desde o dia em que nossos pais saíram do Egito até hoje.* E a tribo de Benjamim foi exterminada. **Em nossos dias, o assunto, transformado em arrazoados, em discussões, até mesmo em brincadeiras, arrastar-se-ia e permaneceria impune o mais tremendo dos crimes.** [...] ¹⁵¹. (grifo nosso)

Castro Alves mostrou-a no tombadilho de um navio negroiro:

[...] Era um sonho dantesco... o tombadilho/ Que das luzernas avermelha o brilho/ Em sangue a se banhar/ Tinir de ferros... estalar de açoite.../ Legiões de homens negros como a noite, / Horrendos a dançar.../ Negras mulheres, suspendendo às tetas/ Magras crianças, cujas bocas pretas/ Rega o sangue das mães:/ Outras moças, mas nuas e espantadas,/ No turbilhão de espectros arrastadas,/ Em ânsia e mágoa vãs!/ E ri-se a orquestra irônica, estridente.../ E da ronda fantástica a serpente/ Faz doudas espirais.../ Se o velho arqueja, se no chão resvala,/ Ouvem-se gritos... o chicote estala./ E voam mais e mais.../ Presa nos elos de uma só cadeia,/ A multidão faminta cambaleia,/ E chora e dança ali!/ Um de raiva delira, outro enlouquece, / Outro, que martírios embrutece,/ Cantando, geme e ri!/ No entanto **o capitão manda a manobra,/ E após fitando o céu que se desdobra,/ Tão puro sobre o mar,/ Diz do fumo entre os densos nevoeiros:/ “Vibrai rijo o chicote, marinheiros!/ Fazei-os mais dançar!...”/ E ri-se a orquestra irônica, estridente.../ E da ronda fantástica a serpente/ Faz doudas espirais.../ Qual um sonho dantesco as sombras voam!.../ Gritos, ais, maldições, preces ressoam!/ E ri-se Satanás!...** [...] (grifo nosso) ¹⁵²

J.R.R. Tolkien em sua espécie de “livro do gênese” – Valaquentia – na obra O Silmarillion, deu-lhe caráter:

Do esplendor, por arrogância caiu no desdém por tudo que não fosse ele mesmo, um espírito devastador e impiedoso. O entendimento ele transformou em sutileza, **em perverter à própria vontade tudo o que quisesse usar**, e acabou se transformando num mentiroso contumaz. [...] (grifo nosso) ¹⁵³.

¹⁵¹ ROUSSEAU, J. J. Do contrato social: ensaio sobre a origem das línguas. **Os pensadores**: Rosseau: Volume I. 4.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p.161.

¹⁵² ALVES, C. Navio negroiro. **Cultura brasileira**. Disponível em: <http://www.culturabrasil.pro.br/navionegroiro.htm>. Acesso em: 18 abr. 2009.

¹⁵³ TOLKIEN, J. R. R. **O silmarillion**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.23.

Inúmeros registros dão conta da existência deste Mal. Podemos pesquisá-lo, rastreá-lo e o localizaremos em diversas épocas e lugares da história humanidade, nas mais diversas condições e situações. Entendemos estar proposto discuti-lo em nosso tempo, apontar suas manifestações e anotá-las, questionar as análises e o tratamento dado ao mesmo. Este fator está realçado pelas análises de Eagleton e o conduziu, balizou, às suas conclusões. *Babel* denuncia-o sob o nome de Escuridão. Este Mal não está, não é Auschwitz. Agora, esconde-se lá, tal é a sua natureza, seus disfarces, seus deboches.

Praticamente, toda espécie de comunicação atual, inclusive publicidade de massa em sua mais completa acepção, que se faz da “Era do Massacre”¹⁵⁴, em especial da segunda guerra mundial, está apoiada na metanarrativa do nazismo. A atual guerra ao terror de George W. Bush/Estados Unidos/Otan está contaminada da síndrome nazista. A mídia ocidental, uníssona, faz crer que uma das manifestações do Mal é ele próprio – transformou o Mal em uma de suas manifestações. A indústria cinematográfica é usada para propagar e manter este conceito presente nos mais diversos âmbitos da vida atual. Criticamente está presente e defendido ferozmente no âmbito¹⁵⁵ das universidades onde também está devidamente protegido pelos meios de comunicação. A Lei pune possíveis defensores de idéias nazistas.

¹⁵⁴ Ver HOBBSAWM, *op. cit.*, 1995.

¹⁵⁵ Em relação ao saber, a universidade, o Estado, Lyotard afirma que: “Não se justifica a pesquisa e a difusão do conhecimento por um princípio em uso. Não se pensa de modo algum que a ciência deva servir aos interesses do Estado e/ou da sociedade civil. Negligencia-se o princípio humanista segundo o qual a humanidade eleva-se em dignidade e em liberdade por meio do saber. O idealismo alemão recorre a um metaprincípio que simultaneamente fundamenta o desenvolvimento ao mesmo tempo do conhecimento, da sociedade e do Estado na realização da “vida” de um Sujeito que Fichte chama “Vida divina” e Hegel “Vida do espírito”. Nesta perspectiva, o saber encontra de início sua legitimidade em si mesmo, e é ele que pode dizer o que é o Estado e o que é a Sociedade. Mas não pode desempenhar este papel senão mudando de patamar, por assim dizer, deixando de ser o conhecimento positivo do seu referente (a natureza, a sociedade, o Estado, etc.), e vindo a ser também o saber desses saberes, isto é, especulativo. Sob o nome de Vida, de Espírito, é a si mesmo que nomeia.

Um resultado apreciável do dispositivo especulativo, é o de que todos os discursos de conhecimento sobre todos os referentes possíveis são aí considerados não com seu valor de verdade imediato, mas com o valor que eles assumem pelo fato de ocuparem um certo lugar no percurso do Espírito ou da Vida, ou se se prefere, uma certa posição na Enciclopédia que descreve o discurso especulativo. E este os cita expondo por si mesmo o que sabem, isto é, expondo-se a si mesmo. Nesta perspectiva, o verdadeiro saber é sempre um saber indireto, feito de enunciados recolhidos, e incorporados ao metarelato de um sujeito que assegura-lhe a legitimidade.

Isto vale para todos os discursos, mesmo se eles não forem de conhecimento como, por exemplo, os do direito e do Estado. O discurso hermenêutico contemporâneo emerge dessa pressuposição que assegura finalmente que há sentido a conhecer e que confere assim sua legitimidade à história e, notadamente, à do conhecimento. Os enunciados são tomados como autônomos deles mesmos, e colocados num movimento onde se admite que eles se engendrem uns aos outros: tais são as regras do jogo de linguagem especulativo. **A universidade, como seu nome o indica, é a sua instituição exclusiva**”. (LYOTARD, *op. cit.*, 1998, p.62-63) (grifo nosso)

Para David Harvey, “O caso nazista nada tem de peculiar. [...]”¹⁵⁶. Para Lyotard, o Estado totalitário não precisa recorrer à consciência e à liberdade para concretizar seus projetos:

[...] Para autorizar a sua lei, o Estado totalitário, cujo paradigma é o poder nazi, não recorre, se acreditarmos no restabelecimento do mito de que precisa, à tarefa de realizar uma Idéia na realidade, de fazer advir o espírito como liberdade e consciência de si; recorre a uma legitimidade inversa, à autoridade de uma raiz, de uma raça, colocada na origem dos tempos ocidentais, que é preciso “apenas” desembaraçar dos seus parasitas para fazer com que volte a surgir na sua pureza primordial. É por isso que a “lei” do totalitarismo nazi é de exclusão, de exceção, de extermínio. [...] Há evidentemente no expansionismo nazi uma propagação, uma propaganda e uma guerra que podem fazer pensar nos combates revolucionários para a libertação dos povos. [...]¹⁵⁷.

Embora não peculiar, o caso nazista não oferece dificuldade alguma para servir de paradigma ao Estado totalitário. Suas características, conforme descritas por Lyotard, estão presentes hoje na política anti-terror dos Estados Unidos e seus aliados da OTAN: a legitimação inversa, não mais relacionada à pureza ariana, porém à impureza das nações que integram o ‘eixo do mal’ e que geram terroristas; a propaganda de uma guerra que pretende “libertar” uma nação.

Conforme se constata, o horror de Auschwitz, o holocausto judeu nada tem de especial. São manifestações idênticas a muitas que já ocorreram. Podemos ter uma opinião sobre quais horrores tem maior magnitude: Pizarro, Inquisição, O Terror, os escravocratas, Hiroshima, Nagasaki, Massacre de Dresden, Auschwitz – Danton, Napoleão, Stálin, Bush...; mas não temos o direito, por imperícia ou negligência, de fazer com que nossa opinião se torne uma couraça para este Mal. Ele não está distante no tempo e no espaço; está aqui e agora. O final do século XX é pródigo ao confinar o Mal no nazismo. Nos países de cultura ocidental, a paranóia nazista é uma constante, inclusive em nosso país, Brasil, em prosaicas querelas políticas, embora aquela nada contenha de prosaico:

[...] A classe política continua a discorrer segundo a retórica da emancipação. Mas não consegue cicatrizar as feridas feitas pelo ideal “moderno” **durante cerca de dois séculos** [...].

Podemos dar nomes a todas estas feridas. Semeiam o campo de nosso inconsciente como outros tantos impedimentos secretos à tranqüila perpetuação do “projeto moderno”. A pretexto de salvar este último, na Alemanha, os homens e as mulheres de minha geração impõem há quarenta anos aos seus filhos silêncio sobre o “intervalo nazi”. Este interdito, oposto à anamnese, vale como símbolo para todo o ocidente. Poderá haver progresso sem anamnese? **A Anamnese conduz, através de uma dolorosa elaboração,** a elaborar o luto das fixações, das afeições de todos os gêneros, amores e terrores, que estão associadas a estes nomes. [...] ¹⁵⁸. (grifo nosso)

¹⁵⁶ HARVEY, *op. cit.*, 2006, p.194.

¹⁵⁷ LYOTARD, *op. cit.*, 1993, p.84.

¹⁵⁸ *Ibid.*, p.102.

Concordamos integralmente com esta afirmação de Lyotard, entretanto pode-se supor que o mesmo tenha deixado exatamente de elaborar o luto das fixações ao considerar que a destruição e o horror sejam os determinantes da destruição do Projeto Moderno, da insuficiência das metanarrativas.

Tal horror e destruição estão presentes em outros períodos da história, nas mais diversas civilizações. A Modernidade não conseguiu evitar o horror e a destruição em razão de inconsistências em seu substrato ideológico ou porque suas metanarrativas não tivessem legitimidade – admitindo-se válido o conceito, propagado por Lyotard, de que um ideal, possível de ser condensado em uma frase, possa ser considerado uma metanarrativa. A anamnese de Lyotard não foi completa ao investigar apenas os dois séculos passados.

Nazismo como sinônimo de Mal é o maior discurso político da era pós-moderna. Diante da recorrência do Mal, se impõe revisar o paradigma. Primeiro, é necessário haver honestidade intelectual para reconhecer que os fatos que descrevemos são sintomas de mesma natureza e que sua etiologia não está na barbárie, modernidade, pós-modernidade, porque está presente em relatos críveis das mais distintas épocas. Para Eagleton, na chamada guerra ao terror, a palavra “mal” significa que não devemos procurar explicações políticas para o terrorismo e podemos, na verdade *deveríamos*, “[...] ignorar a luta do povo palestino ou a dos árabes que têm sofrido sob sórdidas autocracias de direita apoiadas pelo Ocidente em busca de seus propósitos egoístas, sedentos de petróleo”¹⁵⁹. Estes crimes cometidos pelo ocidente há décadas, não têm nada a ver com o nazismo, muito menos a pilhagem escandalosa do petróleo do Iraque.

Outras manifestações deste fator devem ser trazidas à tona para que possamos de fato estudá-lo, compreendê-lo e dele nos defendermos.

O holocausto em Hiroshima e Nagasaki tem mais coisas a revelar do que a publicidade e a propaganda ocidentais têm feito. Hegemonicamente são divulgadas declarações e análises efetuadas sobre estes casos restringindo-se a observações sobre o acerto da decisão em lançar as bombas, se havia alternativas, se o Japão iria se render ou não, se muitas vidas foram salvas ou não. Porém, estas são observações ou análises parciais. São apenas instrumentações que desviam o foco da questão crítica e central do problema, e apenas podem revelar qual é o ponto de vista e o observador.

¹⁵⁹ EAGLETON, *op. cit.*, 2005, p.194.

Entendemos que a única análise útil a ser feita é sobre por que pessoas cometem tais desatinos. A narrativa do nazismo destaca o nazista Josef Mengele, o *Anjo da Morte*, com seus estudos e laboratórios em Auschwitz, usando cobaias humanas – esta é a história de vitoriosos numa situação na qual todos são verdadeiros perdedores, todo benefício é derrotado – que a mídia ocidental conta ao mundo, semelhante a como são contadas as histórias entre os índios Cachichua de Lyotard. Praticamente, nada é divulgado às massas com intensidade e seriedade sobre Los Álamos e o projeto Manhattan, sobre o grupo de cientistas que estudou com afinco para produzir um artefato que fosse capaz de aniquilar a humanidade, ou mais precisamente o ente humano. Concluíram seu trabalho com sucesso e realizaram dois testes em cobaias humanas, nos quais centenas de milhares morreram – duas centenas de milhares instantaneamente, outras centenas paulatinamente.

A análise útil poderia encontrar um possível relatório de danos: a bomba explodiu no centro da cidade e pulverizou jardins, escolas, escritórios, prisões, lares, lojas e hospitais; no centro do ataque, tudo virou pó, não havia cadáveres; distante do ponto central havia corpos espalhados por toda parte, **inclusive de bebês e crianças...** as vítimas da radiação apresentam febre e hemorragias, manchas arroxeadas na pele, gangrena e o cabelo cai.... a morte é dolorosa e assemelhada ao envenenamento por gás mostarda. Poderia demonstrar, com amplas possibilidades, que explodiram a bomba porque precisavam estudar seus efeitos, entre outras coisas, talvez para produzir possíveis antídotos ao mal que criaram. Fatalmente, se concluiria por um certo interesse técnico em dados que mostrariam a extensão dos danos em seres humanos e outros animais: a qual distância se morreria incinerado, a qual distância se morreria em 24 horas, 48 horas, quais tipos de câncer ocorreriam (Curie morreu de câncer por exposição à radioatividade), qual a taxa de destruição de edificações, qual a segurança de instalações subterrâneas, níveis de radioatividade, efeitos sobre o meio-ambiente urbano.

Mas, não encontraria apenas o interesse “técnico-científico” que teria orientado a decisão. Para isto, uma única bomba seria suficiente. Duas bombas foram usadas, a segunda para gratificar o sadismo e o sarcasmo que Eagleton relata como uma “espécie de liberação orgástica que se pode imaginar Deus tenha encontrando no ato da criação”. Pode-se muito bem concluir que Oppenheimer, Roosevelt, Truman, Churchill, Stálin, políticos, generais e cientistas aliados tenham dado vivas e comemorado os resultados da primeira explosão. Outras mentes doentes exultaram pelo mundo afora. Da mesma forma procederam na segunda explosão.

Sobressai para nosso trabalho, os cientistas que construíram a bomba, suas reações, possíveis brindes e saudações efusivas nas dependências de Los Álamos. Telefonemas de cumprimentos das mais “altas” autoridades mundiais. Da mesma forma, os envolvidos nos absurdos atentados de 11 de setembro de 2001, o cumprimento mundial por vídeo do líder espiritual e engenheiro Osama Bin Laden, as bênçãos clericais, o regozijo de líderes e adeptos. Resume-se a obra, o insuportável: Bomba – Homem-bomba. Conforme visto, os argumentos poderiam constituir, assim, um único argumento, com muito maior amplitude, visibilidade e precisão. O Mal precisa ser combatido e esta deve ser a ação e o objetivo.

Consideramos impossível aceitar que a maior potência militar e econômica e seus aliados, que compõe a OTAN, determinem¹⁶⁰ o que é o Mal e que seu eixo sejam o Irã, Coréia do Norte e Iraque, diante de todos os fatos que sabemos terem ocorrido, entre eles alguns que citamos neste nosso trabalho.

Academia – universidade

Hobsbawm relata que Los Álamos foi a mobilização sistemática de cientistas para fins militares e que, tragicamente, a guerra nuclear foi filha do antifascismo. Afirma que os cientistas que construíram a bomba ficaram horrorizados com seu feito e que “[...] suas desesperadas lutas de última hora para impedir os políticos e generais de usar de fato a bomba, dão testemunho da força das paixões políticas. [...]”¹⁶¹

Por este relato, pode-se concluir que Oppenheimer e demais técnicos ficaram todos absolutamente “contristados” com a bomba, a explosão e o morticínio. Entretanto, Hobsbawm precisa explicar que e quais ‘lutas de última hora’ foram estas. Explicar o refinamento que nas décadas seguintes os mesmos laboratórios deram a estes artefatos. A “guerra fria” explica, talvez, esta corrida, mas, se for este o caso, torna tais relatos a mentira contumaz que J.R.R. Tolkien retrata. Em 1993, Hobsbawm relatou a suposta frustração de Oppenheimer, ou seja, quatro décadas após Hiroshima e conhecendo perfeitamente todo o dinheiro destinado para que bombas atômicas ainda mais letais fossem produzidas. Nos

¹⁶⁰ O termo “eixo do mal” foi usado pela primeira vez pelo presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, em seu discurso anual sobre o estado da União, proferido diante do Congresso norte-americano em 29 de janeiro de 2002. Segundo Bush, os três países que constituem o “eixo do mal” – Coréia do Norte, Irã e Iraque – possuem armas de destruição em massa e patrocinam o terrorismo regional e mundial.

¹⁶¹ HOBBSAWM, *op. cit.*, 1995, p.526.

mesmos laboratórios, financiadas pelas mesmas estruturas. Pergunta-se o que leva um cientista como Hobsbawm a produzir relato tão desconexo.

Abu Graibh contesta Hobsbawm e Theodor Adorno¹⁶², porém de forma distinta. Escrever, aqui e agora, um poema depois de Auschwitz é o mesmo que escrevê-lo depois da escravidão. Se houve poesia após Jacobinos, revolução russa, escravatura, então poderia haver poesia em qualquer tempo. Se Adorno sustentaria sua hipótese diante de Abu Graibh, teria que fazê-lo ante todas misérias que conhece, todas recorrentes. Como não há mais sustentação possível, teria que admitir que sua afirmação pode ter contribuído para que o Mal continuasse a produzir seus efeitos danosos.

Não se pode, e para nós esta é a distinção, imputar qualquer acusação de totalitarismo à áspera e vigorosa frase. Não se pode percebê-la manchada pelo viés da vingança. Sua legitimidade não é inversa (Lyotard) e nossa curta dissertação apresenta elementos suficientes para sustentar esta constatação. A dura pena que a sentença aplica está dirigida ao “nós”, ao próprio Adorno, ao todo; não apenas a “eles”, portanto não é o terror. Não há dúvidas de que é amarga, mas, paradoxalmente, fornece uma indicação para recuperar um bem que se negligencia, que não se sabe, ou se sabia, desaparecido ou do qual se tem vagas notícias. Não há dúvidas que afeta inocentes e a inocência, porém tem como objetivo sua preservação, e deve merecer a solidariedade advinda do espírito como liberdade e da consciência em si (Lyotard). Não foi cercada de cumprimentos efusivos, reconhecimentos e satisfação a vaidades; ao invés, sua declaração é um fardo pesado que não pode ser diminuído nem diluído, tendo que ser carregado para sempre e solitariamente.

Concordamos com a oposição de Adorno ao Totalitarismo moderno, mas discordamos, interpretativamente, em relação ao paradigma da destruição da Ideologia Iluminista. Se Adorno, em sua contundente frase quer dizer que beleza, harmonia, poesia, etc já não podem ser consideradas coisas feitas pelos mesmos homens civilizados que fizeram Auschwitz, então, inevitavelmente, sua chamada à responsabilidade da cultura como pensamento crítico e instância negativa à Razão Ocidental parece tornar-se, à luz dos fatos atuais, tão ingênua quanto a indignação que o levou a desenvolver seus trabalhos.

A investida não produziu os efeitos desejados, pelo menos até os fatos mais recentes. Babel confronta suas crianças e Susan Jones com Adorno. A incapacidade de comunicação entre a mãe e pai (Susan e Richard), com potente e sincera motivação afetiva,

¹⁶² “Escrever um poema após Auschwitz é um ato de barbárie, e isso corrói até mesmo o conhecimento de porque hoje se tornou impossível escrever poemas” (ADORNO, Theodor. Crítica cultural e sociedade. **Prismas**. São Paulo: Ática, 1998, p.26).

parece demonstrar que o foco, possivelmente o frenesi capitalista, ao qual se volta o pai, impede-o de entender, sequer perceber, a mensagem de sua companheira. A cegueira e surdez de Richard estão na raiz da desarmonia do casal. A luz em Babel está implicada com a poesia. Além disso, poesia é exatamente oposto de horror. A diferença entre remédio e veneno está na dose.

Babel coloca a comunicação na base de problemas individuais e coletivos. O relacionamento envolto em afeto, familiar, se torna conflituoso e frustrante. As relações, interações, entre o indivíduo e o grupo social, entre indivíduos ou entre culturas distintas se mostram conflituosas e destrutivas. Estende esta deficiência desde o início da civilização ocidental até nossos dias, quando se referencia ao texto bíblico da torre de Babel.

Esta referência sugere duas considerações imediatas: a notícia da existência não só de uma única linguagem e, significativamente, de uma só maneira de falar e, mesmo podendo se comunicar desta forma, a vaidade humana prevaleceu. Babel expõe que a luz existe e relata a existência de uma linguagem especial, e Eagleton propõe que:

Importar-se com o outro é estar presente para ele na forma de uma ausência; é como dar atenção esquecendo-se de si mesmo. Se, **em retorno**, recebe-se amor ou confiança, é isso, em grande parte, que nos possibilita esquecer de nós, coisa que, em outras situações, seria perigosa. Numa certa medida, precisamos pensar em nós mesmos por causa do medo, medo que a segurança derivada da confiança recebida nos permite superar. Para alcançar essa subjetividade de alguma maneira absoluta, precisaríamos nos remover por completo da situação, o que dificilmente seria o modo mais conveniente de intervir nela. Mas o fato de que, em última análise, isso seja impossível não deveria nos impedir de tentar alcançá-lo. (grifo nosso)¹⁶³

Mesmo que a forma de comunicar mostre-se insuficiente e incapaz de fazer entender satisfatoriamente as mensagens entre emissor e receptor, inclusive nas relações onde os laços afetivos são intensos e o desejo de entendimento é sincero, induzindo a supor que seria impossível atingir uma forma de comunicação que fosse eficaz e capaz de prevenir o despotismo da opinião (Lyotard), entendemos que devemos tentar alcançá-la.

Reafirmamos que Auschwitz, Abu Ghraib, Inquisição, Hiroshima, etc. são manifestações deste Mal e não o Mal em si. Admitidos os efeitos da Pós-modernidade, da teoria cultural deslocada¹⁶⁴, não temos mais o direito de imaginar que todas as hecatombes

¹⁶³ EAGLETON, *op. cit.*, 2005, p.181.

¹⁶⁴ Eagleton afirma que a ausência de memórias de ação política coletiva é mais danosa que a nova e ameaçadora fase da política global: “[...] No centro de nosso pensar há um vórtice que o tira de prumo.” (*Ibid.*, p.21).

cometidas por nós, ocidentais, sejam fruto apenas de ideologia¹⁶⁵. Mas, é certo também, que nem só ocidentais produzem hecatombes.

Entre as fotos de Yosuke Yamahata, enviado pelo exército japonês para fotografar a cidade de Nagasaki no dia seguinte ao bombardeio, está a de uma mãe morrendo de envenenamento radioativo e amamentando seu bebê, também à morte. Não há diferença entre as mães do navio negreiro de Castro Alves, vítimas de ocidentais e africanos, e as mães de Nagasaki, ou de quaisquer outras mães que vêem suas luzes serem consumidas, simplesmente apagadas, por este Mal.

Rorty *apud* Harvey¹⁶⁶, descarta “[...] a seqüência canônica de filósofos de Descartes a Nietzsche [...]”, de forma coerente com o descrédito das grandes narrativas. O fim da Pós-modernidade contrapõe-se a esta assertiva. Eagleton nada descarta em nível de contribuições destes Pensadores e compõe uma mensagem que consideramos adequada, principalmente dirigida ao universo acadêmico, em especial às Ciências Humanas, para tratar esta questão, apresentando motivos mais do que suficientes para que ações sejam desencadeadas. Mais ainda, afirma que podemos resolver esta questão ao mesmo tempo em que aponta um caminho como alternativa, uma saída, a ser avaliada e não como uma lógica a ser imposta.

Sabemos que este problema será resolvido. Devemos contribuir para que sua solução chegue o mais rapidamente possível – para que a verdade deixe de ser monstruosa. É necessário, contudo, que tenhamos clareza e precisão para admitir que um artefato intensamente destrutivo foi gerado dentro da Universidade, pela ciência e o saber estruturados e organizados. Exatamente no local onde jamais deveria ter sido produzido.

Impressões

Nosso estudo conduziu-nos a, no que possa ser útil, aprovar esta convocação. Antes, porém, precisamos deixar claro que nos move a convicção de que muito precisa ser modificado e que muito precisa ser feito. Antes, porém, sabemos que nossa participação se justifica apenas como um simples, mas firme e digno, assentimento em relação às informações que colhemos. Ante estas considerações, depois de tudo, sem maiores pretensões, estão as impressões e análises que apresentamos, todas tecidas de acordo com

¹⁶⁵ Eagleton afirma: “A ideologia está aí para fazer com que nos sintamos necessários; a filosofia está por perto para nos lembrar que não o somos. [...]”. (*Ibid.*, p.283)

¹⁶⁶ RORTY, R. *apud* HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 15.ed. São Paulo: Loyola, 2006. p.55.

nosso convencimento que sabemos ser incipiente e estarem a descoberto de outros estudos e referências.

O modelo capitalista é o mesmo para cidades profundamente diferentes como Londres e Nova Iorque, induzindo a supor que a vida cultural é um plano exterior à lógica capitalista. David Harvey discorda disto expondo que “[...] a ampla gama de atividades especulativas e igualmente imprevisíveis realizadas por empreendedores (novos produtos, novas estratégias de marketing, novas tecnologias, novas localizações etc.) [...]”¹⁶⁷ em nada difere do desenvolvimento também especulativo “[...] de valores e instituições culturais, políticos, legais e ideológicos [...]”¹⁶⁸.

Mesmo que as formas estruturais do estado republicano da Modernidade tenham se mantido no pós-modernismo, o estilo de pensamento da Pós-modernidade ocupou de fato a prática política e da vida pública. As ações de estado são coordenadas por pessoas que ocupam as devidas posições na *máquina* Estatal – e pessoas são moldadas também culturalmente. Nesse sentido, o atual Estado-Nação corresponde a um “Estado-Nação-pós-moderno”. Os postulados da Pós-modernidade não atingiram as estruturas republicanas existentes, mas certamente modificaram sua orientação. Deve-se notar que nem haveria como ou porque modificar tais estruturas. Nesse sentido, a modernidade também não foi uma modificação e apenas a Anarquia se constituiria, de fato, na ausência de comando social centralizado. Consideramos que “atuam” e conformam a esfera institucional pública o descrédito das metanarrativas, do consenso geral e da soberania do povo. Partimos deste pressuposto.

A respeito do descrédito dos postulados Iluministas, consideramos que David Harvey sintetiza a confluência de correntes significativas ao versar, nos seguintes termos, sobre a passagem da Modernidade para a Pós-modernidade:

[...] A ação só pode ser concebida e decidida nos limites de algum determinismo local, de alguma comunidade interpretativa, e os seus sentidos tencionados e efeitos antecipados estão fadados a entrar em colapso quando retirados desses domínios isolados, mesmo quando coerentes com eles. Da mesma forma, vemos Lyotard (1984,66) alegando que “o consenso se tornou um valor suspeito e ultrapassado”, mas, acrescentando, o que é bem surpreendente, que, como a “justiça como valor não é ultrapassada nem suspeita” (como ela poderia ter permanecido um tal universal, intocada pela diversidade de jogos de linguagem, ele não nos diz), “devemos chegar a uma idéia e uma prática da justiça que não estejam ligadas à de consenso”.

¹⁶⁷ HARVEY, *op. cit.*, 2006, p.307-308.

¹⁶⁸ *Ibid.*, p.308.

É precisamente esse tipo de relativismo e derrotismo que Habermas procura combater em sua defesa do projeto do Iluminismo. Embora esteja mais do que disposto a admitir o que denomina “a realização deformada da razão na história” e os perigos ligados à imposição simplificada de alguma metanarrativa a relações e eventos complexos, Habermas também insiste em que “a teoria pode localizar uma delicada, mas obstinada, nunca silente, mas raramente redimida, reivindicação da razão, uma reivindicação que deve ser reconhecida de fato quando quer e onde quer que deva haver ação consensual”. [...].¹⁶⁹

Seguindo esta exposição, é preciso examinar o que está em descrédito e por que é, ou está, suspeito ou ultrapassado. Segundo Lyotard, a emancipação da Razão está desacreditada e a Modernidade destruída porque os fatos resultantes do projeto moderno foram contrários aos pretendidos. O principal sustentáculo da Modernidade está em Kant: “*Tem coragem para fazer uso da tua própria razão! – esse é o lema do Iluminismo*”, e não há nada de errado com este lema. Entendemos que se mostrou incorreto, impreciso, concluir a partir deste caso particular que o mesmo seria verdade para a sociedade ou conjunto de indivíduos. Tudo na modernidade desdobrou-se a partir deste juízo e a vontade geral de Rousseau seria a forma de resolver o problema – dilema – de quem controla o controlador. A falência deste modelo ocorre tanto para o indivíduo quando alçado às esferas do poder atingindo-lhe o caráter (personalidade), portanto a representatividade; quanto à forma de realizar a vontade geral através do consenso – democracia representativa ou o **voto universal, direto e secreto**; e quanto à estrutura concebida – judiciário – para proteger o indivíduo em suas relações com o Estado. O judiciário, em especial, retrata com fidelidade o dilema do controlador.

São indiscutíveis os determinantes da crise das metanarrativas e a simples observação dos eventos faz concluir que, após tantas e tantas guerras e matanças, a democracia representativa foi exuberante em selecionar guerreiros e generais¹⁷⁰, com ou sem farda, para conduzir o Estado-Nação, e que o modelo social, hoje organizado sob o modo de produção capitalista, e a república não têm preeminência em relação aos meios de sustentação da vida atual. As repúblicas nada conseguiram com relação a unir povos em direção a um bem comum – mas foram pródigas em reunir-se e reuni-los para as guerras. Todos os benefícios que a sociedade moderna tem à sua disposição são frutos única e exclusivamente dos avanços técnicos e científicos. Nenhum Estado tem relação com o desenvolvimento de antibióticos e medicamentos, da revolução industrial e tecnológica. Não foi um modelo de estado ou comando

¹⁶⁹ *Ibid.*, p.56.

¹⁷⁰ Consideramos sintomática a seguinte observação de Jameson: “[...] A despeito de Tolstoi, penso que nós ainda admiramos os grandes generais (e suas contrapartidas, os grandes artistas), mas essa admiração foi deslocada de sua subjetividade inata para sua perspicácia histórica [...]” (JAMESON, *op. cit.*, 2002, p.311).

social que proporcionou o aparecimento destes insumos fundamentais e que surgiriam fatalmente sob qualquer sistema, seja este capitalista, comunista, teocracia, república, monarquia ou ditadura. Os investimentos, atuais ou passados, nas áreas do saber e do conhecimento ocorrem por inércia do sistema – mas nem sempre.

Nunca houve a coroação de um Povo-rei porque de um soberano exige-se muito mais do que ter meros palpites sobre a pessoa à qual delegará funções de comando, mesmo que condicionadas a tempo e espaço. A sociedade demanda naturalmente um comando, e isto não é verdade apenas para a espécie humana. A investida da Modernidade não foi bem sucedida, mas de forma alguma pode ser considerada inválida ou descartável, na formulação da estrutura de comando. Para nós, mostrou-se equivocado considerar que os critérios da Razão seriam suficientes para auto-controlar o sistema que se retro-alimentaria para as necessárias reordenações e reavaliações, e esta pode ser uma das razões para Lyotard falar na legitimidade/legitimação advinda de um futuro que deverá efetuar-se, num ideal a realizar. Outras suspeições atingem o projeto moderno às quais não cabe aqui relatar. Para nós, é indiscutível a ruína da modernidade – o consenso geral está invalidado. O cidadão não tem instrumentos suficientes, e não se trata apenas de informações, para identificar – qualificar – o cidadão que irá receber uma função delegada através do consenso na forma de vontade geral. É uma questão puramente prática à qual a lei das probabilidades não pode ser aplicada, mesmo porque a maioria de nós próprios pode se surpreender com o próprio comportamento. Basta apenas que um aperte o botão novamente e teremos a confirmação da certeza, não probabilidade. Mais terrível ainda serão os possíveis aplausos do todo (ignorância), do sem-noção, à destruição renovada.

O erro introduzido não se faz notar apenas pelos nomes paradigmáticos do Mal. A avaliação incorreta do *outro*, do *nós* e *eles*, acaba por impor mais sofrimento e desgosto onde se desejava melhoria da qualidade de vida. Lyotard, a este respeito, manifesta que: “[...] As necessidades dos mais desfavorecidos não devem por princípio servir de regulador do sistema, visto que, sendo já conhecida a maneira de satisfazê-las, esta satisfação não pode melhorar suas *performances*, mas somente tornar pesadas suas despesas. [...]”¹⁷¹. Embora tenham o mesmo nome de República, existe uma diferença abissal entre a **República** Dominicana e os Estados Unidos da América do Norte.

¹⁷¹ LYOTARD, *op. cit.*, 1998, p.114.

A falência da Pós-modernidade – Hipótese

A Pós-modernidade tornou mais visível a insuficiência do Projeto Moderno, ao mesmo tempo em que propôs a redução (fragmentação) do conjunto em subconjuntos como meio para identificar de forma mais eficaz qual o delegado – agente (gerente) ou prescritivo (regra) seria mais adequado e para qual função, supondo, além disso, conseguir conter, ou eliminar quase que por completo, qualquer empreendimento com características totalizantes. Propôs para isto limites de tempo e de lugar espaço para as ações e regras delegadas, entre estas o consenso na forma de “consenso local”.

A questão é saber em que pode consistir o discurso do poder, e se ele pode constituir uma legitimação. O que a primeira vista parece impedi-lo é a distinção feita pela **tradição** entre a força e o direito, entre a força e a sabedoria, isto é, entre o que é forte, o que é justo e o que é verdadeiro. Foi a esta incomensurabilidade que nos referimos anteriormente nos termos da **teoria dos jogos de linguagem**, distinguindo o jogo denotativo onde a pertinência dá-se no nível de verdadeiro/falso, o jogo prescritivo, que é da alçada do justo/injusto, e o jogo técnico cujo critério é eficiente/ineficiente. A “força” não parece relacionar-se senão com este último jogo, que é o da técnica. [...] Cada vez que a eficiência, isto é, a obtenção do efeito visado, tem por motor um “Diga ou faça isto, senão não falarás mais”, entra-se no terror, destrói-se o vínculo social.¹⁷² (grifo nosso)

Está proposição também nada tem de errado. Em nosso entender, existe a dificuldade prática do subconjunto mais forte, às vezes apenas mais fascinante, poder cooptar o mais fraco, distorcendo e contaminando as escolhas ou decisões¹⁷³. Esta cooptação se dá em larga escala pelo artifício da corrupção. Vemos o mundo imerso em uma rede de crimes que se espalha nos diversos âmbitos da vida pública e privada, científica, secular e religiosa. Também está presente a questão da compreensão dos enunciados por todos os participantes além de supor-se que falar, ouvir e ser ouvido tenham uma relação direta de proporcionalidade, independente da força para comunicar. É oportuno lembrar que ao proibir a fala, o terror sempre correu o risco de transformar o silêncio em poderoso discurso.

Certamente, não há porque legitimar o Poder, e pode-se duvidar da necessidade de legitimar a forma de realizá-lo. É impossível evitar que a força exerça poder, assim como confinar o saber a um referencial útil, de utilidade. Há outros referenciais mais simples de serem estabelecidos e muito mais eficientes para, se for o caso, cumprirem esta função.

¹⁷² *Ibid.*, p.83.

¹⁷³ Ver HARVEY, *op. cit.*, 2006, p.112.

No entanto, é preciso decidir: ou admite-se que a eficiência inclusive para matar e destruir é parâmetro válido para conjurar forças científicas capazes de refinar cada vez mais nossos instrumentos de morte e destruição, ou não se admite.

Não existe nada de irracional, de lógico ou de empírico em Abu Ghraib. Não há proposições; há apenas exercício do poderio conquistado pela Razão e Ciência em sua forma bruta, decidindo a ação mediante os jogos de linguagem. Abu Ghraib ocorreu porque pessoas podiam. Não é uma questão de justo/injusto, verdadeiro/falso e muito menos de eficiente/ineficiente. Este tipo de ação completa-se em si mesma. Mas, não é desconhecida e é recorrente. Acreditar que não se repetirá é menosprezar a prova concreta havida e repetida. Nos jogos deste fator, a linguagem nada significa, e o consenso, inclusive consenso local, serve apenas para proporcionar um momento de prazer bestial, uma paródia satânica do humano. Assim concordamos com Eagleton:

A pulsão de morte não é uma narrativa coerente, mas a ruína de toda a narração. Destrói pelo simples prazer obsceno de fazê-lo. O terrorista perfeito é uma espécie de dadaísta, atacando não este ou aquele pedacinho de significado, mas o significado como tal. É o nonsense, acredita ele, o que a sociedade não pode engolir – eventos tão extravagantemente sem motivos que liquidam o significado, reduzindo a linguagem à indigência. [...]

[...] Por um lado, os nazistas estavam apaixonados pela morte e pelo não-ser, tomados por um frenesi de destruição e dissolução. Matavam judeus só pela loucura gratuita disso, [...]. Por outro lado, eles os assassinavam porque pareciam encarnar um terrível não-ser que temiam e detestavam. [...]

Apresentava assim o que se poderia chamar as duas faces do Mal. O fato de a palavra “mal” **ter se tornado popular na Casa Branca como meio de excluir a análise** não deveria nos impedir de levá-la a sério. Liberais tendem a subestimar o Mal, enquanto os conservadores o superestimam. Alguns pós-modernistas, por outro lado, conhecem-no principalmente através de filmes de terror. Com toda certeza, os conservadores estão certos em resistir aos liberais racionalistas e aos humanistas sentimentais que querem minimizar a realidade do Mal. Eles apontam para sua natureza aterradora, obscena e traumática, sua malícia implacável, seu deboche nihilista, sua cínica resistência a ser adulado ou convencido. [...].¹⁷⁴ (grifo nosso)

Habermas, *apud* Harvey¹⁷⁵, trata de uma realização deformada da Razão, mas, em nosso entendimento, estamos diante da Razão tal como ela é. Não são apenas loucos desatinados e disfuncionais, deformados de caráter, seres irracionais, portadores de psicopatologias congênitas os autores de tantos desastres. Há consensos, locais e gerais, que estão na base de muitas decisões desastradas. Está demonstrado que o(s) consenso(s) e seu derivado, a Lei, não são – melhor seria dizer estão – capazes de exercer o controle, de fazer prosperar aquilo que Habermas reivindica. George W. Bush, o Comandante, foi reeleito. No

¹⁷⁴ EAGLETON, *op. cit.*, 2005, p.289-290.

¹⁷⁵ HABERMAS *apud* HARVEY, *op. cit.*, 2006, p.56.

entanto, os enunciados de Habermas deverão ser contemplados serena e profundamente se desejarmos realmente enfrentar o problema.

A justiça, que Harvey questiona como pôde permanecer intocada pelos jogos de linguagem dentro da lógica de Lyotard, não é ultrapassada porque é necessária para garantir o direito de cada um dos participantes em relação às regras do jogo e o direito do indivíduo, se for o caso, em sua equipe ou nos seus “jogos internos”. De tal forma que, após decidido, as regras terão Valor. Cada jogo demandará a confirmação das regras. Aqui reside, a nosso ver, um problema que merece ser citado: se cada jogo exige a confecção de um regramento específico, mesmo composto por regras preexistentes, esta confecção deve exigir um jogo, anterior, para definir como será tal confecção. Assim sucessivamente, numa possível série de jogos (metajogos) infindável.

Levantamos este aspecto porque parece, apenas parece, ser muito incerto praticar justiça se o referencial é equívoco, temporário. O contingente, o inesperado, em relação à justiça estará intrinsecamente ligado, no mínimo orientado, a padrões que podem ser predicados com prudência, a sabedoria, lucidez e informação – e há casos em que o erro só é percebido ao longe, seja no tempo ou no espaço. Para aceitar nossa falibilidade em relação à prática da justiça, temos que contemplar Virtude e Erro, sem achar que isto venha a avalizar quaisquer meios pelos fins. Não se trata de compor metaprescritivos, mas principalmente de obedecê-los integralmente antes de fazer com que sejam cumpridos pelos demais. Uma Lei para nós, desde que a cumpramos, cultivemos e protegemos, poderá ser uma Lei para qualquer “eles”, e aqui também não há problema algum, desde que tudo fosse realizado com Justiça que não é ultrapassada nem suspeita.

Além desta incertitude, pode-se perguntar se jogos de linguagem estariam a salvo do conluio de participantes ou da deturpação e desvio das regras. Não, não estão, pode-se responder com segurança. Não se deve admitir qualquer espécie de “condenação” à história da humanidade, até mesmo porque em quaisquer jogos, o passado não pode mais blefar, embora se possa blefar com ele da maneira mais cínica que se desejar. Como se poderia anular o passado é uma questão a ser avaliada – supomos que fatos acontecidos não poderão ser desfeitos através de decretos sobre história como legitimação, muito menos aquilo que mostram. Também não devemos estender a condenação específica dos fatos além dos limites de suas implicações. Da mesma forma, não podemos absolvê-los. Porém, tudo será inútil se não aprendermos com o Erro. O futuro, que não nos pertence, é, entretanto e de certa maneira, uma aposta que fazemos – e é nosso dever fazer a melhor Aposta. Nossa participação nestes jogos é tornar o tabuleiro melhor do que o recebemos, isto é o mínimo exigido de nós como

jogadores – nisto está toda a luz: a que há de vir e a nossa própria. O passado deve nos mostrar no que não devemos apostar, de qual jogo não participar. Certamente, o futuro também, com a mesma certeza e mais que tudo, deve também nos mostrar no que não devemos apostar, de qual jogo não participar. Não temos o direito de apostar ou jogar de maneira irresponsável.

Lyotard deriva suas idéias sobre legitimação do saber para as estruturas do poder: “[...] de qualquer modo, a questão não é propor uma alternativa ‘pura’ ao sistema: todos nós sabemos, neste final dos anos 70, que ela será semelhante ao próprio sistema. [...]”¹⁷⁶, e vê com satisfação o contrato temporário porque este não pertence exclusivamente a uma finalidade do sistema. Não há nada contra, como já falamos, a administração cibernética, mas ela é marco emblemático¹⁷⁷ da nossa incompetência, fraqueza, ineficiência e, mais triste, nossa indolência.

Referindo-se a técnicas de dominação, Habermas, que cita Foucault (*Vigiar e punir* – 1976) para localizá-las na época clássica (Absolutismo) e a partir do século XVIII, entende que o poder do Estado vincula-se à soberania para monopolizar a violência e consolida-se “[...] nos jogos de linguagem jurídicos do direito natural moderno, que operam com os conceitos basilares de contrato e lei. [...]”¹⁷⁸ – e que teorias absolutistas de estado fundamentam apenas a concentração de toda a violência nas mãos do soberano: “[...] Para este o que importa é a construção de um aparelho administrativo público centralizado e a obtenção de um saber organizacional útil para a administração. [...]”¹⁷⁹. Entendemos que o direito natural¹⁸⁰ não pode ser mensurado ou predicado. Ele é a única instância que conhecemos da Soberania sobre si própria – portanto é soberania universal e totalitária e em nada se associa ao terror. Não confere a outrem direitos sobre si e apenas exige o cumprimento de deveres. Nenhum Poder está próximo a ele. Nenhuma autoridade, ou soberano, poderá punir com pena

¹⁷⁶ LYOTARD, *op. cit.*, 1998, p.119.

¹⁷⁷ Conforme Jameson: “Da avaliação moral positiva do pós-modernismo pouco precisa ser dito: a celebração complacente (ainda que delirante) dos seguidores do *camp* desse novo mundo estético (incluindo suas dimensões econômicas e sociais), saudadas com igual entusiasmo sob o *slogan* da sociedade pós-industrial) é, certamente, inaceitável, ainda que possa ser menos óbvio que as fantasias correntes a respeito da natureza salvacionista da alta tecnologia, dos *chips* aos robôs – fantasias compartilhadas não só por governos de direita e de esquerda como também por muitos intelectuais –, são essencialmente iguais às apologias vulgares do pós-modernismo.” (JAMESON, *op. cit.*, 2002, p.72)

¹⁷⁸ HABERMAS, *op. cit.*, 2002, p.379.

¹⁷⁹ *Ibid.*, p.379.

¹⁸⁰ “[...] Cada homem detém, devido ao natural e necessário apetite de sua própria conservação, o direito de proteger-se a si mesmo com sua força individual, o que é uma condição de guerra, contrária aos fins que levaram à instituição de todo o Estado” (HOBBES, T. *Leviatã*: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. 2.ed. São Paulo: Martin Claret, 2008. p.136).

de morte, em qualquer circunstância, a qualquer particular ou grupo e qualquer Constituição que a admite, destrói a si própria como *Idéia*. É fundamentalmente inalienável e assim sendo jamais poderá ser operado (operacionalizado) através de contratos, consensos e deliberações,, quaisquer que sejam, muito menos os equívocos, temporários ou, entre outros termos, duvidosos. Esta Soberania alcança todos, todas as singularidades, as crianças que naturalmente não possuem todos os meios para exercê-la. Mesmo que o direito natural possa derivar do desequilíbrio natural da força ou do poder, ele é uma exigência para o ciclo de vida humana.

O sentido, caráter, da legitimação proposto por Lyotard é de que esta seja temporária (contingente), avaliando-se enunciados pela paralogia. – este ou aquele enunciado pode ser melhorado. A medida da eficiência da Pós-modernidade está, portanto, vinculada ao seu postulado (performance) e do qual não pode se desvencilhar. Por esta razão, contemplada a paralogia conforme Lyotard propõe, a ruína da Pós-modernidade também é indiscutível para nós. Seja pela recorrência do argumento, seja pela insuficiência dos meios e métodos que introduziu.

Consideramos existirem fatores que dão consistência à primeira das possibilidades que nos referimos no início de nosso trabalho. A Ciência é sobretudo uma instância reflexiva e à qual subordina-se a tecnociência que não poderia inverter esta posição porque se encontra vinculada ao conceito de falso e verdadeiro. O Estado é uma instância executiva vinculado ao conceito de justo e injusto, permeável ao juízo de valor e deve servir àquilo que lhe confere *legitimidade*. Se a paralogia deve ser contemplada para avaliar a legitimação em relação ao Estado, nos moldes do saber científico, é preciso estabelecer, portanto, como na ciência, os paradigmas requeridos. Entendemos que, para o aspecto do justo/injusto, seria insuficiente estabelecer apenas o paradigma do injusto: “O Paradigma do Estado totalitário é o poder nazi”. A pós-modernidade não estabeleceu o paradigma do Estado justo – ou oposto ao totalitário. Talvez sua ojeriza com relação à objetividade a tenha indisposto em relação a este referencial e, também se pode suspeitar, a pragmática social é por demais complicada. Sabemos perfeitamente que qualquer um gostaria de possuir a receita.

Ao ser estabelecido que as metanarrativas não possuíam capacidade legitimante decretou-se junto o fim do ideal: “a humanidade livre, este objeto impossível”, do qual temos que fazer o respectivo luto. Não se duvida que Lyotard compreenda a mágoa de Adorno, mas, de forma paradoxal, afirma que a justiça não é ultrapassada nem suspeita e exorta à sua prática sem recorrer ao consenso. É consistente suspeitar que a justiça para ser praticada neste *nível* pressuponha uma humanidade *livre*. Entendemos que o consenso perde (despe-se) de

valor ao estar sob suspeição, e a classificação de *ultrapassado* o transfere para a condição de instrumento, ferramenta. Tal conversão não é possível para Justiça nem para a Idéia de humanidade livre, e se para nós este objeto se declara impossível, não podemos estender esta impossibilidade para além de nossos limites e condições, sob pena de mutilarmos o consenso local. O mau uso que a classe política faz, em sua retórica e prática, de tais valores não deve fundamentar os juízos formulados sobre estes. Se não podemos atingir os ideais, e aqui reside a (potencial legitimante) deslegitimação em relação ao Projeto Moderno, nossa deficiência não lhes afeta o valor. Ou lhes afetaria, com exceção da Justiça. Consideramos necessário esclarecer que, para nós, a Modernidade fez uso legítimo e honesto destes ideais.

A eficiência é alçada a condição de chancela de legitimação e será medida pela performance. Avaliamos esta proposição considerando as informações de nossos objetos de pesquisa e os seguintes extratos de Lyotard:

1) Uma ciência que não encontrou sua legitimidade não é uma verdadeira ciência; ela cai no nível o mais baixo, o de ideologia ou de instrumento de poder, se o discurso que deveria legitimá-la aparece ele mesmo como dependente de uma saber pré-científico, da mesma categoria de um relato vulgar.¹⁸¹

2) Quando o poder se chama capital, e não partido [...] ¹⁸²

3) Nada disse do capitalismo. Quero simplesmente indicar-te o seguinte: o princípio de que *todo* o objecto e de *toda* acção são aceitáveis (permitidos) se puderem entrar na troca econômica não é totalitário em sentido político (....) Seria muito importante examinar o estatuto actual do capitalismo do ponto de vista do totalitarismo. Acomoda-se à instituição republicana, mas suporta mal o terror (que lhe destrói o mercado). Entende-se bem com o despotismo (como se viu com o nazismo). O declínio das grandes narrativas universalistas, incluindo a narrativa liberal do enriquecimento da humanidade, não o perturba em nada. **Dir-se-ia que o capital não precisa de legitimação**, que não prescreve nada, no sentido estrito da obrigação, e que por conseguinte não precisa de exhibir uma instância que regule a prescrição. Está presente em toda a parte, mas mais como necessidade do que como finalidade.¹⁸³

4) Mas o capitalismo vem trazer sua solução ao problema científico da pesquisa: diretamente, financiando os departamentos de pesquisa nas empresas, onde os imperativos de desempenho e de recomercialização orientam com prioridade os estudos voltados para as “aplicações”; indiretamente, pela criação de fundações de pesquisa privadas [...] mas erigindo em princípio que é preciso financiar pesquisas a fundo perdido [...]. Os Estados-nações [...] seguem a mesma regra: pesquisa aplicada, pesquisa fundamental.

A administração da prova, que em princípio não é senão uma parte da argumentação destinada a obter o consentimento dos destinatários da mensagem, passa a ser controlada por um outro jogo de linguagem onde o que está em questão não é a

¹⁸¹ LYOTARD, *op. cit.*, 1998, p.70.

¹⁸² LYOTARD, *op. cit.*, 1993, p.19.

¹⁸³ *Ibid.*, p.70.

verdade, mas o desempenho, ou seja a melhor relação *input/output*. O Estado e/ou empresa abandona o relato da legitimação idealista ou humanista para justificar a nova disputa: no discurso dos financiadores de hoje, a única disputa confiável é o poder. Não se compram cientistas, técnicos e aparelhos para saber a verdade, mas para aumentar o poder.¹⁸⁴

A melhoria das performances¹⁸⁵, do desempenho, valeria como uma espécie de legitimação - uma legitimação pelo fato, e a “realidade”¹⁸⁶ forneceria as provas para a argumentação científica e os resultados para as prescrições de caráter justo/injusto. A legitimação não se prende, então, apenas ao bom desempenho, mas à boa verificação e ao bom veredicto.

Constata-se que o capitalismo adapta-se com facilidade à república, mas constata-se também que a adapta segundo seus interesses ou conveniências. Considerando que os interesses do capital podem colidir, e colidem, com o interesse público, o próprio sistema deve requerer alguma forma de prescritivo em relação ao processo capitalista. A Pós-modernidade relega esta função ao próprio modelo que se autolegitima: “O poder legitima a ciência e o direito por sua eficiência, e esta por aqueles”.

A lógica do capital é exatamente essa da melhoria das performances, com exceção a concessões de caráter justo/injusto reclamadas nos extratos que recortamos, através da inserção do “direito” como referência para a “boa avaliação e veredicto”. A lógica do capitalismo permite o uso de qualquer enunciado (prescritivo) injusto e o aplica para conseguir o poder. Reconhece o vínculo social e o interesse público, porém os despreza. É natural do poder expandir-se, é sua função. A semelhança com a lógica do Crime é inevitável, e usando as palavras de Lyotard *dir-se-ia* que o Crime também não precisa de legitimação. A Pós-modernidade não evitou que o totalitarismo do capital se fizesse presente no Estado-nação-pós-moderno, conforme a realidade mostra. A Pós-modernidade assiste à repetição do horror e da destruição.

Se a Modernidade faliu porque suas metanarrativas não possuem capacidade legitimante, a Pós-modernidade está destruída por pura e simples deslegitimação, pelo Crime

¹⁸⁴ LYOTARD, *op. cit.*, 1998, p.82-83.

¹⁸⁵ “Em teoria da linguagem, performativo assumiu desde Austin um sentido preciso (*Op. cit.*, 39 e passim). Iremos reencontrá-lo mais adiante associado aos termos performance e performatividade (de um sistema, notadamente) no sentido que se tornou corrente de eficiência mensurável na relação input/output. Os dois sentidos não são estranhos um ao outro. O performativo de Austin realiza a performance ótima. Na tradução para o português preferiram-se as palavras desempenho ou eficiência mensurável como tradução de performativité e performatif.” *Ibid*, p. 18.

¹⁸⁶ *Ibid.*, p.84.

como denunciado por *Babel*. O tecido social herdado pela Pós-modernidade, urdido na Modernidade, está degradado e padece profunda septicemia sem paralelo nos tempos mais recentes. O agente patogênico e seus vetores estão disseminados em todo o *Planeta*. Sua aparência mais formal é a corrupção. Esta doença também se nutre da falta da solidariedade que atinge o vínculo social na forma que Habermas consistentemente relata. Mas a escassez de solidariedade não é só subproduto do Mal. Há razões naturais para que este fenômeno ocorra. A Pós-modernidade também introduz severo erro ao considerar que valores relevantes para nossa primeira natureza tornar-se-iam, praticamente todos, obsoletos para a cultura.

Se o Crime inaugura a Pós-modernidade, os crimes a desterram, deslegitimada exatamente porque não perscrutou num futuro a se realizar, considerando o “presente plus mais emoções” de forma distraída (não se importou no que iria dar). E existe muita diferença entre não estar legitimado e estar fatalmente deslegitimado.

Formalização

O pensamento de Eagleton, seu chamamento, está formalizado, convocando a teoria cultural a retomar seu direcionamento ideológico inicial, inserindo nas questões relativas à luta de classe, raça e gênero, a excelência da condição humana. Por isso, concluímos, Eagleton retoma a dicotomia Bem e Mal como um prisma por onde podemos escrutinar a realidade hoje, e ela mostra nítida a artificialidade com que as pessoas – isto quer dizer nós, se dizem felizes. Se, em *média*, um ser humano vive, às custas da tecnociência, nos mesmos padrões de conforto de um príncipe do século XV, não se pode dizer que vive, na média, tão feliz como naquele tempo. A questão de bem-estar, que esteve tão enraizada e presente nas questões de lutas de classe etc, toma um viés danoso ao ser tratada como “atalho” para a felicidade: “[...] Sentir-se bem consigo mesmo quando não existem bases materiais para isso é fazer uma injustiça a si mesmo”¹⁸⁷ e afirma que a Ética é a forma de alcançar a excelência em ser um humano.¹⁸⁸

Considera necessário para a teoria cultural “[...] romper com uma ortodoxia bastante opressiva e explorar novos tópicos, inclusive aqueles perante os quais tem mostrado

¹⁸⁷ EAGLETON, *op. cit.*, 2005, p.180.

¹⁸⁸ *Ibid.*, p.196.

até agora, e sem razão aparente, uma timidez excessiva. Este livro está sendo um movimento inicial rumo a essa investigação.”¹⁸⁹

A convocação e a ordem do dia

Como dissemos anteriormente, *Depois da Teoria* não é somente um conjunto de enunciados acerca de questões metafísicas, valores e modelos sociais. É muito mais do que isso. Entendemos que o autor empresta autoridade e força pessoal ao trabalho realizado; mas, sua consistência maior está na própria tarefa, sua mensagem, sua proposta: “**um movimento inicial rumo a essa investigação**”.

Assentamos esta nossa interpretação não em face das tragédias atuais – paradigmas modernos e pós-modernos. Não é a tragédia que nos inclina a seguir a convocação; é a possibilidade de reunir força e inteligência para realizar ou iniciar uma ação capaz de eliminar (reduzir) tantos e tantos problemas que permeiam a vida. Nossas razões para acreditar nisto é que neste momento os tambores e os estampidos da guerra dizem que as coisas não estão certas, que continuam e estão muitíssimo erradas. Se temos capacidade para saber que não estão certas, então tem que haver em nós capacidade para saber quando estiverem.

Acreditamos na possibilidade porque muitas pessoas acreditaram. Estão entre elas nomes significativos que conceberam idéias poderosas e realizaram fatos notáveis, tais como: Sócrates, Cristo, Maomé, Gandhi, Santo Agostinho, Newton, Lutero, Kant, Rousseau, Darwin, Sabin, Fleming, Pasteur, Habermas, Lyotard, entre muitos e muitos, a imensa maioria ignorada, dentro desta, as Mães no seu dia-a-dia e a cada parto. *Depois da Teoria* e *Babel* também dão consistência a este posicionamento. Em especial *Babel*, que trata as crianças como a Luz.

Desconsideramos quaisquer referências ou juízos sobre vaidades ou messianismos. Consideramos que a mensagem está corretamente elaborada e dirigida aos destinatários mais bem preparados para recebê-la. O autor desta dissertação não se inclui entre estes.

Lyotard ancora seu pensamento em torno de legitimações e este tipo de enfoque não se mostrou capaz de produzir efeitos que, no mínimo, mantivessem a consistência das premissas dele decorrentes. Propôs nova forma para conferir legitimidade a ações de diversos âmbitos da sociedade, derivando-a da forma quase regimental específica da ciência – método. Entendemos que o fim da Pós-modernidade deve ser também o fim do tratamento dado ao

¹⁸⁹ *Ibid.*, p.297.

Erro introduzido nas formulações da Modernidade, ao considerá-lo como derivado da insuficiência das metanarrativas em obter legitimação.

Entendemos que a visão de Eagleton implica uma cisão, um movimento no meio científico que exponha uma distinção nítida e constante entre o que se chama Ciência e o que se tornou seu uso deturpado – uma deformação coerente com as afirmações de Habermas. Cientistas como Isaac Newton, Oppenheimer, Alexander Fleming e Sabin não podem, devem, ocupar o mesmo espaço nas instituições científicas, universidades, escolas. Nada deverá ser banido ou excluído, mas cada um deve ocupar seu devido lugar. Acreditamos que não haverá nenhum problema por sermos capazes de identificar tais diferenças.

É preciso distinguir entre ciência como um fim em si mesma e como um meio. A alocação de recursos públicos certamente requer amparo legal (Direito Administrativo) e, no caso da Ciência, este é obtido considerando-a um meio para atender ao Interesse Público. A ciência como um fim em si mesma é extensivamente praticada, tanto na pesquisa como nas nossas atividades cotidianas. É preciso considerar que o estudo de Lyotard sobre legitimidade não se torna inválido ou inservível. Entretanto, entendemos que o Direito Natural e o Poder (comando) desconsideram legitimações. O Vínculo Social deriva também do exercício do Poder em relação à preservação do Direito Natural. O Saber, portanto, deve refinar o Poder na execução de sua tarefa, especialmente se estiverem envolvidos recursos públicos diretos (erário público). Seria, portanto, tratar não só de legitimar a *forma* de exercer o Poder, e esta é uma questão de imensa dificuldade: “A pragmática social não tem a ‘simplicidade’ que possui a das ciências. É um monstro formado [...]”¹⁹⁰

É preciso dimensionar quanto da iconoclastia do pós-modernismo só ocorreu porque as barreiras sanitárias (antibióticos, vacinas, medicamentos etc.) tornaram obsoletas as barreiras dogmáticas. Podemos supor a magnitude dos efeitos que a peste negra, por exemplo, teve sobre o modo de pensar e agir das pessoas. A gripe espanhola, as doenças, em especial as sexualmente transmissíveis, as epidemias, inclusive as atuais, foram determinantes do comportamento por séculos. Ainda são. Nossa segunda natureza é fruto da técnica e da ciência. Mas, mesmo que tivéssemos todos os insumos técnicos e científicos atuais e não tivéssemos as barreiras sanitárias, teríamos nossas cidades talvez próximas do que são, entretanto não haveria nossa segunda natureza, conforme Jameson retrata.

Pode-se considerar uma espécie de legitimação futura nas afirmações de Lyotard, semelhante às da Modernidade, que também se mostraram etéreas e que consistem na

¹⁹⁰ LYOTARD, *op. cit.*, 1998, p.117.

revalidação (legitimação pela paralogia) dos enunciados, especialmente regras, e de seus efeitos. O futuro, embora sem referencial, proveria meios para reordenações. A mecânica do contrato temporário, por ser equívoca, denotaria o “desconforto” do sistema em relação a suas certezas (terror) e esta mecânica “[...] evidencia em seu seio uma outra finalidade, a do conhecimento dos jogos de linguagem como tais e da decisão de **assumir a responsabilidade** de suas regras [...]”¹⁹¹ (grifo nosso). Tais jogos com tais objetivos e efeitos parece não se realizarem e afirmações desta natureza contém referência direta aos critérios da Razão: faça uso de sua razão e assuma a responsabilidade. A Legitimação pela paralogia se dá num futuro sem perspectivas e sem, contudo e ao menos, explicar quem ou o que irá decidir o que pode ou deve ser reordenado.

Até este momento, as diversas iniciativas para tratar da destruição se mostraram ineficazes e tudo indica que a história da espécie humana começa a ser escrita em outro âmbito da existência – *diferente* – a pré-história de uma segunda natureza.

O ato convocatório inscrito em *Depois da Teoria*, contém uma proposta que é posta em discussão sob um ponto de vista socialista (esquerda) como instrumento adequado para resolver os graves problemas sociais que existem. Se nada for feito e o problema da matriz energética da humanidade não for equacionado, as expectativas para nosso amanhã, imediatas, se mostram péssimas. Caso equacionemos a questão da energia, e a humanidade irá solucioná-la, restará outro problema, crítico e de origem diferente, que é recorrente, é o mais grave entre todos e se apresenta em qualquer tempo, seja este de vacas magras ou de vacas gordas.

Para *Depois da Teoria* e *Babel* a existência do Mal é insofismável e este não pode ser relativizado. Tratam a questão apontando uma teoria e um referencial, respectivamente. Ambos merecem crédito e nos colocam diante da questão do Bem e do Mal.

Ecletismo

Conforme se constata, o Mal ocorre na permissividade, no terror, na barbárie. Não escolhe épocas ou ideologias. Está consumado também na Revolução Russa. A crítica, a nosso ver útil, que fazemos a Eagleton é com relação à restrição que o autor impõe à Religião e como a fundamenta:

¹⁹¹ *Ibid.*, p.119.

[...] O único Deus bom é um deus morto – um político fracassado, num recanto obscuro da terra. Não pode haver sucesso que não se mantenha leal ao fracasso. É essa fé que, desde então, foi usada para justificar aventuras imperialistas, a repressão das mulheres, o evisceramento de incréus, o vilipêndio de judeus, o abuso de crianças e o assassinato de aborticionistas. Como forma de violência organizada, tornou-se o emblema dos ricos, poderosos e patrióticos. É o nauseante linguajar dos evangelistas americanos, **os gritos de alegria dos militares orgulhosos da bomba e lavados no sangue do Cordeiro**, e a respeitabilidade de charlatães e espancadores de mulheres. [...] É a logomarca do complexo industrial-militar, a cruz que sustenta a águia americana, a água benta aspergida sobre a exploração humana.¹⁹² (Grifo nosso)

Diante desta afirmação, Eagleton precisaria explicar outras coisas. As “aventuras imperialistas” ocorrem, por exemplo: no Japão (xintoísmo); antes de Cristo; depois dele; na URSS dogmaticamente materialista, e portanto, não podem ser explicadas pela Fé ou como seu efeito. Da mesma forma, o evisceramento que também é praticado por incréus assim como o abuso de crianças e o assassinato de aborticionistas; o vilipêndio dos judeus que é hoje realizado contra os palestinos, não podem ser imputados à Fé. Aliar à Fé cristã a alegria dos militares orgulhosos da bomba produzida por cientistas ateus e de confissões religiosas diversas carece de qualquer sustentáculo racional – carece de qualquer, mínima, evidência material. Os cientistas russos que desenvolveram a Bomba fizeram-no sob inspiração metafísica ou por determinação do Partido? Ou foram apenas intuitivos? Os laboratórios das outras nações são diferentes de Los Álamos? Não são o Islã, o Judaísmo, o Cristianismo ou quaisquer outras religiões os únicos responsáveis pelas tragédias. São insuportáveis as prisões brasileiras.

Pode-se imaginar, espreitar, a afeição e o amor que o indivíduo devotava ao seu grupo social mais primitivo: sua tribo, sua alegria. Mas os fatos nos colocaram onde estamos e não conhecemos caminhos de volta ao paraíso da besta louca de Nietzsche. Também não consideramos produtivas análises sobre quem é o responsável por este êxodo, se temos ou não um pecado original para purgar, ou quem ou o que poderá nos redimir. Não consideramos que Deus seja produto do medo da morte, ou seu fetiche mais cintilante. Devemos, antes de tudo, respeitar o direito que cada um tem para formular suas perguntas de caráter pessoal, íntimo, e decidir qual resposta lhe convém.

Conforme relatamos, a convocação está direcionada de forma consistente, necessitando, em nosso ver, apenas corrigir esta breve deficiência – impertinência. O ambiente é a universidade como a conhecemos, as Ciências Humanas e, em especial, à Filosofia. Não há motivos nem condições para excluir a participação de qualquer setor interno

¹⁹² EAGLETON, *op. cit.*, 2005, p.239-240.

ou externo à vida ou esfera acadêmica. Muito menos à Fé e à Religião. Todos devem ser convocados, mesmo que seja para ouvirem qual parcela de responsabilidade, ou irresponsabilidade, possam deter. *Babel* retrata que a comunicação está na raiz dos problemas que Eagleton propõe resolver e implicada em sua possível solução: sua interrupção é sinal de degradação e frustração nas relações; quando revela inconsistência entre intenção e ato é sintoma de totalitarismo; quando desconsidera (degrada) o receptor precede o horror, é soberba e usada apenas como elo necessário e capaz de potencializar (incrementar) a satisfação pretendida. Consideramos que rompê-la, ou não estabelecê-la, mesmo seletivamente, seja uma medida não produtiva para o nosso caso.

Eagleton não se esquivava ao problema. A Academia deve posicionar-se: ou para considerá-lo inadequado ou para refinar suas orientações. O silêncio, que poderá ocorrer, implicará a pertinência da obra, mas será um sinal de fraqueza. Nós não podemos avaliar como despidas de lucidez as proposições de um autor que a própria academia aponta como referência em razão dos trabalhos que já produziu.

Entendemos a especial necessidade de recursos materiais. As Ciências Humanas têm potencial suficiente para ordenar o necessário “fluxo de capital”, captar tais recursos, e este é o primeiro passo na direção de possíveis soluções. O universo de acadêmicos é suficiente para demonstrar a propriedade, viabilidade e consistência da convocação.

Eagleton pergunta, considerando, não sem razão, a legitimação como um problema dentro do problema: “[...] Afinal de contas, existe alguém aí perante quem nos justificarmos?”¹⁹³ Existe sim, podemos responder a nosso autor, e seu número é imenso: são as crianças. *Babel* afirma isto.

¹⁹³ *Ibid.*, p.267.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, T. **Crítica cultural e sociedade**. São Paulo: Ática, 1998.
- ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- AGOSTINHO, S. **Confissões**. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- ARISTÓTELES. **A política**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1992.
- _____. **Arte poética**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- ALVES, C. Navio negreiro. **Cultura brasileira**. Disponível em: <http://www.culturabrasil.pro.br/navionegreiro.htm>. Acesso em: 18 abr. 2009.
- AUMONT, J. e MARIE, M. **Análisis del Film**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.
- BATISTA, M. & MASCARELLO, F. (org.). **Cinema mundial contemporâneo**. São Paulo: Papirus, 2008.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Art. 37. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 18 abr. 2009.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CONNOR, S. **Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo**. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- DERRIDA, J. **O animal que logo sou**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 7.ed. Lisboa: Presença, 1998.
- EAGLETON, T. **A ideologia da estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- _____. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. **Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- EINSTEIN, A. **A teoria da relatividade especial e geral**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- ELIAS, N. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GIDDENS, A. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HABERMAS, J. & RATZINGER, J. **Dialética da secularização**: sobre razão e religião. São Paulo: Idéias & Letras, 2007.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Condição pós-moderna**. 15.ed. São Paulo: Loyola, 2006.

HOBBS, T. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. 2.ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IÑÁRRITU, A. G. **Babel**. Paramount Classics, 2006.

JAMESON, F. **Pós-Modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. 2.ed. São Paulo: Ática, 2002.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KANT, I. **An Answer to the Question: What is Enlightenment?** (1784). Disponível em: <http://www.english.upenn.edu/~mgamer/Etexts/kant.html>. Acesso em: 18 abr. 2009.

LOBO, R. **História Geral**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1963.

LYOTARD, J. F. **O pós-moderno explicado às crianças**. 2.ed. Portugal: Dom Quixote, 1993.

_____. **A condição pós-moderna**. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MARCUSE, H. **A dimensão estética**. Portugal: Edições 70, 2007.

_____. **Eros e civilização**. 8.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos. **Os pensadores**: Marx: Volume I. 4.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 10.ed. São Paulo: Global, 2006.

MASCARELLO, F. (org.). **História do cinema mundial**. 3.ed. Campinas: Papyrus, 2006.

MORA, J. F. **Dicionário de filosofia**, tomo I. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **Dicionário de filosofia**, tomo II. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **Dicionário de filosofia**, tomo III. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **Dicionário de filosofia**, tomo IV. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2001.

MORIN, E. **O mundo moderno e a questão judaica**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MOSÉ, V. **Nietzsche e a grande política da linguagem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NIETZSCHE, F. Obras incompletas. **Os pensadores: Nietzsche: Volume I**. 4.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____. **A gaia ciência**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. **Para além do bem e do mal**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

PONZIO, A.; CALEFATO, P. & PETRILLI, S. **Fundamentos de filosofia da linguagem**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

RAMOS, F. P. (org.). **Teoria contemporânea do cinema: pós-estruturalismo e filosofia analítica**. São Paulo: SENAC, 2005.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**. São Paulo: Editora 34, 2005.

Relatório da UNICEF. **Situação Mundial da Infância 2008 – sobrevivência infantil**. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/sowc2008_br.pdf. Acesso: em 19 abr. 2009.

Relatório da Organização das Nações Unidas – ONU. **Office of the Special Representative of the Secretary-General for children and armed conflict**. Disponível em: http://www.un.org/children/conflict/_documents/countryvisits/IraqVisitReport.pdf. Acesso em: 19 abr. 2008.

ROBINSON, A. **O dinheiro ilícito: a globalização chega às máfias**. Tradução de Luiz Roberto Mendes Gonçalves. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2008/abril/o-dinheiro-ilicito-a-globalizacao-chega-as-mafias/>. Acesso em: 19 abr. 2009.

RORTY, R. **A filosofia e o espelho da natureza**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. **Objetivismo, relativismo e verdade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

_____. **Ensaio sobre Heidegger e outros**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

ROUSSEAU, J. J. Do contrato social: ensaio sobre a origem das línguas. **Os pensadores: Rousseau: Volume I**. 4.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SARTRE, J. O existencialismo é um humanismo; A imaginação; Questão de método. **Os pensadores: Sartre: 3.ed.** São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SCHOPENHAUER, A. **Da morte; Metafísica do amor; Do sofrimento do mundo**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

_____. **Como vencer um debate sem precisar ter razão.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

SHILLING, V. **Kant, o preço e a dignidade.** Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/cultura/2004/02/11/001.htm>. Acesso em: 09 mar. 2009.

STACKELBERG, R. **A Alemanha de Hitler:** origens, interpretações e legados. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

STAM, R. **Introdução à teoria do cinema.** 2.ed. Campinas: Papirus, 2003.

The Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) SIPRI - **Yearbook 2008.** Disponível em: http://www.sipri.org/contents/milap/milex/mex_trends.html. Acesso em: 19 abr. 2009.

TOLKIEN, J. R. R. **O silmarillion.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

XAVIER, I. **A experiência do cinema.** Rio de Janeiro: Graal/Embrafilme, 1983.

_____. **O discurso cinematográfico:** a opacidade e a transparência. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Centauro, 2001.